



SENADO FEDERAL

Pronunciamentos

Senadora LÍDICE DA MATA

Brasília – DF



SENADO FEDERAL

SENADORA
LÍDICE DA MATA

PRONUNCIAMENTOS

BRASÍLIA – DF

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	7
Agradecimentos a todos que contribuíram para a eleição de S.Ex ^a . Breve registro da trajetória política e dos temas que serão prioritários durante seu mandato	9
Preocupação com dados fornecidos pelo Mapa da Violência 2011, que constata o aumento no assassinato de negros. (como Líder)	15
Destaque para o lançamento, hoje, na Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, comunicando à Casa que foi eleita Coordenadora da Frente no Senado. (como Líder)	19
Anúncio da solenidade de beatificação da Irmã Dulce, no próximo dia 22 de maio, em Salvador; e outro assunto. (como Líder)	22
Apresentação de requerimento solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre assistência consular ao brasileiro Alexandre de Souza Silva, preso desde março de 2010 em Londres, acusado de conspiração; e outros assuntos	25
Registro do transcurso, ontem, do aniversário de 32 anos de fundação do bloco afro Olodum; e outros assuntos	31
Homenagem pelo transcurso hoje do Dia da Empregada Doméstica	38
Saudação à engenheira baiana Rute Borges Carvalhal, eleita para a Coordenadoria Nacional de Câmaras Especializadas de Engenharia Civil do Sistema Confea/CREA; e outros assuntos	43

Registra a alegria com que ficou a Bahia com a notícia de que o CNPq concedeu ao cientista Zilton de Araújo Andrade, chefe do laboratório de Patologia Experimental da Fundação Oswaldo Cruz, o título de pesquisador pelas contribuições ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.....	47
Registro da faixa de renda que o Governo adotará para identificar o número de famílias a serem atendidas pelo Programa Brasil sem Miséria, de superação da extrema pobreza; e outro assunto (como Líder)	48
Comentários sobre pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a respeito da desqualificação do trabalho doméstico no País e a falta de amparo legal àqueles trabalhadores	52
Registro do transcurso, em 18 de maio, do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, trazendo dados sobre a questão e relatos sobre iniciativas desenvolvidas por entidades tanto governamentais quanto não governamentais	58
Registro do transcurso, no próximo dia 13, do Bicentenário da Imprensa Baiana; e outros assuntos. (como Líder).....	62
Registro do transcurso, amanhã, do Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes; e outro assunto. (como Líder).....	65
Considerações acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes, destacando os avanços em seu combate.....	67
Registro da realização de eventos, nesta semana, em defesa da criança e do adolescente e de combate à exploração e ao abuso sexual infantojuvenil .	71
Registro da beatificação de Irmã Dulce, no último domingo; e outros assuntos.....	73
Registro do lançamento do Programa Brasil sem Miséria; e outros assuntos	77
Registro do lançamento pelo Governador Jaques Wagner do Programa Pacto pela Vida, no Estado da Bahia; e outros assuntos.....	85
Comemoração do Dia Nacional do Teste do Pezinho	90
Registro da passagem, no último dia 12 de junho, do Dia Nacional de Luta contra o Trabalho Infantil, divulgando as ações de combate ao tra-	

balho infantil da Frente Parlamentar Mista pelos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes, coordenada por S. Ex ^a	92
Considerações acerca da necessidade da elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do Semiárido nordestino.....	95
Comemoração dos 16 anos da Rede Vida de Televisão, nos termos do Requerimento nº 245, de 2011, do Senador Randolfê Rodrigues e outros senadores.....	101
Análise histórica das políticas públicas adotadas com vistas ao desenvolvimento da região Nordeste do Brasil	104
Avaliação do Pacto da Infância no Semiárido, projeto que se insere na política do Governo de redução das desigualdades regionais.....	109
Requerimento nº 803, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros senadores, solicitando Voto de Pesar, minuto de silêncio e levantamento da sessão pelo falecimento do Senador Itamar Franco	116
Pronunciamento destinado a comemorar o Dia da Independência da Bahia, nos termos do Requerimento nº 163, de 2011, da Senadora Lídice da Mata e outros senadores.....	120
Registro de realização, hoje pela manhã, no plenário do Senado Federal, da sessão especial em homenagem ao Dia da Independência da Bahia	131
Destaque para a sanção, pela Presidente da República, hoje, de lei que institui o Sistema Único de Assistência Social SUAS; e outros assuntos....	135
Registro do transcurso, hoje, do Dia Nacional do Engenheiro Florestal; e outros assuntos.....	139
Proposições.....	141
Participação – Comissões.....	146

APRESENTAÇÃO

Esta publicação reproduz integralmente os pronunciamentos feitos pela Senadora Lídice da Mata, no plenário do Senado Federal do Brasil, no decorrer do primeiro semestre do ano de 2011.

Os conteúdos dos pronunciamentos e das proposições trazem à apreciação do leitor as manifestações da Senadora Lídice da Mata, sempre fundamentadas na percepção e no respeito aos interesses do conjunto social nacional e do Estado da Bahia. A diversidade dos assuntos abordados tem uma significação comum e constante – a atenção com os temas que mais afetam o cotidiano do povo, que é a verdadeira razão das representatividades políticas, em uma democracia plena.

16-2-2011

***Agradecimentos a todos que contribuíram para a eleição de S. Ex^{ta}.
Breve registro da trajetória política e dos temas que serão prioritários durante seu mandato.***

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É uma grande honra falar pela primeira vez desta tribuna, Senadora Vanessa Grazziotin, podendo tê-la como Presidente da Mesa e dos trabalhos desta Casa.

Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, “uma voz secreta me sopra que também luto por mim. Estou guerreando, sim, para libertar Maria Quitéria de Jesus Medeiros da tirania paterna, dos sofridos afazeres domésticos, da vida insossa. Ah, eu combato, com água no nível dos peitos, pela libertação da mulher, pela nova mulher que haverá de surgir”.

Essas são palavras de Maria Quitéria, heroína da guerra de libertação do Brasil na Bahia, ao atravessar um rio como comandante de um dos pelotões dos Periquitos, que expulsaram as tropas portuguesas em 2 de julho de 1823. São palavras romaneadas pelo escritor baiano Hélio Pólvora. Com elas, gostaria de iniciar minha intervenção desta tribuna, que vê hoje a primeira mulher baiana a ocupá-la em toda a longa história de nossa República. Quero dizer da minha profunda gratidão a cada um dos 3.385.300 baianos e baianas que me honraram com a sua confiança e que me conferiram, com o seu voto, esta responsabilidade histórica.

Agradeço ao Governador Jaques Wagner pela solidariedade e pelo apoio constante, que nunca nos faltou. Ao Senador João Durval, o meu

abraço de reconhecimento por seu decidido apoio. Agradeço também ao Senador Walter Pinheiro, companheiro de chapa e de tantas estradas. Agradeço ainda aos candidatos a deputado federal e estadual de nossa Frente, eleitos e não eleitos, que, com seu trabalho incansável, construíram nossa vitória.

Quero também enviar um grande abraço à nossa militância, aos socialistas e a todos os demais partidos aliados, que, debaixo de sol e chuva, fizeram acontecer a grande maré vermelha que contagiou a Bahia. Creio que todos os que olham este plenário azul desta tribuna pela primeira vez não podem deixar de refletir com forte emoção sobre o longo caminho que nos trouxe até aqui. São muitas as lembranças que, como *flashes* de um filme, desfilam em nossas mentes. Vêm à minha memória cenas do final dos anos 70, Senadora Vanessa, quando entrei na Universidade Federal da Bahia e me integrei, junto com meus companheiros e companheiras, aos movimentos estudantis para lutar pela liberdade de expressão, manifestação e pela reconstrução da União Nacional dos Estudantes.

Eleita vereadora de Salvador, participamos da resistência democrática pelo fim da ditadura militar, pelo fim da tortura, da censura e pela anistia; organizando a trincheira oposicionista que foi o MDB de Ulysses Guimarães, Miguel Arraes, Alencar Furtado, Chico Pinto, Waldir Pires, Pedro Simon, Lysâneas Maciel, Mário Covas e tantos outros bravos resistentes.

Recordo os dias agitados e intermináveis da Constituinte Cidadã, que restabeleceu e ampliou os direitos políticos e sociais do nosso povo, quando tive a honra de representar os baianos como deputada constituinte. Integrando a Bancada do Batom, com muita articulação e trabalho, asseguramos, na Nova Carta, os direitos fundamentais da mulher brasileira. Chegam-me também lembranças dos dias duros em que, como primeira mulher eleita prefeita da cidade de Salvador, enfrentei o cerco cruel promovido pelo governo estadual, jamais traindo meus compromissos para com o povo mais necessitado de minha querida cidade. Foi quando introduzimos um novo conceito de governar, no qual a infraestrutura física merecia atenção, mas a prioridade maior era dada à ideia de que governar é cuidar da vida das pessoas. Surge daí o maior

programa social de atenção a crianças e adolescentes de Salvador ainda hoje: a Fundação Cidade Mãe, reconhecida internacionalmente.

Posteriormente, esses mesmos compromissos nos exigiram todos os esforços para fazer uma oposição destemida, com dois mandatos de deputada estadual na Assembleia Legislativa da Bahia, atuando contra um grupo autoritário e poderoso, muitas vezes truculento, que governou nosso Estado por um longo período, com um brevíssimo intervalo de dois anos do governo do grande homem público que é Waldir Pires. Já em dias mais recentes, com entusiasmo, integrei a base de apoio ao governo do primeiro presidente operário da história do nosso País, Luiz Inácio Lula da Silva.

Novamente deputada federal, dei a minha pequena parcela de contribuição à construção de novos tempos para o nosso País. Foram dias de vitórias, como o da conquista da realização em nosso País da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, vitórias que pude compartilhar na Presidência da Comissão de Turismo e Desporto na Câmara dos Deputados, onde também coordenei, por dois anos, a bancada de meu Estado.

No Brasil e na Bahia, as eleições de 2010 representaram a consolidação de uma nova fase da nossa história, consagraram uma nova prática de governo. Na Bahia de todos nós, o Governo Wagner respeita a decisão soberana do povo, que é quem escolhe os seus prefeitos. Nenhum prefeito dos 417 Municípios do nosso Estado passou ou passará pelas perseguições que eu passei quando governei Salvador! A reeleição do Governador Jaques Wagner, já no primeiro turno, com a expressiva votação de 64% dos eleitores, assim como a minha eleição e a do meu companheiro de chapa, o Senador Walter Pinheiro, representam um compromisso da Bahia e dos baianos com a continuidade de uma política de desenvolvimento econômico com responsabilidade social e distribuição de riqueza, um governo para os que mais precisam. Desejo que possamos, irmanados com o Senador João Durval, realizar uma eficiente e efetiva representação, à altura da nossa Bahia, neste Senado.

As forças vivas da política democrática e popular da Bahia precisam agora responder aos desafios da Bahia do século XXI, com a construção

de uma nova pauta política para o Estado. E, a serviço dessa causa, ofereço o meu mandato. Da causa de todos nós, brasileiros do Nordeste, pela superação do atraso econômico e social. Represento as forças de um novo Nordeste, onde o meu partido, o PSB, dos seis governadores que elegeu, quatro o foram em Estados do Nordeste: Cid Gomes, no Ceará; Wilson Martins, no Piauí; Ricardo Coutinho, na Paraíba; e Pernambuco reelegeu, com a maior votação do País, o Governador Eduardo Campos, nosso presidente nacional. Como socialista e baiana, empunharei a bandeira por um novo Nordeste nesta tribuna, um novo Nordeste desenvolvido, justo, moderno e democrático, com políticas regionais consistentes, como sonharam um dia Celso Furtado, Rômulo Almeida e tantos outros pensadores e planejadores nordestinos e brasileiros.

E esse novo Nordeste já começa a nascer com três novas refinarias, com novos e mais modernos portos, com a Transnordestina e a ferrovia Leste-Oeste, que corta e une a Bahia ao Brasil, um Nordeste que caminha para se tornar expressivo polo turístico nacional e internacional. Aqui, desta tribuna, pretendo representar os negros e os brancos de uma terra que se orgulha da sua negritude, filhos e filhas dos orixás, os católicos, os evangélicos, os sem-credo, os de todos os credos, todos os baianos, de todas as cores e todos os santos. Combaterei todas as formas de preconceito, seja de cor, credo, gênero ou orientação sexual. Defenderei nossa cultura, como atividade econômica de inclusão social, de autoestima e preservação da identidade local; nosso jeito de ser, nossos temperos, nossos ritmos, nossas paisagens marinhas, nossa granítica chapada, nosso agreste sertão – todo esse mistério e poesia, escritos por Jorge Amado e cantados por Caymmi, que nos fazem orgulhosamente baianos!

Criada que fui na escola dos movimentos sociais, buscarei ser a voz dos sindicatos, das associações de bairro, dos estudantes e dos segmentos mais desprotegidos e vulneráveis da população, com a convicção que mantenho numa velha e conhecida fórmula – a de que o povo unido jamais será vencido. Minha experiência como prefeita de Salvador sensibilizou-me para os graves problemas vividos pelos brasileiros em nossas cidades. Por isso, me empenharei por uma ampla reforma urbana, uma reforma capaz de assegurar moradia digna e qualidade de vida, a universalização do saneamento básico e uma boa estrutura de mobili-

dade urbana com prioridade para o transporte público. Urge construir novos instrumentos de gestão, mais eficientes, para as nossas metrópoles, sempre visando garantir o direito à cidade para todos.

Na reforma política, lutarei para o desenvolvimento permanente de nossa democracia, entendendo-a como um processo de ampliação constante da participação popular e da cidadania no poder político, no controle sobre a gestão da coisa pública e no combate à interferência do poder econômico sobre o processo eleitoral. Na reforma tributária, lutarei por uma distribuição mais equânime dos recursos públicos entre os entes federados, especialmente os municípios, e pela desoneração dos salários e do consumo popular, com maior taxaço sobre as grandes fortunas e propriedades. Após um presidente operário, o Brasil elegeu uma primeira mulher presidente. A Bahia manifestou seu apoio à Presidenta Dilma com uma consagrada votação de 70% do eleitorado.

Serei a voz da mulher na luta pela igualdade dos seus direitos, pelo fim da violência doméstica e da desigualdade de nossos salários. Apoiarei decisivamente a política da Presidenta Dilma pela construção de milhares de novas creches, capazes de oferecer segurança e um crescimento saudável aos filhos da mãe trabalhadora. Serei uma intransigente aliada no enfrentamento ao desafio lançado pela nossa Presidenta pelo fim da miséria e pelo desenvolvimento da nossa educação. E para isso lutarei pela isenção de impostos sobre a cesta básica e pela aplicação, na educação, de recursos públicos equivalentes a 10% do nosso PIB. Muitos serão os desafios que teremos que enfrentar nesta Casa: o urgente problema do financiamento e do gerenciamento mais eficiente do Sistema Único de Saúde... *(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Já termino, Sr. Presidente. A revisão do Código Florestal, a construção de uma ampla política de segurança pública calcada nos princípios da defesa da cidadania, a aprovação de uma regulamentação que garanta a democratização dos meios de comunicação... Esses são apenas alguns dos muitos problemas que exigirão o melhor de nossos esforços para superá-los. Reitero meus compromissos com o turismo nacional, como instrumento para o desenvolvimento sustentável de nosso País e de geração de emprego

e renda. Ao encerrar, faço minhas as palavras do grande tribuno baiano Rui Barbosa, que marcou tão claramente esta Casa: “Mas eu não tenho jeito de servir a ninguém senão com a minha consciência. Contra a minha consciência, não. A verdade, lisamente dita, é o único processo, que sei, de ser útil aos meus amigos. Hei de desagradar; mas não quero enganar”. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, eu gostaria de apartear a Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Concedo-lhe a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata, o Senado Federal não só ganhou com o aumento do número de mulheres na Casa, mas ganhou em qualidade, ganhou em trabalho, ganhou em heroísmo e idealismo, qualidades que norteiam a carreira política de V. Ex^a, marcada por uma luta intensa em favor do social. Teve uma administração que foi exemplo na cidade de Salvador, principalmente por seu critério ético, por sua conduta honesta na direção dos negócios públicos. V. Ex^a é um ícone da política da Bahia, e a sua eleição representou o grito de liberdade da mulher baiana. Parabéns a V. Ex^a por discurso tão marcante! Temos certeza de que a sua atuação estará inteiramente harmonizada com as palavras proferidas do alto dessa tribuna do Senado Federal. Felicidades a V. Ex^a! E conte com o meu apoio e com o apoio do Senador Rodrigo Rollemberg, representante do Distrito Federal, mas que tem uma comunhão muito grande com o Estado de Sergipe, porque ele é filho de lá, e uma comunhão muito grande com o Estado da Bahia, já que somos vizinhos. Parabéns e felicidades a V. Ex^a!

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada por todo o apoio que tem-me dado desde que aqui cheguei, Senador e Líder do meu partido, Senador Antonio Carlos Valadares.

Muito obrigada.

16-3-2011

Preocupação com dados fornecidos pelo Mapa da Violência 2011, que constata o aumento no assassinato de negros. (como Líder)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para registrar, em primeiro lugar, o meu orgulho e minha satisfação de haver participado, ontem, de uma bela homenagem às mulheres, a 13ª Anistia Cultural, promovida pelo Ministério da Justiça. Na solenidade, foram entregues seis portarias de anistia para mulheres que foram perseguidas politicamente pela ditadura militar.

Destaco aqui as anistiadas Sônia Hipólito, militante da União Nacional dos Estudantes, presa pela primeira vez pelo Dops por ter participado do congresso da entidade em 1968; Denize Crispim, militante da Vanguarda Popular Revolucionária, presa durante a gravidez da sua filha; sua liberdade foi negociada pela prisão do marido, Eduardo Leite Bacuri, que ela viu pela última vez na prisão, desfigurado pelas torturas que sofreu; Maria Thereza Goulart, viúva do ex-Presidente João Goulart, que foi obrigada a se exilar com a família no Uruguai e na Argentina, voltando a Brasília em 1976 para enterrar o Presidente; Rita Supahi, dirigente da UNE, que participou de vários grupos contrários à ditadura e foi sequestrada e presa; Damaris Oliveira Lucena, militante da Vanguarda Popular Revolucionária, que assistiu à morte do marido junto com os filhos por agentes da repressão. Foi presa e banida junto com os filhos Adilson, Angela e Denise, que ingressaram no sistema prisional ainda menores de idade.

Portanto, como brasileira e mulher, quero parabenizar o Ministério da Justiça, o Presidente da Comissão da Anistia e a Presidente Dilma,

que marca o mês da mulher com esses atos que dignificam a história da mulher brasileira com exemplos de mulheres que lutaram por liberdade em nosso País.

Ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero pedir atenção para um tema: no Brasil, em cada três assassinatos, dois são de negros. Em 2008, morreram 103% mais negros que brancos. Dez anos antes, essa diferença era de apenas 20%. Esses números estão no Mapa da Violência 2011, um estudo nacional apresentado pelo pesquisador Julio Jacobo, com dados relativos a 2008.

Esses dados mostram que, enquanto os assassinatos de brancos vêm caindo, os de negros continuam a subir. De 2005 para 2008, houve uma queda de 22,7% nos homicídios de pessoas brancas; entre os negros, as taxas subiram 12,1%. O cenário é ainda pior entre os jovens com idade entre 15 e 24 anos. Entre os brancos, o número de homicídios caiu de 6.592 para 4.582 entre 2002 e 2008, uma diferença de 30%. No mesmo período, assassinatos entre jovens negros passaram de 11.308 para 12.749 um aumento de 13%.

Em 10 de dezembro de 2010, Dia dos Direitos Humanos, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, anunciou que 2011 seria o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. Essa campanha, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, tem como objetivos centrais a necessidade de fortalecer as ações nacionais e a cooperação internacional e regional para assegurar que as pessoas de ascendência africana gozem plenamente de direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos.

As comemorações ao longo deste ano visam ainda promover a integração de pessoas de ascendência africana em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade e promover maior conhecimento e respeito pela sua herança e cultura diversificadas. A programação da ONU prevê para 2011 diversos eventos internacionais. Em 2 de março, em Genebra, um painel de discussão com a participação dos estados membros e da sociedade civil abordou as questões dos direitos humanos das pessoas de ascendência africana durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

O Ano Internacional será encerrado oficialmente pela ONU com a convocação de um debate de alto nível sobre as conquistas das metas

e dos objetivos do ano, realizado em Nova York em setembro, durante a sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU. Como senadora da Bahia, saúdo essa feliz e oportuna iniciativa da Organização das Nações Unidas. Nosso País teve uma participação marcante na dolorosa história da diáspora africana. A Bahia é um dos estados com o maior número de negros do País. O IBGE registra que mais de 73% da nossa população é afrodescendente. E por isso, na nossa Bahia, a luta contra o racismo destaca-se entre tantas, porque diz respeito a nossa própria existência como povo. Fala de nossas raízes e de nossa origem. Diz respeito a uma luta cotidiana pela valorização da cultura e da autoestima do povo negro, que é, em síntese, a nossa gente. De onde viemos define o que somos.

Ainda aqui, em nosso País, não conquistamos a igualdade assegurada em nossa Constituição. Temos ainda oitocentas mil crianças entre sete e quatorze anos fora das escolas. Dessas crianças, quinhentas mil são negras. A proporção de crianças e adolescentes negros fora das escolas é superior em 30% à média nacional. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2003, os brasileiros brancos recebiam em média novecentos e trinta e um reais em salários, enquanto os negros ganhavam pouco mais do que quatrocentos e vinte e oito reais. Enquanto as brasileiras brancas, já discriminadas em relação aos homens, recebiam em média quinhentos e cinquenta e quatro reais, as negras recebiam duzentos e setenta e nove reais.

Essa é a realidade que o nosso País tem de superar. Acredito que a campanha promovida pela ONU deva merecer especial atenção por parte de nosso Governo. Tenho certeza de que, para isso, envidará todos os esforços a Ministra Luiza Bairros, da Secretaria Especial de Igualdade Racial – nossa ministra, apesar de não ter nascido na Bahia, é baiana por adoção, a quem quero saudar desta tribuna neste momento. Ao mesmo tempo, reitero a nossa disposição de unirmos esforços nesse que é nosso compromisso, como baiana e brasileira – o de lutar pelo fim de todos os preconceitos e contra a intolerância por credo, gênero, etnia ou orientação sexual.

E gostaria que esta Casa encerrasse a sua participação nessa campanha, realizando uma grande sessão solene neste plenário, em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro. Para

isso, já formalizamos esse requerimento, para que tenhamos a antecedência necessária, de forma a organizarmos uma grande homenagem aos afrodescendentes brasileiros, que deram, no passado e ainda hoje, a sua grande contribuição para que sejamos o País e o povo a que nos orgulhamos de pertencer.

Registro também que hoje participei de audiência com a Ministra da Cultura sobre o Museu Afro na Bahia, com a Amafro, coordenada pelo poeta José Carlos Capinam, representando o Senador Walter Pinheiro e o Senador João Durval, levando a essa entidade a nossa solidariedade para que nós possamos dar continuidade ao fortalecimento daquela proposta de museu, que será, sem dúvida, o maior museu da cultura afro-brasileira do nosso País.

Nessa audiência nós buscamos consolidar o convênio já existente entre a Amafro e o Ibram para que possamos continuar tendo o financiamento para a construção desse museu, espaço indispensável da cultura negra. E é uma das nossas reivindicações: que o Governo Federal possa federalizar essa iniciativa, transformando aquele museu em mais um museu nacional do Brasil, desta feita, um museu dos afrodescendentes brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

14-4-2011

Destaque para o lançamento, hoje, na Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, comunicando à Casa que foi eleita coordenadora da Frente no Senado. (como Líder)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer à Liderança do meu partido, ao Senador Valadares, pela cessão do tempo, para que eu possa, nesta data de hoje, aqui, na tribuna, entre tantas importantes ações desenvolvidas pelo Senado e pela Câmara dos Deputados nesta semana, destacar o lançamento, na Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar Mista de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Tive a honra de merecer a coordenação, no Senado, dessa Frente, com a função de estabelecer um calendário de ações e trabalhar para que esse planejamento seja cumprido. Essa coordenação vai atuar também para que novos parlamentares possam se integrar a esse movimento.

Essas responsabilidades serão divididas, na Câmara dos Deputados, entre duas dedicadas batalhadoras pela infância brasileira, as companheiras Deputadas Érika Kokay, do PT do DF, e Teresa Surita, do PMDB de Roraima. O ato de lançamento, Sr. Presidente, foi prestigiado por diversas entidades, por conselheiros tutelares, pela representante do Unicef, pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, pelo Secretário da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.

Aliás, uma experiência inédita no Brasil a criação de uma secretaria de Estado para tratar de políticas públicas com foco na criança e

no adolescente, no Distrito Federal. O evento também contou com a presença do Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá, e de diversos Deputados Federais, entre os quais destaco Luís Couto, do PT da Paraíba, Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro, Luciano Castro, do PR de Roraima, Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro, Lúcio Vieira Lima, do PMDB da Bahia, Ságuas Moraes, do PT de Mato Grosso, Acelino Popó, do PRB da Bahia, Alessandro Molon, do PT do Rio de Janeiro, Artur Bruno, do PT do Ceará, Célia Rocha, do PTB de Alagoas, Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte, e Flávia Moraes, do PDT de Goiás..

Nesta Casa, subscreveram o apoio à Frente Parlamentar os seguintes Senadores e Senadoras: Angela Portela, Marinor Brito, Randalfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Paulo Paim, Magno Malta, Gleisi Hoffman, José Pimentel, Cícero Lucena, Vital do Rêgo, Paulo Bauer, Ana Rita, Walter Pinheiro, Wellington Dias, Humberto Costa, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Gim Argelo, Vicente Alves de Oliveira, Eduardo Amorim e Romero Jucá.

Como não poderia deixar de acontecer com uma frente que pretende defender os direitos a uma vida digna e livre da violência para nossos jovens e crianças, nosso ato foi profundamente marcado pelo sentimento de consternação e tristeza motivado pela chacina dos estudantes da Escola Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro.

Mas esse sentimento, Sr. Presidente, exige de nós, autoridades públicas, uma reação imediata: restaurar em todo o País a esperança dos pais, das crianças e jovens na segurança e tranquilidade necessárias para que possamos prosseguir nas escolas com as atividades de rotina. Isso exige um pensar urgente, uma recolocação do olhar dos governos municipais, estaduais e até do Governo Federal na escola pública do Brasil.

Repudiamos a violência, mas rejeitamos com o mesmo vigor as pseudossoluções que aparecem buscando criar mais e mais formas de proteção, entre aspas, das escolas brasileiras, podendo, na verdade, criar tantas maneiras de defesa e segurança que terminem colocando a escola separada da comunidade. Nós pensamos que é justamente no sentido inverso que nós devemos nos colocar neste momento, fazendo com que a escola se abraça e abrace a comunidade, e vice-versa, fazendo com

que a população possa participar mais da escola, fortalecendo aqueles projetos e programas... *(Interrupção do som.)*

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) ...assistência maior ao estudante dentro da escola, assistência psicológica, psicopedagógica, para identificar os problemas, para rapidamente interagir com as famílias das crianças, fazendo, portanto, com que a nossa escola se torne uma escola mais protegida porque mais representante da comunidade. Os estudantes que vivem numa determinada escola pública são parte da comunidade do seu entorno. Eles não podem ser isolados dessa comunidade com uma série de instrumentos ditos de proteção, que, na verdade, isolam mais a escola.

Tive a oportunidade, como prefeita de Salvador, de fazer um grande programa de assistência às crianças de rua da nossa cidade, chamado Fundação Cidade-Mãe, que foi premiada nacionalmente, internacionalmente, como política pública exemplar de atendimento a crianças de rua em situação de risco social. Portanto, Sr. Presidente, quero saudar a criação da nossa Frente, dizer da nossa disposição de fazer com que ela interaja nas diversas comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido de uma política pública cada vez mais atuante na defesa da infância e da adolescência brasileira.

Muito obrigada.

19-4-2011

Anúncio da solenidade de beatificação da Irmã Dulce, no próximo dia 22 de maio, em Salvador; e outro assunto. (como Líder)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Líder do meu partido por permitir que eu desse uma notícia ao Senado Federal a respeito de algo que é motivo de muita alegria para todos os baianos e baianas, que há muito tempo veem e consideram Irmã Dulce uma santa. Nossa alegria se dá pela proximidade do dia 22 de maio, quando acontecerá, no Parque de Exposições, em Salvador, a solenidade religiosa em que Irmã Dulce será beatificada. Esse é o penúltimo passo para a santidade ser confirmada pelo Vaticano.

A trajetória de vida dessa extraordinária mulher, que não descansou na missão de ajudar os que estavam à margem de qualquer direito ou conforto, não deixa dúvida sobre sua santidade. Sanidade esta que foi testemunhada por milhares de moradores de rua, que encontravam, nos seus cuidados, o verdadeiro sentido da solidariedade cristã e que, hoje, após a sua morte, continuam encontrando apoio nas obras sociais deixadas por ela, um legado construído com muito esforço e perseverança.

Desde muito cedo que o desejo de ajudar ao próximo tornou-se o objetivo de vida de Maria Rita de Souza Brito Lopes Ponte. Mesmo antes de ingressar na Congregação Religiosa Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, ela já se preocupava em acolher pessoas nas ruas, transformando a sua própria casa em abrigo para tratar suas enfermidades.

Tive a oportunidade de conhecê-la e, muitas vezes, questionava-me onde uma pessoa de aparência tão frágil encontrava energia para

tanta agilidade e determinação. Quando prefeita de Salvador, recebi Irmã Dulce muitas vezes no gabinete, na sua peregrinação constante em busca de ajuda para os seus pobrezinhos, como costumava dizer. A voz quase imperceptível e mesmo com a saúde bastante debilitada, prosseguia no caminho para realizar a sua obra, batendo à porta de autoridades, empresários, pequenos comerciantes, ou qualquer pessoa com disposição de ajudar.

Na oportunidade, tivemos a possibilidade de firmar convênios com as suas instituições, inclusive para o tratamento do alcoolismo em funcionários públicos municipais. Irmã Dulce deixou uma história de dedicação e amor ao próximo e uma obra social da maior importância para a Bahia. O Hospital Santo Antonio, fundado por ela, é responsável por mais de 40% dos atendimentos médicos, majoritariamente de pessoas carentes, não apenas de Salvador, mas também do interior do Estado. Mas as Obras Sociais Irmã Dulce têm um trabalho bem mais abrangente que atende idosos e crianças.

A história de Irmã Dulce está preservada no coração dos baianos e no memorial a ela dedicado, instalado na OSID, na Cidade Baixa, em Salvador. Todo esse trabalho, cuidadosamente organizado sob a orientação de sua sobrinha, a jornalista Maria Rita Lopes Ponte, que herdou a missão de dar continuidade à sua obra. Para se entender um pouco mais do trabalho de Irmã Dulce, é preciso retroceder a meados da década de 30, quando os operários das fábricas de Itapagipe construíram seus barracos sobre palafitas na baía dos Tanheiros, dando origem ao local que ficou conhecido como Alagados, onde pessoas moravam em condições subumanas. Irmã Dulce era a referência de auxílio.

Era ela que levava médicos, roupas, alimentos e conforto. Para ajudar na organização dos operários, em 1º de maio de 1936, fundou a União Operária São Francisco, primeira organização operária da Bahia. Poucos meses depois foi transformada no Círculo Operário da Bahia, com sede própria no Largo de Roma, na Cidade Baixa, em Salvador.

Em 1939, ela invadiu cinco casas na Ilha dos Ratos, área do comércio, também na Cidade Baixa, para acolher e cuidar dos enfermos de rua. Pressionada pelo proprietário das casas, levou os doentes para os arcos da subida da Colina do Bonfim, mas o prefeito da época a intimou

a retirá-los de lá. Mas nada disso a intimidava, e, para não deixar os enfermos ao relento, transformou um galinheiro do local, que viria a ser o embrião do Hospital Santo Antônio, em abrigo. Em linhas gerais, este é o resumo brevíssimo da história de Irmã Dulce que poderá se transformar oficialmente, pelas leis que regem a Igreja Católica, na primeira Santa da Bahia, embora, como disse anteriormente, para os baianos e as baianas há muito que ela assim é conhecida.

Sr. Presidente, quero registrar, rapidamente, nesse tempo que ainda me resta, a passagem, no último dia 13 de abril, do aniversário se estivesse viva, completaria 96 anos de idade da Sr^a Ana Montenegro, comunista, defensora dos direitos humanos, reconhecida e conhecida por todos na Bahia como D. Ana. Faz grande falta à Bahia Ana Montenegro, a primeira mulher exilada política do Brasil, a quem tive a satisfação de, juntamente com a Deputada Estadual, hoje Prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, entregar, em seu aniversário de 90 anos, em sua residência, o título de Cidadã Baiana, que lhe foi concedido pela Assembleia Legislativa, por unanimidade de votação.

Não posso deixar também de lembrar e, neste dia, fazendo este registro em sua homenagem, enviar um grande abraço a seus familiares: Sônia, sua filha; Sara, sua neta; e Lucas, seu bisneto, que, juntos com Ana Montenegro, marcaram a história da luta do nosso Estado por liberdades, por direitos humanos, de combate ao racismo e de direitos especialmente para a mulher baiana.

Muito obrigada.

20-4-2011

Apresentação de requerimento solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre assistência consular ao brasileiro Alexandre de Souza Silva, preso desde março de 2010, em Londres, acusado de conspiração; e outros assuntos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, quero abordar algumas questões na tribuna e inicio por uma situação específica, que trata de um requerimento que apresento a esta Casa. Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requieiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores informações a respeito das seguintes questões:

1) Qual a assistência consular e diplomática que o Ministério das Relações Exteriores tem prestado a Alexandre de Souza Silva, condenado no Reino Unido à pena de dez anos pelo crime de conspiração, por ter sido encontrada quantidade superior à permitida de estupefacientes em posse de seu colega de quarto?

2) O Ministério das Relações Exteriores tem mantido contato frequente com o defensor de Alexandre de Souza Silva? Quais são as alternativas recursais, de acordo com o ordenamento jurídico britânico, dos quais a advogada pretende valer-se para uma eventual revisão da decisão judicial ou abrandamento da pena?

3) Por que a conduta de Alexandre foi enquadrada como conspiração?

Há formas de desfazer esse quadro?

4) O Ministério das Relações Exteriores tem elementos suficientes para respaldar a desconfiança esboçada por parentes e amigos de Alexandre de que sua condenação teve motivação em preconceito de origem?

5) O Ministério das Relações Exteriores tem elementos para assegurar que Alexandre de Souza foi julgado de acordo com o devido processo legal?

6) Há legitimidade para que o caso seja apresentado perante a Corte Europeia de Direitos Humanos? Quais as chances de que o caso seja admitido?

Sr. Presidente, foi-nos dado saber que Alexandre de Souza Silva, porto-segurense de 44 anos, está preso desde março de 2010 em Londres, acusado de conspiração, e que teve novo julgamento marcado para o dia 20 de janeiro de 2011. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil em Londres estaria acompanhando o caso, e a família teria intenções de, no limite, postular manifestação da Corte Europeia de Direitos Humanos.

Em julho de 2009, o brasileiro foi preso acusado de tráfico de drogas. A droga pertenceria a Júlio, outro brasileiro com quem Alexandre dividia a casa em Londres. Segundo informações encaminhadas ao gabinete desta senadora, exames laboratoriais teriam comprovado que o porto-segurense não tinha envolvimento com drogas. Não obstante, Alexandre teria permanecido preso, do dia 6 de julho até 20 de novembro de 2009, quando passou a aguardar o julgamento em liberdade. Por falta de provas, no dia 24 de fevereiro de 2011, a justiça britânica retirou a acusação de tráfico de drogas, mas o acusou de conspiração contra ingleses. Em março, o juiz Peter Clarke condenou-o a quinze anos de prisão. Após a condenação de Alexandre, Júlio teria assumido toda a culpa sobre o flagrante com drogas, reforçando a inocência do baiano.

Consta dos manifestos encaminhados ao gabinete desta senadora que Alexandre de Souza sempre demonstrou conduta ordeira e laboriosa em seu local de residência, o Reino Unido, onde se estabeleceu há mais de vinte anos, tendo sido vítima de circunstâncias alheias à sua vontade.

As suspeitas de que o preconceito tenha sido a grande motivação para uma potencial injustiça, que avilta nossas consciências, levam-nos a inquirir a Chancelaria brasileira com o fim de esclarecer os fatos. Estive em contato com a família de Alexandre, que, desesperada, busca a defesa e a liberdade desse brasileiro, que, há vinte anos, reside, como já falei, no Reino Unido, com endereço certo, com emprego certo e com destacado desempenho em sua carreira.

Portanto, sua própria família acredita tratar-se de preconceito de origem, de preconceito contra brasileiro, contra latino-americano naquele país, e nos busca – a mim, como senadora da Bahia, e a esta Casa, para intermediarmos no sentido da defesa desse brasileiro no exterior.

Sr. Presidente, também quero ressaltar aqui a audiência que acabamos de fazer com a Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV), do meu Estado, e com sua representação em Brasília, uma representação nacional da Abav. A audiência foi feita com vistas a buscar a facilitação dos vistos de brasileiros de baianos, no nosso caso para os Estados Unidos. Os baianos, como os habitantes de diversos outros Estados do Brasil, não têm Consulado em seu Estado que lhes permita requerer e receber o visto e têm de ser submetidos a entrevistas em outros Estados – em Pernambuco, em Brasília, em São Paulo ou no Rio de Janeiro – encarecendo ainda mais sua viagem ao exterior.

A entrevista foi muito positiva no que diz respeito à boa vontade do Consulado-Geral dos Estados Unidos no Brasil e do Sr. Embaixador, mas ainda se faz necessária a aprovação do Congresso Nacional para a instalação de um novo consulado. Essa é uma reivindicação também dos senadores do Rio Grande do Sul, que têm as mesmas razões que eu tenho. Como senadora baiana, representei os senadores da Bahia.

Essa facilitação é extremamente importante para as relações do Brasil com os Estados Unidos. Já há uma reivindicação de muitos anos do setor turístico brasileiro, do *trading* turístico brasileiro, para que possamos conseguir uma flexibilização dos vistos também do Brasil para os Estados Unidos. O próprio Embaixador se mostrou esperançoso com o claro benefício que essas viagens trariam para a economia americana de diversas regiões. Para nós, que trabalhamos no turismo, é muito importante que tenhamos uma relação próxima com os Estados Unidos

do ponto de vista geográfico. Poderemos nos beneficiar disso, atraindo novos turistas americanos para o Brasil.

Na Bahia, especialmente, Senador Paulo Paim – V. Ex^a tem sido um dos ícones da luta antirracista no Brasil – desenvolvemos uma relação com aquele país. Há um programa de turismo étnico com os Estados Unidos na minha região, na cidade em que nasci, na Festa da Boa Morte, quando recebemos diversos afrodescendentes que aqui vêm pesquisar e conhecer aquela Festa, aproveito a oportunidade para convidar V. Ex^a para lá estar presente no mês de agosto e toda a tradição da cultura afrodescendente do interior do nosso Estado, particularmente do Recôncavo, zona em que se deu o plantio da cana-de-açúcar, onde, portanto, havia fazendas de canaviais em que existia a escravidão de forma mais efetiva, e que guarda toda a tradição da cultura afrobrasileira e baiana no nosso Estado.

Para nós, isso é muito importante. Recebi do senador, inclusive, a informação de que outras comissões de senadores têm ido ao Consulado e à Embaixada para tratar desse assunto. Sugeri e proporei isso também ao presidente da Comissão de Relações Exteriores que fosse feito um convite ao Congresso Nacional americano para visitar o Brasil, para que, aqui, em contato com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados, debatêssemos a questão da necessária flexibilização, facilitação dos vistos de brasileiros para os Estados Unidos. Também recebi informações da área de turismo. Tenho em mão uma carta de cem das maiores empresas relacionadas com o *trading* turístico dos Estados Unidos, solicitando ao Presidente Obama a liberação dos vistos para o Brasil. Ou seja, não se justifica a exigência de vistos para o Brasil, a sétima economia do mundo, uma economia em crescimento, que tem relação destacada com os Estados Unidos, país que já dispensa visto de alguns países da Europa. Nós, com a tradição cultural de paz do nosso País, não podemos estar submetidos a tantas regras de segurança para termos acesso a esse país praticamente vizinho ao nosso e com que o Brasil mantém muitas relações comerciais e econômicas importantes.

Quero, portanto, registrar aqui a nossa audiência. Darei ciência disso ao Presidente da Comissão de Turismo e Desenvolvimento Regional, Senador Benedito de Lira, para que também a nossa Comissão possa fazer gestões no sentido desse contato com o Congresso americano, permitindo que

novos consulados sejam instalados em Porto Alegre e na Bahia, a fim de favorecer as viagens dos brasileiros aos Estados Unidos.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer meu registro de preocupação, junto com o Senador Walter Pinheiro, com a paralisação das obras da ferrovia Oeste Leste, essa ferrovia fundamental para a Bahia e para o Brasil, que liga a Bahia, que é cortada de oeste a leste e ligada ao Tocantins, e que se vai ligar, depois, à Norte-Sul. Enfim, é uma ferrovia que pretende fortalecer toda a carga de minério da Bahia, escoando pelo Porto Sul, em Ilhéus.

É um projeto que integra porto, ferrovia e aeroporto numa zona fundamental para o Brasil e para a Bahia, uma zona que sofreu muito após ter dado uma contribuição muito grande à economia da Bahia e à economia do Brasil, com a produção do cacau, hoje em decadência após a vassoura de bruxa, e que merece a atenção do Ministério Público Federal, no sentido de não impedir que esse importante investimento para o Estado da Bahia possa ser prejudicado.

É um investimento pensado há muitos anos, como foi destacado aqui pelo Senador Walter Pinheiro, que foi e está sendo fruto de um esforço imenso do Governo do Estado, do Governador Jaques Wagner, da bancada baiana, do Senado, da Câmara dos Deputados para fazer-se realidade e que foi um sonho do grande engenheiro baiano Vasco Neto, quando pensava a infraestrutura logística deste País. Vasco Neto foi também representante, muitas vezes, da Bahia como deputado federal, um grande engenheiro, professor da Escola de Engenharia do nosso Estado, que grandes contribuições prestou à engenharia nacional.

Portanto, quero ressaltar a importância de que criemos, inclusive, mecanismos para apelar ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal para que não utilizem da ferramenta de paralisar obras importantes do Estado, mas busquem outro mecanismo de fiscalização que não impeça e não encareça as obras públicas de alguma maneira, porque são paralisadas em nosso País. Finalmente, quero me agregar à palavra de V. Ex^a e também do Senador Walter Pinheiro quanto ao rico debate que houve hoje na Comissão de Integração Regional e Turismo, no que diz respeito à existência de um grande número de subcomissões nos trabalhos da Casa, o que, eventualmente, da forma como ocorre o

nosso Regimento o permite, diferentemente do que ocorre na Câmara dos Deputados, termina enfraquecendo profundamente as comissões gerais de trabalho da Casa.

Quero me associar a esse esforço, para que possamos rediscutir o trabalho das subcomissões, das frentes parlamentares, que podem até ser fortalecidas, para que possamos ter oportunidade de juntar, de agregar senadores que, eventualmente, não estando numa determinada comissão, mas tendo interesse em participar daquele tema, poderão ser incorporados ao debate, mas sem enfraquecer o papel fundamental das comissões permanentes desta Casa. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço também ao Senador Cristovam Buarque, que cedeu seu tempo, para que eu pudesse falar agora.

26-4-2011

Registro do transcurso, ontem, do aniversário de 32 anos de fundação do bloco afro Olodum; e outros assuntos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar, na noite de hoje, a passagem, ontem, do aniversário do bloco afro Olodum e, portanto, dar meus parabéns ao seu presidente, o João Jorge, que é um líder do movimento negro no Brasil e também, agora, companheiro do PSB, pela passagem dos 32 anos de fundação do bloco, comemorados ontem, data que marca uma trajetória vitoriosa de afirmação da cultura afro-brasileira em nosso Estado.

Criado em 25 de abril de 1979, num momento de grande mobilização do movimento negro, o Olodum, ao longo de sua existência, projetou-se nacional e internacionalmente, consolidando-se como um dos mais significativos grupos culturais brasileiros. Àquela época, o Olodum, ainda em plena ditadura militar, enfrentava, ao mesmo tempo, de um lado, o preconceito racial e, de outro lado, as ações de um movimento dirigido por um jovem operário petroquímico no sentido de afirmar a cultura afro-brasileira na cidade de Salvador, sendo um dos responsáveis pela reanimação do Centro Histórico de Salvador quando adotou os seus ensaios na terça-feira da bênção, realizando-se sempre no Pelourinho, que vivia, naquele momento, um abandono grande de sua infraestrutura e mesmo de sua atividade comercial e domiciliar.

Os ensaios do bloco Olodum, realizados, todas as terças, no Centro Histórico do Pelourinho, foram um elemento essencial na reativação, na reanimação e até mesmo um estimulador da reurbanização daquele

bairro do nosso Estado, que até hoje é um dos principais equipamentos turísticos do Estado da Bahia, o Parque do Pelourinho. Além das atividades culturais desenvolvidas pelo Olodum, que atualmente abrangem diversas linguagens artísticas, a exemplo da música, da dança, do teatro, o Olodum atua como poderoso instrumento de afirmação dos valores afro-brasileiros e de luta contra o preconceito racial e outras formas de discriminação.

De grande relevância também é a Escola Olodum, mantida pelo Bloco no Centro Histórico de Salvador. Um espaço de participação e expressão da comunidade negra, uma referência nacional e internacional. Trabalho inovador com arte, educação e pluralidade cultural, que vem estimulando a profissionalização de novos músicos e contribuindo para dar um novo rumo à vida de muitas crianças e adolescentes.

Sem dúvida, é inestimável a contribuição do Olodum para o enriquecimento da produção artístico-cultural baiana e sua divulgação do Brasil e no exterior. Sua firme determinação no combate ao racismo e fortalecimento da cidadania é a razão pela qual reiteramos, com entusiasmo, as nossas congratulações pelos seus 32 anos de fundação.

Quero aqui também me associar a todos aqueles que hoje se referiram ao aniversário da Embrapa, organização que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do nosso País, da nossa agricultura, em particular do Recôncavo Baiano, de nossa Cruz das Almas, de Santo Antônio, de Conceição do Almeida e de toda a região do Recôncavo Baiano que recebe e recebeu da Embrapa, esses anos todos, uma enorme contribuição para o desenvolvimento da nossa agricultura e da agricultura familiar em nosso Estado.

Quero ressaltar também, Sr. Presidente, a passagem, no último dia 24 de abril, da data em que se comemora o Dia do Agente de Viagem, que foi hoje comemorado em sessão especial na Câmara dos Deputados. Infelizmente, eu não pude comparecer por estar participando da Comissão de Assuntos Econômicos, que hoje iniciou a discussão da reforma tributária, com a participação da representação do Confaz e de tantas outras representações, de secretários de estado, como os de São Paulo e do Espírito Santo, discutindo um projeto do Senador Romero Jucá. Não pude participar desse importante evento que a Câmara reali-

zou, comemorando a data do agente de viagem, que é um profissional da área do turismo, das agências de viagem, essencial para o desenvolvimento dessa atividade e essencial, portanto, para o desenvolvimento da atividade econômica do turismo. Eu tive oportunidade, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Turismo e Desporto, de dar parecer favorável ao reconhecimento da profissão do agente de viagem e creio que essa data, para ser comemorada em sua plenitude, deveria se dar com a aprovação do PL nº 5.120, que reconhece e regulamenta a atividade desse segmento.

Não só a atividade do segmento do agente de viagem como a regulamentação das atividades das agências de viagem dependem de aprovação da Câmara dos Deputados. Aqui no Senado, já foi votado, semana passada, em comissão já foi aprovado também, a regulamentação do agente de viagens, e voltou para a Câmara dos Deputados o projeto.

Isso é extremamente importante para a regulamentação de todo o setor da atividade turística em nosso País, que hoje é um grande gerador de emprego e renda, principalmente quando nos preparamos para a realização de tão importantes eventos desportivos, que marcarão a atividade turística no nosso País. Portanto, eu não quero deixar de registrar aqui nesta Casa também, no Senado, a passagem do Dia do Agente de Viagens, que é fundamental para a organização das agências e da atividade turística em nosso País.

Finalmente, Sr. Presidente, quero registrar também, em reunião da Comissão Mista de Orçamento em conjunto com a Comissão de Finanças e Controle da Câmara dos Deputados e com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, a passagem da Ministra Miriam Belchior, que fez uma análise da situação econômica do Brasil e apresentou a nova LDO. Um momento importante, fundamental para o debate no Congresso Nacional, que se prepara para apreciar a nova LDO, num esforço do Governo de fazer com que os investimentos estejam previstos pelo Governo, estejam todos na LDO, num esforço de reforçar e fortalecer o planejamento em nosso País.

Há algum tempo, o planejamento havia perdido a sua importância, mas foi retomada, com o governo do Presidente Lula, a importância da ação de planejamento econômico para o desenvolvimento do País, para

a organização das finanças nacionais. A afirmação de pontos, de aspectos importantes da LDO foi feita pela Ministra Miriam Belchior. Além de tudo, é um orgulho para nós mulheres que, além de termos uma mulher presidindo o Brasil, tenhamos mulheres em postos importantes, em ministérios tão importantes como temos hoje, particularmente no Ministério de Planejamento.

E foi muito alvissareiro poder sentir a esperança com que a ministra se posicionou para resolver essa questão que vem mobilizando os prefeitos do Brasil inteiro. Trata-se da possibilidade de ampliarmos o prazo do decreto presidencial que definiu as emendas, o aproveitamento, a realização das emendas de 2007, 2008 e 2009 e a sua execução, estabelecendo o prazo de 30 de abril para encerrar a validade dessas emendas, daquelas cujas obras não se iniciaram.

Nós sabemos o quanto isso será prejudicial aos municípios brasileiros, especialmente aos pequenos municípios, que dependem, muitas vezes, desse orçamento extra que vem da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em forma de emenda parlamentar individual e que é tão substancial à vida desses municípios, muitos municípios que têm compromisso já feito de licitações já iniciadas com obras que não foram realizadas em razão dos atrasos da própria Caixa Econômica, que enfrentou uma greve de quase três meses.

Enfrentamos mais três meses de dificuldade, por estarmos no ano eleitoral antes da eleição e três meses depois da eleição, sem podermos executar essas emendas, que são, como disse antes, tão necessárias ao desenvolvimento e ao aporte orçamentário desses municípios.

Portanto, foi muito importante a presença da Ministra Miriam Belchior hoje, assegurando ao Congresso a continuidade dos investimentos governamentais e, inclusive, a sua ampliação na área de educação, na área de saúde e na área social, garantindo que o Governo busque o controle dos gastos governamentais, mas sem perder o rumo no sentido daquilo que é essencial para o povo brasileiro e para os compromissos assumidos pela Presidente da República em centrar-se na educação, em garantir a melhoria da saúde do nosso País e a superação da pobreza do nosso povo.

Creio que a exposição da Ministra Miriam deixou a Câmara e o Senado com mais segurança para poder aprovar a LDO, com a clareza e a confiança de que estamos caminhando num sentido correto, num momento em que o País se encontra numa nova situação, em que é preciso conter a inflação, em que é preciso diminuir o consumo de maneira seletiva, mas sem perder a ideia de que precisamos manter o nível de investimento do nosso País, para que ele possa resolver os grandes gargalos do desenvolvimento nacional, de investimento na infraestrutura, de investimento na habitação, de investimento na educação, de investimento na saúde e de investimento na superação essencial da situação de pobreza do nosso povo.

Finalmente, Presidente, finalmente mesmo, quero abordar um tema já tratado hoje aqui neste plenário. Trata-se da questão e uma sugestão de V. Ex^a também da realização de uma reunião entre os presidentes de comissões e o presidente da Casa, o que hoje foi reafirmado pelo líder do nosso bloco, para que pudéssemos organizar a vida das comissões.

Esta semana saiu uma matéria de uma agência nacional de comunicação dizendo que o Senador Walter Pinheiro, meu companheiro de campanha e de todas as horas aqui na defesa dos interesses do nosso Estado, tinha um projeto buscando moralizar ou normatizar a vida do Senado Federal no sentido de diminuir as subcomissões e que eu, em contrapartida, ia no sentido inverso, instalando uma subcomissão que sequer tinha razão de existir porque já existia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita que eu diga que eu sou testemunha de que V. Ex^a propôs, lá na Comissão de Turismo, que fosse feito exatamente isto: diminuísse o número de subcomissões.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Além de ter sido uma das senadoras que primeiro levantou essa questão na nossa subcomissão, na época inclusive quando aprovamos a Subcomissão do Nordeste, do Norte e do Sul, apenas coloquei a proposta da Subcomissão da Copa naquela comissão porque acho que essas subcomissões nesse formato esvaziam o conteúdo geral da comissão principal, que deve tratar de todos os temas. Também não compreendo por que uma Comissão de Desenvolvimento e Turismo possa passar ao largo de uma discussão fundamental para o turismo nacional: a realização da Copa do Mundo em 2014.

Aqueles que já foram deputados nesta Casa sabem que, há dois anos, existe um fórum legislativo envolvendo inclusive as assembleias estaduais em nosso País, um fórum legislativo que envolve todas as cidades-sedes, que tem a articulação e a iniciativa da Comissão de Turismo da Câmara e do Senado.

Foi nessa condição apenas que propus essa subcomissão, cuja pauta estaria aberta para discussão com a subcomissão existente na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, percebendo que nós não poderíamos ficar fora de um debate tão importante. A Comissão de Turismo tem a obrigação de colocar uma pauta positiva em relação à Copa do Mundo, que não se reduz a fazermos a fiscalização das obras físicas, seja dos estádios, seja das chamadas obras de mobilidade urbana, seja dos recursos investidos nessa área.

Para o turismo, outra pauta está colocada. Está colocada a pauta de nós termos uma política de qualificação profissional imediata para incorporar todos os estados que são sede e subse-des da Copa do Mundo, nessa preparação para que o País se torne uma potência no turismo internacional. Está a pauta de nós prepararmos receptivos turísticos em cada estado; está a pauta de nós prepararmos a promoção turística do Brasil, no exterior; está a pauta de nós colocarmos a promoção de cada cidade-sede no conjunto do País, para que possamos realmente absorver toda a contribuição ao turismo nacional neste momento.

A Copa do Mundo se relaciona com diversas áreas das nossas comissões. A Subcomissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano pode e deve discutir essa questão. Aqui, na Casa, a Subcomissão da Amazônia existe em, pelo menos, duas outras comissões. Sou adepta e defensora da realização de uma reunião dos presidentes de comissão com as lideranças partidárias, para encontrarmos um ponto comum de atuação, já que restará muito pouco a fazer ao presidente da Casa, uma vez que o Regimento Interno permite a existência dessas comissões num modelo diferente do que existe na Câmara dos Deputados, onde as subcomissões exercem um papel de praticamente grupo de trabalho, que se volta, a todo instante, para dentro da própria comissão.

Portanto, quero apenas esclarecer essa questão, no que diz respeito à minha posição no debate que a Casa vem travando sobre suas ativi-

dades, o que, aliás, é muito positivo, porque o debate não está sendo travado, Senador Randolfe, com senadores que são omissos em suas atividades, mas com aqueles que estão querendo intensificar seu trabalho, dividindo-se em subcomissões para participar e aprofundar ainda mais essa tarefa.

Infelizmente, o número criado de subcomissões nos traz um novo problema: o fato de não termos quórum que justifique a realização de tantas atividades. Portanto, quero agradecer sua tolerância, Presidente, que me deu tempo suficiente para esclarecer essa questão e reafirmar que tenho com o companheiro Walter Pinheiro uma articulação permanente de ações conjuntas em defesa do Estado da Bahia e uma enorme unidade em relação àquilo que pensamos sobre o funcionamento desta Casa.

Muito obrigada.

27-4-2011

Homenagem pelo transcurso hoje do Dia da Empregada Doméstica.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é um dia muito importante para nós mulheres. Por isso, eu não gostaria de deixar de registrar esta data. Dia 27 é a data dedicada aos trabalhadores e trabalhadoras que desempenham atividades domésticas.

Apesar da importância dessa categoria para todos os domicílios, para a sociedade e para a economia, eles ainda estão excluídos de direitos que há muito tempo foram incorporados pelos demais trabalhadores, a exemplo da obrigatoriedade do pagamento do FGTS pelos empregadores. Com isso, ficam também excluídos do benefício do seguro desemprego.

Fora os trabalhadores domésticos – nós poderíamos até dizer as trabalhadoras domésticas –, não existe nenhuma outra categoria para a qual o benefício do FGTS seja considerado opcional. Acredito que nós, como legisladores, estamos em dívida com esses trabalhadores e trabalhadoras que, segundo o último levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD, do IBGE, representam 15,8% do total da ocupação feminina no País, o que em termos numéricos equivale a 6,2 milhões de mulheres. Para esses trabalhadores, até mesmo benefícios já incorporados, a exemplo da obrigatoriedade da assinatura de carteira profissional e do recolhimento previdenciário, deixam de ser cumpridos.

Entre os que desenvolvem trabalho doméstico, de acordo com a pesquisa, somente 26,8% têm carteira assinada. Isso quer dizer que a grande maioria trabalha na informalidade e está excluída de direitos

como aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio doença, pensão por morte, 13º salário, férias remuneradas, entre outros. Na Bahia, o Sindoméstico, fundado em 1990, tem uma atuação destacada pelo reconhecimento social do trabalho doméstico por entender que a sociedade ainda trata essa categoria como trabalhadores de segunda classe e considera que essa situação decorre do fato de que esse trabalho é desenvolvido, na maioria, por mulheres negras, o que é verdade.

Pela importância do trabalho que desenvolve, presto esta homenagem extensiva a toda a categoria na figura da fundadora do sindicato e líder das trabalhadoras domésticas da Bahia, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade, premiada, nacional e internacionalmente, por sua luta pelos direitos das domésticas do Brasil, nossa companheira Creuza Maria Oliveira.

Também quero parabenizar, pela iniciativa, a OIT, a ONU Mulheres e a Fenatrad e, pelo apoio, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Juntos, esses órgãos fizeram o relançamento da campanha de rádio “Respeito e dignidade para as trabalhadoras domésticas: uma profissão como todas as outras”, veiculada nas emissoras de rádio.

É preciso realmente tratar o trabalho doméstico como uma profissão igual a todas as outras. No Congresso Nacional, existem em tramitação vários projetos que tratam dessa questão e acredito que nosso esforço deve dar-se no sentido de garantir que os benefícios das demais categorias sejam incorporados ao trabalho doméstico atuação que terminou ficando inconclusa na Constituinte.

Na América Latina, a OIT registra que mais de 14 milhões de mulheres realizam serviços domésticos de forma remunerada, desempenhando um amplo conjunto de atividades para o bom funcionamento de uma casa e para o cuidado de seus membros. Mesmo quando essas tarefas requerem múltiplos talentos, muitas vezes se pensa que é um trabalho simples, que não requer competências especiais, apenas habilidades que são inatas das mulheres. Preconceitos como esse tornam mais difícil que o trabalho doméstico seja reconhecido como uma atividade profissional como qualquer outra.

Tradicionalmente, o trabalho doméstico tem sido a porta de entrada no mercado de trabalho para as mulheres que possuem menor escolaridade, que não têm qualificação ou experiência de trabalho e que não dispõem de redes sociais nas quais se apoiarem no processo de busca de emprego.

Por muitos anos, o segmento majoritário foi o de jovens rurais que migravam em busca de renda e com expectativas de incorporação à vida moderna que a cidade oferecia. O peso das jovens rurais diminuiu, mas o trabalho doméstico continua sendo uma ocupação com uma alta proporção de mulheres provenientes de famílias pobres, e as mulheres indígenas e afrodescendentes estão sobrerrepresentadas. Nos últimos anos, também ocorreu um grande movimento migratório de mulheres, que buscam melhores opções de trabalho nas regiões em que o trabalho doméstico remunerado oferece maiores salários.

Em cada 100 mulheres que trabalham, 14 são trabalhadoras domésticas. Do ponto de vista numérico, é a ocupação mais importante para as mulheres na América Latina. Na realidade, essa cifra poderia ser ainda maior, já que frequentemente as estatísticas não captam as trabalhadoras que trabalham por hora ou por dia, as trabalhadoras não registradas, as migrantes sem documentos e as meninas que realizam trabalho infantil doméstico. A remuneração das trabalhadoras domésticas é baixa, embora se possa observar um importante incremento associado possivelmente com a política de crescimento do salário mínimo aplicada em vários países, somado ao aumento da demanda por serviço doméstico. O crescimento da remuneração das trabalhadoras domésticas contribuiu para melhorar sua posição relativa na escala de remunerações de cada país. Apesar disso, esses ganhos continuam muito próximos às linhas de pobreza dos respectivos países e são acentuadamente menores do que a média dos rendimentos das mulheres ocupadas.

Tudo isso, Sr^a Presidenta, faz com que nós sintamos a necessidade de homenagear o trabalho doméstico nesta sessão. Aqui, nesta Casa, os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras – que aumentaram sua participação no Senado – têm a obrigação de defesa do trabalho doméstico em todas as questões que nos unem a ele, principalmente por ser essa a ocupação em que a maioria das mulheres pobres e negras deste País estão inseridas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-la pela bela e tão merecida homenagem que faz a todas as empregadas domésticas de nosso País, que, conforme V. Ex^a ressalta, constitui um contingente enorme que nem sempre levamos em consideração. V. Ex^a salienta que, em cada 100 mulheres, 16, hoje, são empregadas domésticas no Brasil. Quero aqui, em especial, se me permite V. Ex^a, cumprimentar as pessoas que comigo trabalham em casa, como a Zélia, em Brasília, a Neide e a Íris, em São Paulo, e o Damião, que há mais tempo trabalha comigo e que exerce funções outras, de assessoria e de motorista. De maneira que quero aqui prestar uma homenagem a eles, a elas, a todas as empregadas e empregados domésticos do Brasil, que, conforme salientou V. Ex^a, têm obtido direitos que ainda precisam ser mais bem examinados pelo Congresso Nacional, para que sempre venhamos garantir seu trabalho com toda a dignidade. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senador Suplicy.

O que reivindicam os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas do Brasil e de toda a América Latina e do mundo são normas internacionais que lhes garantam um trabalho decente. Nesse sentido, Sr^a Presidente, apresentei ontem projeto de lei que garante o benefício do salário-família para as trabalhadoras domésticas que ficam fora dele. O benefício do salário mínimo, assegurado constitucionalmente aos trabalhadores de baixa renda, inexplicavelmente não é devido aos empregados domésticos, um paradoxo, pois esse instituto, voltado justamente para satisfazer as necessidades vitais dos trabalhadores, quando ampliadas em razão dos encargos familiares, não se aplica a uma categoria que, essencialmente, situa-se numa camada social que percebe os mais baixos salários.

O objetivo é, portanto, contribuir com o movimento que existe no Brasil, “Legalize sua doméstica e pague menos INSS”, do qual brotou uma série de projetos de lei que estão em tramitação na Câmara dos Deputados e que, neste momento, servem de inspiração para o nosso

projeto. Em outra oportunidade, terei condições de justificá-lo de forma mais detalhada ao conjunto das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores.

Agradeço enormemente a tolerância de V. Ex^a, para que eu, mais uma vez...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT - DF) – Senadora...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) ... reafirmasse nosso compromisso em defesa do emprego doméstico no Brasil, em defesa dos direitos, melhor dizendo, dos empregados domésticos do Brasil, bem como a nossa satisfação em, hoje, aqui fazer esta homenagem. Para encerrar...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT - DF) – Seria possível um aparte, em nome das empregadas domésticas do Brasil?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos dar mais um minuto para a conclusão, então. Senador, conclua o pronunciamento da Senadora.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senadora, quero parabenizá-la pelo tema, pelo conteúdo e pela oportunidade. Queria apenas acrescentar algo que muita gente esquece em relação ao trabalho das nossas secretárias domésticas: as condições habitacionais que elas têm dentro das casas dos seus patrões, das suas patroas. Eu tenho um projeto que tenta regulamentar isso, exigindo que o “Habite-se” de qualquer edifício, de qualquer casa, leve em conta condições mínimas de dignidade onde vão morar essas empregadas. Hoje, são verdadeiros cubículos, em que não poderíamos deixar que estivessem pessoas que merecem o nosso carinho e respeito.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Agrego seu aparte ao nosso pronunciamento. A nossa solidariedade e apoio ao projeto.

Muito obrigada.

28-4-2011

Saudação à engenheira baiana Rute Borges Carvalhal, eleita para a Coordenadoria Nacional de Câmaras Especializadas de Engenharia Civil do Sistema Confea/Crea; e outros assuntos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente Anibal Diniz, quero iniciar agradecendo a sua gentileza de me conceder o tempo, trocando comigo, pois tenho, daqui a pouco, um avião.

Assumo a tribuna, meu caro Presidente da Comissão de Turismo, Desenvolvimento e Integração Regional do Senado, companheiro Benedito de Lira, para registrar dois fatos que considero importantes, envolvendo a Bahia. Primeiramente, quero saudar a eleição, para coordenar o Crea Nacional, da engenheira baiana Rute Borges Carvalhal, eleita por unanimidade, fato inédito nos 70 anos da entidade.

Entre as missões de Rute, a nova coordenadora nacional das Câmaras de Engenharia Civil do Sistema Confea/Crea, estará a defesa dos profissionais brasileiros nas negociações que o Governo Federal terá com outros países na abertura do mercado de trabalho a engenheiros civis estrangeiros. Portanto, é uma grande missão, além da representação e do trato da profissão no dia a dia – no nosso País o que já é um grande desafio –, a que a engenheira Rute Borges assume neste momento. É um orgulho para a Bahia, para as baianas em especial, mas também para a engenharia nacional.

O segundo assunto, Sr. Presidente, rapidamente, diz respeito ao nosso presidente da Comissão de Turismo. Quero saudar o Governo da Bahia, que lança, nesta sexta-feira, um novo roteiro turístico na cidade de Juazeiro, Bahia, com o objetivo de promover o turismo na produção

vinícola da região. O projeto Vapor do Vinho apresentará aos agentes de viagem, operadores e jornalistas, esse novo atrativo turístico da região do Vale do São Francisco.

Há algum tempo, a Bahia vem-se destacando pela produção vinícola daquela região, fronteira com o Estado de Pernambuco. Nós produzimos, portanto, vinho no vale do São Francisco, que começa a ter uma importância grande na produção nacional. Será feito um passeio pelo rio São Francisco, a bordo da barca Rio dos Currais o Vapor do Vinho, Presidente Benedito –, onde o turista poderá apreciar as belezas do Velho Chico, transformado pelo homem com a construção da barragem de Sobradinho.

Após o embarque, o Vapor do Vinho desliza nas águas do Velho Chico em direção à barragem, onde será feita a transposição da embarcação para outro nível do reservatório de Sobradinho, vencendo um obstáculo de até 32,5m de altura. Após duas horas a bordo, com gastronomia regional e uma paisagem deslumbrante do vale do São Francisco, que V. Ex^a conhece tão bem, o visitante vai-se deparar com a próxima etapa do passeio, a Vinícola Terra Nova, onde receberá informações sobre viticultura, com visita aos vinhedos, elaboração de vinho tinto, branco e espumante, além de uma degustação dos produtos produzidos na fazenda. Os turistas poderão, ainda, adquirir todos os vinhos produzidos no local e cosméticos à base de uva e vinho.

O retorno desse passeio é feito via terrestre, com a vista de outras paisagens do vale do São Francisco. Dados da Organização Mundial do Turismo mostram que, até o ano de 2020, cerca de 1,6 bilhão de pessoas viajarão por ano, o que aponta para uma expansão da atividade e, por consequência, para uma necessidade de diversificação dos produtos turísticos, para alcançar um nicho de mercado mais amplo e um ciclo de vida mais longo.

No século XXI, os destinos buscam tornar-se mais competitivos e investem em infraestrutura que possibilite a abertura de novos mercados consumidores. Algumas regiões da Europa, como França, Espanha, Portugal e Itália, optaram por aliar ao interesse que suas respectivas culturas despertam a possibilidade de vivenciar hábitos locais, criando roteiros temáticos de arte, gastronomia e cultura. Assim, na década de 90, na

Itália, foi desenvolvida uma ação de *marketing* para que as vinícolas da região de Chianti ficassem abertas ao público por um dia.

No Brasil, no vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, os primeiros movimentos de enoturismo começaram com algumas empresas familiares. Os vinhos eram comercializados pela própria vinícola. Além disso, as festas ligadas ao vinho, à produção de vinho em Bento Gonçalves e Caxias do Sul colaboravam para atrair o público. Agora, a região do vale do São Francisco, fronteira da Bahia com Pernambuco, ganhou destaque como polo de fruticultura irrigada. A partir daí, chegaram investimentos em viticultura.

Algumas vinícolas vêm demonstrando muito interesse no estímulo ao enoturismo na região, com a divulgação de centros enogastronômicos. É por isso que tem grande importância essa iniciativa do Governo da Bahia, de promover mais um destino turístico, fazendo com que haja uma diversificação do nosso produto, Sr. Presidente. Hoje, no Governo da Bahia, ganhou uma ênfase maior um velho produto nosso, mas modificado, melhorado, transformado num produto turístico organizado, que é o nosso São João da Bahia. Agora se aproxima a data do São João no Nordeste inteiro, essa importante festa, que é um momento de grande atratividade para a nossa região, Senador Benedito.

No caso, especificamente, da região de produção da fruticultura, que une Petrolina e Juazeiro, há a produção de vinho como mais uma indústria em crescimento no nosso Estado e como mais um produto turístico do Estado da Bahia, que vem somar-se ao São João, ao carnaval, ao turismo étnico, realizado com ênfase no Recôncavo baiano, que transforma a Bahia, mais uma vez, num grande polo de atração turística do nosso País.

Quero, portanto, parabenizar, por mais essa iniciativa, o Governador Jaques Wagner e a Secretaria de Turismo do nosso Secretário Domingos Leonelli, que demonstra sua capacidade de trabalho e sua dedicação ao Governo da Bahia. Por fim, quero registrar audiência ocorrida ontem, aqui, na nossa Casa, na Comissão de Educação, Esporte e Cultura, por meio de um requerimento proposto por mim, pela Senadora Ana Amélia e pela Senadora Marisa Serrano, para que pudéssemos, no âmbito daquela Comissão, em audiência pública, discutir a circunstância que

vem marcando o futebol nacional, criando-se um impasse no campeonato nacional, que é a transmissão exclusiva dos jogos do campeonato nacional da TV aberta.

Foi uma audiência muito concorrida, em que se debateu esse problema, que se iniciou, digamos assim, a partir do momento em que o Cade compreendeu que era necessário contestar a cláusula de preferência de uma das TVs nacionais para divulgação e transmissão do campeonato. E contou-se com a participação das quatro grandes maiores redes de TV do País. Portanto, creio que foi um debate que propiciou ao torcedor brasileiro a oportunidade de compreender mais o problema que está envolvendo o futebol nacional e mundial, os negócios econômicos em torno do futebol brasileiro, do futebol nacional.

E desejamos que esse impasse seja resolvido por meio do Cade, ou mesmo se buscando novas alternativas, para não frustrar o torcedor brasileiro, que é apaixonado por futebol e que se prepara para receber uma Copa do Mundo. Esperamos que esse esporte possa trazer-nos, além das vitórias físicas e do legado em todas as áreas, a taça do campeonato mundial. Para tanto, precisamos estar com o nosso futebol preparado, fazendo boa imagem no Brasil e no mundo, como sempre fizemos.

Agradeço a gentileza de V. Ex^a, mais uma vez.

Muito obrigada.

3-5-2011

Registra a alegria com que ficou a Bahia com a notícia de que o CNPq concedeu ao cientista Zilton de Araújo Andrade, chefe do laboratório de Patologia Experimental da Fundação Oswaldo Cruz, o título de pesquisador pelas contribuições ao desenvolvimento científico e tecnológico do País.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem apenas para registrar a alegria com que ficou a Bahia com a notícia de que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq concedeu, no último dia 27, ao cientista Zilton de Araújo Andrade, chefe do Laboratório de Patologia Experimental da Fundação Oswaldo Cruz, na Bahia, o título de pesquisador pelas contribuições ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. O Sr. Zilton Andrade é realmente motivo de muito orgulho para o povo baiano, por toda a sua história de vida profissional dedica à pesquisa na área de patologia, com grandes serviços prestados à ciência brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

4-5-2011

Registro da faixa de renda que o Governo adotará para identificar o número de famílias a serem atendidas pelo Programa Brasil sem Miséria, de superação da extrema pobreza; e outro assunto. (como Líder)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar que o Governo Federal divulgou, na terça-feira passada, a faixa de renda que adotará para identificar o número de famílias a serem atendidas pelo programa de superação de extrema pobreza, o Brasil sem Miséria.

São cerca de 16,2 milhões de brasileiros considerados extremamente pobres, o equivalente a 8,5% da nossa população. Esse contingente está concentrado principalmente no Nordeste. Estão no Nordeste quase 60% dos extremamente pobres: 9,61 milhões de pessoas. Segue-se o Sudeste, com 2,7 milhões. O Norte tem expressivos 2,65 milhões de miseráveis; o Sul, 715 mil. E o Centro-Oeste, com 557 mil pessoas em situação de extrema pobreza, mostra-nos que o problema tem solução e que de fato é possível vencermos a miséria, quando há vontade política.

Mas essa pesquisa revela também, Sr. Presidente, a triste verdade: a miséria no Brasil é negra, jovem e nordestina. E é sobre essa situação que vamos precisar refletir, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, no nosso trabalho permanente, na nossa Comissão de Integração Regional e Turismo, em que hoje já houve um debate profundo sobre a situação da logística brasileira, proposto pela Senadora Ana Amélia, vamos percebendo a distância de investimentos em logística entre as regiões do Sul e Sudeste do Brasil e a situação do Norte e Nordeste, Senador Randolfe.

E vamos percebendo que, na verdade, essa situação de miséria que o Brasil enfrenta, que o Governo da Presidente Dilma estipulou ser necessário superar, com a elaboração do Plano Brasil sem Miséria. Tenho a impressão de que a Ministra Tereza Campello vai ter o mais desafiador dos compromissos a serem realizados pelo Governo da Presidente Dilma, que é justamente a superação da extrema pobreza em nosso País.

Na situação de extrema miséria, lamentavelmente, encontram-se 70,8% de negros, e 50,9% têm, no máximo, 19 anos de idade. O estudo também revela que o campo brasileiro, embora abrigue apenas 15,6% da população total, concentra 46,7% dos extremamente pobres. Nas nossas cidades, onde vivem 84,4% da população total, encontraremos 53,3% dos brasileiros miseráveis. Além da baixa renda, a população em extrema pobreza não tem acesso aos serviços públicos básicos, como água encanada, coleta de esgoto e energia elétrica. Mais de 300 mil casas não estão ligadas à rede de energia elétrica. Muitas dessas residências não têm sequer banheiro.

O compromisso prioritário da Presidente Dilma foi a erradicação da miséria, e é dentro dessa prioridade que o Plano Brasil sem Miséria será lançado em breve. Em linhas gerais, nós esperamos que a Ministra Tereza Campello assuma esse desafio, mais um que mais uma mulher no Poder Executivo vai assumir para realizar, e que o Senado Federal possa dar apoio e responder às necessidades também desse desafio.

Ontem, a Ministra anunciou que o Plano será uma combinação das políticas de transferência de renda e de capacitação profissional, com a ampliação dos serviços ofertados pelo Estado. Um esforço do Estado brasileiro nos três níveis: federal, estadual e municipal. E eu só posso desejar, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma grande sorte para a Ministra Tereza Campello. Que possamos, aguardando o lançamento do Plano, dar a contribuição necessária que o nosso Senado e o nosso Congresso Nacional precisam dar para apoiar este que é o plano prioritário do Governo da Presidente Dilma.

Dentre esses miseráveis, na população da Bahia, isso significa 2.407.999 pessoas; uma população rural de 1.287.177 pessoas, um pouco acima dos 1.120.813 baianos. Esses dados serão, sem dúvida, funda-

mentais para que o Governo da Bahia possa contribuir com esse plano e esse processo de erradicação da miséria no nosso País.

O segundo registro, Sr. Presidente, que quero fazer, em nome da nossa Bancada, do Senador Walter Pinheiro, do Senador João Durval, uma vez que não pude fazer ontem, parabenizar o Dr. Zilton Andrade, Chefe do Laboratório de Patologia Experimental da Fundação Oswaldo Cruz da Bahia, que ganhou o título do CNPq de Pesquisador Emérito pelas contribuições ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. Dr. Zilton é natural de Santo Antonio de Jesus, cidade do Recôncavo Baiano, diplomou-se em 1950 pela Faculdade de Medicina da UFBA, foi pesquisador visitante do Hospital Mount Sinai e também professor visitante da Cornell University, Medical College, ambos em Nova Iorque.

Além do trabalho na Fiocruz, Zilton de Araújo Andrade é professor permanente dos cursos de Pós-Graduação em Patologia Humana e em Imunologia na Universidade Federal da Bahia. Entre suas funções acadêmicas estão a orientação aos mestrandos e doutorandos, além de projetos de iniciação científica. Já publicou mais de 300 trabalhos científicos ao longo de sua carreira em revistas nacionais e internacionais. Prestou continuados serviços como assessor para a Organização Mundial de Saúde, tendo reconhecimento internacional em suas pesquisas com relação a doenças parasitárias como doença de chagas, esquistossomose e parasitologia.

Dr. Zilton é membro honorário da Sociedade Americana de Medicina Tropical e Higiene. Em 1995 recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico e se tornou sócio Emérito da Sociedade Brasileira de Patologia. Em 2004, tornou-se membro Titular da Academia de Medicina da Bahia e, no ano seguinte, obteve a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico. Em 2006, tornou-se membro da Academia Brasileira de Ciências e foi eleito Membro Honorário Nacional da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, em 2009.

O reconhecimento do trabalho pelo CPNq desse ilustre baiano demonstra sua importância como cientista não só para o Brasil, mas para a população de diversos países que sofrem com as doenças pesquisadas por Dr. Zilton Andrade. Tenho orgulho e certeza de que toda a

Bahia também o tem da importância desse cientista, de seu trabalho e do exemplo para milhares de estudantes baianos e brasileiros, estudantes de Medicina e pesquisadores do Brasil inteiro. Além disso, Dr. Zilton sempre se pronunciou de forma destacada na Academia baiana como defensor das liberdades políticas e sempre se manifestou contra o governo autoritário e a ditadura que o nosso País viveu. Nesse sentido, desejo saudar desta tribuna esse digno pesquisador da Universidade Federal da Bahia que engrandece a área do ensino e da pesquisa no nosso País.

Muito obrigada.

10-5-2011

Comentários sobre pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a respeito da desqualificação do trabalho doméstico no País e a falta de amparo legal àqueles trabalhadores.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de saudar, logo de início, a Marcha dos Prefeitos e, amanhã, nós estaremos em reunião de bancada com todos os prefeitos da Bahia aqui presentes, tanto eu quanto o Senador Walter Pinheiro, para acompanhar essa luta do municipalismo brasileiro e a luta dos prefeitos do nosso estado.

Já temos, tanto eu quanto o Senador Walter Pinheiro, acompanhado a discussão e a necessária modificação do decreto que se refere aos Restos a Pagar, que ainda, no nosso entendimento, não está suficientemente atendendo às reivindicações e às necessidades, principalmente dos prefeitos do Brasil, já que muitas das pequenas prefeituras, muitos dos municípios brasileiros têm nas emendas parlamentares uma grande válvula de escape. Essas emendas representam, inclusive, neste ano pós-eleitoral, uma grande oportunidade de obra para os pequenos Municípios.

Além disso, Sr. Presidente, o necessário contingenciamento de verbas que o nosso Governo precisa fazer para conter e equilibrar a economia pode ser feito em novos investimentos, e não naquilo que já está apalavrado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo próprio Governo Federal. Apalavrado, no sentido de dizer que são emendas que já percorreram caminhos, muitas delas chegaram à Caixa Econômica, algumas estão na porta de licitação... Realmente, é um clamor dos prefeitos brasileiros e do nosso Esta-

do, em especial, que a Casa Civil, que a Presidente Dilma possa rever mesmo essa última negociação, esse último decreto, no que diz respeito aos Restos a Pagar de 2007, 2008 e 2009.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu companheiro de bancada da Bahia acabou de falar aqui, dando dados alvissareiros em relação à inclusão social em nosso País da juventude, que demonstram o vigor da nossa economia, o vigor de uma economia que cresce, incluindo a sua população nesse crescimento, no seu desenvolvimento social, Senador Wellington Dias.

E eu gostaria de acrescentar a essas informações que o Senador Walter Pinheiro trouxe a este plenário hoje, revelando os dados que demonstram a incorporação, o beneficiamento da nossa juventude, deste novo momento econômico e, principalmente, das políticas sociais do governo do Presidente Lula e, agora, da Presidente Dilma, com mais algumas informações sobre um determinado segmento. No último dia 27 do mês passado, estive aqui, na tribuna, parabenizando todas as trabalhadoras domésticas pelo seu dia, comemorado naquela data. Diversos senadores também se pronunciaram, trazendo aqui os dados referentes às dificuldades do trabalho doméstico em nosso País e, como eu, na América Latina e no mundo.

Hoje, volto a lembrar dessa categoria por conta da divulgação de uma pesquisa pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), com informações que não nos surpreendem. São dados que, infelizmente, condizem com a desqualificação dessa atividade, com a falta de amparo legal a essas trabalhadoras. É uma situação que atravessa séculos e, lamentavelmente, remonta aos tempos da escravidão. Mas que, no entanto, demonstra também mudanças nesse quadro da situação dos direitos, principalmente da situação da inclusão das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos no Brasil. Digo sempre trabalhadoras porque essa categoria é formada por mais de 90% de mão de obra feminina.

Conforme o estudo, em 2009, a remuneração média dos empregados domésticos alcançou R\$386,45 ao mês. No mesmo ano, o salário mínimo nacional era de R\$465,00. No período analisado, percebe-se que o aumento da renda da trabalhadora doméstica não se aproxima do valor do salário mínimo, o que revela a desvalorização dessa atividade

no Brasil. Além de não ter o mesmo rendimento do menor piso, há também uma diferença de valores por região.

No Nordeste, em 2009, a renda média era de R\$254,46, a menor do Brasil, e, na região Sudeste, era de R\$415,06, ou seja, 16,7% superior à média nacional. A situação das empregadas domésticas negras mostra-se ainda pior. Mesmo representando 62% do total de trabalhadoras domésticas no País, as trabalhadoras domésticas negras, recebiam, em 2009, uma remuneração média de R\$364,84, enquanto que as domésticas brancas recebiam R\$421,58.

Outro dado lamentável mostrado na pesquisa é o trabalho doméstico infantil entre crianças e jovens de até 17 anos. Em 2009, existiam cerca de 49 mil crianças e adolescentes de 10 a 17 anos ocupadas nessa atividade, o que equivale a 5% do total das trabalhadoras declaradas naquele ano, apesar de seu exercício ser proibido em nosso País, conforme determina o Decreto nº 6.481, de 2008, que regulamenta a Convenção nº 182, da Organização Internacional do Trabalho, sendo considerada mundialmente uma das piores formas de trabalho infantil. Mas vale registrar que esse número vem caindo lentamente.

Em 1999, eram cerca de 490 mil jovens ocupadas em emprego doméstico, correspondendo à proporção de 9,7% do total das trabalhadoras domésticas existentes. O estudo do IPEA aponta ainda para uma redução das jovens de 18 a 24 anos trabalhando como domésticas, aqui já revelando dados positivos. Em 1999, elas correspondiam a quase 22% do total de jovens ocupadas nessa atividade. Em 2009, esse percentual caiu para 11%, ou seja, as jovens de 18 a 24 anos que eram domésticas significavam 22% e agora, em 2009, caíram para 11%. Portanto, uma queda significativa. Uma das explicações para isso está no crescente aumento da escolaridade das jovens mulheres que, com maior qualificação, sentem-se capazes de buscar novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Isso demonstra claramente o acerto das políticas públicas adotadas no Governo Lula e continuadas pela nossa Presidente Dilma.

Em relação à escolaridade das trabalhadoras domésticas, há uma ampliação da escolaridade desse segmento, saltando de uma média de

4,7 anos de estudo em 1999 para 6,1 anos em 2009, um aumento médio de 1,4 ano de estudo no prazo de uma década. Esse crescimento não se aproximou do nível de escolaridade média para o conjunto de mulheres com outras ocupações. Houve até mesmo um distanciamento nessa relação. Entre 1999 e 2009, o conjunto de mulheres trabalhadoras ampliou sua escolaridade em 1,9 ano de estudo, passando de 7,4 anos em 1999 para 9,3 em 2009.

Da mesma forma como nos dados anteriores, as domésticas negras possuem escolaridade inferior à das brancas. Em 2009, as domésticas brancas possuíam cerca de 6,4 anos de estudo, em média, contra seis anos das domésticas negras. O estudo indica ainda uma redução de mais de 20 pontos percentuais na proporção de trabalhadoras residentes que tinham até 24 anos, que foi acompanhada pelo aumento, especialmente, das faixas etárias de 30 a 59 anos. Proporcionalmente, as trabalhadoras residentes negras são mais jovens: 37,6% têm até 24 anos contra 14,6% das brancas.

Essa disparidade, de acordo com a pesquisa, reflete ainda uma maior migração de jovens negras de baixa renda para trabalhar e morar nas casas de famílias de renda mais elevada nas grandes cidades, em situação de maior vulnerabilidade e desamparo familiar. Completando esse quadro, verifica-se a possibilidade de outras oportunidades profissionais e perspectivas de vida para as trabalhadoras brancas mais jovens que, ou se inserem em outras ocupações, ou buscam uma relação mais profissional junto a empregadores e uma maior independência para as suas vidas.

Outra discrepância apresentada pelo estudo refere-se ao crescimento da formalização dos contratos de trabalho, sendo expressivo em todas as áreas na década analisada. Mas, no caso das empregadas domésticas, em 2009, apresentaram índice de formalização de apenas 26,3%, o que significa que, do contingente de 6,7 milhões de ocupadas nessa profissão, somente 1,7 milhão possuía alguma garantia de usufruto de seus direitos.

A formalização da relação de trabalho por região também apresenta desigualdades que impressionam. Enquanto as trabalhadoras do Sul e Sudeste apresentavam taxa de formalização de 32% e 33%, respectivamente, no Nordeste essa proporção é de 13,8% e no Norte alcança

meros 12,5%. Isso significa que apenas 12 em cada 100 trabalhadoras nortistas são registradas. As trabalhadoras domésticas nordestinas foram, inclusive, as que menos ampliaram a formalização da relação de trabalho no período analisado: passaram de um total de 13%, em 1999, de trabalhadoras formalizadas para 13,8%, em 2009. No outro extremo, as que mais cresceram no período foram as do Centro-Oeste, que saíram de 16,3% para 26,4%.

É preciso corrigir, o mais rápido possível, a falta de amparo legal, inexistente até mesmo na própria Constituição de 1988, que não contemplou esse contingente de trabalhadoras. Para se ter uma ideia dessa situação, as trabalhadoras domésticas não têm direito a uma jornada de oito horas diárias e 44 horas semanais, conforme está previsto em nossa Constituição.

Essa questão permanece sem qualquer tipo de regulamentação e inviabiliza, entre outras questões, a demanda por pagamento de horas extras e dificulta as negociações entre trabalhadoras e empregadores sobre os limites para o tempo de trabalho. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso que o Senado e a Câmara dos Deputados se debrucem sobre a necessária superação dessa realidade do emprego doméstico em nosso País, e que possamos nos esforçar para superar os limites que a Constituição Federal impôs ao emprego doméstico, através de diversas PECs já existentes na Câmara e no Senado. Eu, inclusive, apresentei um projeto para que possamos garantir um salário-família ao empregado doméstico, mas que possamos avançar muito mais.

Não tenho dúvida de que essa circunstância específica da discriminação do trabalho doméstico no Brasil em relação às outras categorias tem raízes fortes e profundas na escravidão e na discriminação à mulher, a escravidão que relegou os negros brasileiros a esta situação e que, hoje, mantém a maior parte do emprego doméstico sendo de mão de obra negra, de mulheres negras. A situação de discriminação ainda é maior em relação às domésticas brancas, mas de discriminação da mulher também, porque o trabalho doméstico, invisível, que as donas de casa têm em nosso País, que não recebem nada por ele, é também pensado quando se tem um emprego doméstico e quando se avalia que é um emprego com menor nível de valorização em nosso País.

Pagar um empregado doméstico é visto sempre como alguma coisa... Qualquer mudança na legislação que se propõe, logo se pergunta se as famílias serão penalizadas por ele. Um salário abaixo do salário mínimo é a média do que recebe o trabalhador doméstico no Brasil. Abaixo do salário mínimo é o que uma parte da classe média brasileira gasta num dia, ou num mês, num jantar, ou em jantares, ou em outras atividades de lazer em nosso País. E o trabalho doméstico significa justamente este trabalho invisível de lavar, de passar, de cuidar da mão de obra do trabalhador brasileiro e recompor a sua força de trabalho, quase gratuitamente, para o grande capital e para o grande empregador em nosso País. Portanto, é preciso, sim, voltar ao tema, insistir no tema da valorização do trabalho doméstico em nosso País.

Muito obrigada.

11-5-2011

Registro do transcurso, em 18 de maio, do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, trazendo dados sobre a questão e relatos sobre iniciativas desenvolvidas por entidades tanto governamentais quanto não governamentais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, quero usar a tribuna para fazer alguns registros. O primeiro deles diz respeito à próxima semana, ao dia 18 de maio, que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Esse é um dia em que o movimento em defesa da criança e do adolescente no País inteiro rememora fatos que marcaram a história do nosso País, como o assassinato da menina Ana Célia, no Espírito Santo, que se transformou numa data de marca nacional, de luta dessas entidades que têm a tradição de defesa dos direitos da criança no Brasil.

Na Bahia, há uma instituição singular, o CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, que tem uma atuação específica de atendimento, de atenção psicossocial às crianças vítimas de abuso sexual e de violência e que tem uma campanha nacional de combate ao abuso sexual e também de combate à impunidade em mortes de crianças, adolescentes e jovens por motivo violento.

O Cedeca, há mais de 20 anos, vem realizando esse trabalho. Hoje, presidido pelo advogado Waldemar de Oliveira, é uma verdadeira chama de esperança na luta em defesa da criança e do adolescente. Eu quero, portanto, conclamar a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que se envolvem na defesa da criança e do adolescente para chamar-lhes a

atenção para a data de 18 de maio, na semana que vem, quando vamos ter diversas manifestações no movimento de criança e adolescente. Esperamos contar com a presença de todos. Que em todos os anos os Parlamentos estaduais tenham a tradição de fazer uma sessão especial para marcar essa data no Brasil inteiro. Concedo um aparte à Senadora Gleisi Hoffmann.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata. Primeiro eu gostaria de parabenizá-la por trazer esse tema à tribuna. Realmente, trata-se de um tema com que a sociedade brasileira precisa ter extrema preocupação e cuidado. Quando fui diretora financeira da Itaipu Binacional, na região de fronteira do meu Estado com o Paraguai, tivemos a oportunidade de receber a CPI, instalada nesta Casa, sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. Na época, a Presidente da Comissão era a Senadora Patrícia Saboya.

A Comissão fez um trabalho espetacular e trouxe luz ao tema, porque ainda trabalhamos muito com o preconceito, com o medo, com a dificuldade de lidar com algo muito difícil aos seres humanos que é exatamente essa agressão às nossas crianças, que tem junto também a violência doméstica, a violência nas ruas. Então, o dia 18 é um marco para que nos lembremos sempre dessa penúria da alma humana e possamos ter políticas públicas eficientes, principalmente de comunicação, a fim de que possamos trazer luz a esse tema. Não é algo fácil de lidar.

É muito difícil, mas temos de dar publicidade ao tema. Tivemos esta semana uma reunião aqui com o grupo Dedicada, de Curitiba, da qual até a assessoria de V. Ex^a participou também. Esse é um grupo que está estudando, junto com assessorias e setores do Governo Federal, tanto do Ministério da Saúde quanto do Ministério da Justiça, alterações que também possamos fazer no nosso Código Penal, para dar mais visibilidade à defesa da criança e do adolescente. Então, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que pode contar comigo. Vamos fazer juntas aquilo que pudermos fazer.

Vamos unir esforços, porque, de fato, essa é uma causa que precisa de muita força, muita presença na sociedade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Senadora Gleisi.

Quero trazer alguns dados aqui sobre essa questão. Segundo dados do Disque 100, de maio de 2003, data que o serviço entrou em funcionamento, até março deste ano, foram registradas 66.982 denúncias. Nós fazemos uma campanha para que essas denúncias sejam efetivadas. É importante ressaltar que cada uma das denúncias pode representar que houve uma ou mais formas de violência praticadas contra uma ou mais pessoas.

O Estado da Bahia, provavelmente pela atuação já tradicional e desenvolvida do Cedeca e de outras organizações não governamentais na área da defesa da criança e da adolescência, é o Estado que aparece com o maior número de denúncias. De maio de 2003 a março de 2011, a Bahia aparece com 7.708 casos. Logo após vem São Paulo, com 7.297, e o Rio de Janeiro, com 5.563.

Por essa razão, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Frente Parlamentar pelos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes, juntamente com o Governo Federal e a sociedade civil brasileira, se mobilizam para, no próximo 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, se manifestarem.

Durante o evento, que se inicia a partir de 14 horas, pessoas e entidades que contribuiram na defesa dos direitos sexuais das crianças e adolescentes serão agraciadas com o Prêmio Neide Castanha de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Na oportunidade, também será lançado o caderno temático *Direitos Sexuais são Direitos Humanos*. Na sequência, os presentes seguirão pela Esplanada dos Ministérios com a caravana Siga Bem Criança. Esse trajeto se encerrará com um show às 16 horas, onde estarão presentes cerca de 1.300 crianças e adolescentes de diversas instituições e escolas do Distrito Federal e entorno.

Ouçó o Senador Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT–CE) – Senadora Lídice da Mata, quero parabenizar V. Ex^a pelo tema que traz ao debate neste dia e registrar que a sociedade brasileira tem uma grande dívida para com as nossas crianças e os nossos adolescentes, principalmente para com os mais pobres. Lembro muito bem, quando estava no Ministério da Previdência Social, a quantidade de denúncias e de informação de pessoas com até

14 anos de idade trabalhando nos lares, grande parte deles sem nenhuma remuneração, apenas para receber um prato de comida. Agora mesmo, no recenseamento de 2010, mais de 150 mil crianças foram identificadas nessa situação.

É por isso que toda a sociedade brasileira, as suas entidades e V. Ex^a se engajam nessa grande luta, sem esquecer que a Defensoria Pública, neste 2011, tem como agenda principal a questão da criança e do adolescente. E tiveram o privilégio de que o nosso cartunista Ziraldo lançasse a cartilha *Crianças e Adolescentes Primeiro!*, um excelente texto para ajudar na conscientização. Portanto, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que seu pronunciamento enriquece o nosso Congresso Nacional.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Os dados de 2010, Senador Pimentel, mostram 12.487 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo dados do Disque 100, que é um serviço de acolhimento de denúncias. Neste ano, apenas no primeiro trimestre foram registrados 4.205 casos, e a maioria das vítimas são do sexo feminino. Os dados referentes ao período de janeiro e fevereiro de 2011 demonstram que o maior número de vítimas de violência sexual é do sexo feminino, representando 78% das vítimas.

Quando comparado com outros tipos de violência, como negligência e violência física ou psicológica, esses números praticamente se equivalem entre sexo masculino e sexo feminino. Quando comparado com as mais variadas formas de violência sexual, praticadas contra crianças e adolescentes, o sexo feminino ainda corresponde à maioria das vítimas: exploração sexual, 80%; tráfico de crianças e adolescentes, 67%; abuso sexual, 77%; e pornografia, 69%.

Portanto, Sr. Presidente, teremos oportunidade, no próximo dia 18 de maio, de tratar com mais detalhes sobre esse assunto, mas quero deixar este alerta ao Senado Federal, da necessidade de voltarmos as nossas atenções à defesa dessa população extremamente vulnerável do nosso País, que são as crianças e adolescentes em situação de risco social e, no caso, vítimas de violência sexual.

Muito obrigada.

12-5-2011

Registro do transcurso, no próximo dia 13, do bicentenário da imprensa baiana; e outros assuntos. (como Líder)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer dois registros rápidos da Bahia.

Primeiro, Sr^a Presidente, o registro do bicentenário da imprensa baiana. No próximo dia 13 de maio, comemora-se o bicentenário da imprensa baiana, uma data relevante que marca o início da publicação do primeiro periódico não oficial do País, o jornal *Idade d'Ouro do Brazil*, que esteve em circulação até 1823. Assim, a história de fundação do primeiro jornal da Bahia é também um marco na história da imprensa brasileira. Essa publicação será editada pela Universidade Federal da Bahia.

Quero parabenizar o Diretor-Geral da Fundação Pedro Calmon, Prof. Ubiratan Castro, historiador, pela iniciativa de resgatar essa importante parte da história da imprensa brasileira e baiana. Também, Sr^a Presidente e Srs. Senadores, quero registrar, com alegria e orgulho, a apresentação no final deste mês, na Inglaterra, da Orquestra Sinfônica Juvenil da Bahia em um importante evento internacional da música sinfônica, em Londres.

A Orquestra Juvenil da Bahia é parte integrante do programa Neojiba, iniciativa do maestro Ricardo Castro, que foi inspirado e desenvolvido em intercâmbio com a Fundación del Estado para el Sistema Nacional de las Orquestas Juveniles e Infantiles de Venezuela – FESNOJIV. O Neojiba constitui-se como uma das ações prioritárias do Governo da Bahia na área da cultura.

Com menos de quatro anos de criação, a Orquestra Sinfônica Juvenil da Bahia, fruto do programa Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis do Estado, já foi a primeira orquestra juvenil brasileira a se apresentar na Europa, em julho de 2010. No próximo dia 21 de maio, a Orquestra Juvenil da Bahia será a primeira orquestra sinfônica brasileira a se apresentar com um verdadeiro fenômeno da música clássica internacional, o pianista chinês Lang Lang, no Royal Festival Hall, em Londres.

O Neojiba é mais um exemplo de que políticas públicas criativas que apostam no potencial dos nossos jovens e na capacidade de realização de nosso povo colhem bons resultados. É uma iniciativa do Governador Jacques Wagner, realizada com jovens de baixa renda, considerados pobres, de situação social vulnerável.

Quero parabenizar, portanto, mais uma vez, o Governo do meu Estado. Por último, Sr^a Presidente e Srs. Senadores, quero dizer que as Casas Legislativas, a Câmara e o Senado, são espaços de negociação dos interesses do povo do Brasil do povo brasileiro, da sociedade brasileira. Quanto mais pudermos impedir aquilo a que estamos assistindo hoje, aqui no Senado e mesmo na Câmara dos Deputados, o fim do ambiente de negociação de interesses que parte para um tipo de colocação que vai para a agressão moral agressão como a que aconteceu hoje na saída da Comissão de Direitos Humanos com as Senadoras Marinor e Marta Suplicy, melhor será para que possamos cumprir o papel que o povo brasileiro nos deu para desempenhar nesta Casa Legislativa.

Eu também acho que poderia aqui me solidarizar com o Deputado Aldo Rebelo, pessoa com quem tenho convivência desde os 20 anos de idade – uma convivência muito próxima e por quem tenho muita amizade. Mas eu também poderia solidarizar-me com a Senadora Marina, uma Senadora respeitosa e respeitada no Brasil inteiro. Creio, no entanto, que o papel que nós temos é principalmente garantir que, na Câmara e no Senado, possamos debater os temas, mantendo o tom de diálogo indispensável para que possamos representar os interesses do povo brasileiro e negociar esses interesses.

O Parlamento não é nada mais, nada menos do que uma Casa de negociação dos interesses diversos da população. E, aqui, precisamos ga-

rantir que os interesses da maioria estejam representados e assegurados, e garantir a participação da expressão do pensamento da minoria. É com essa consideração que quero acolher e solidarizar-me com as duas senadoras que hoje foram agredidas desnecessariamente, no início de um debate que, espero, seja rico e democrático na Casa do Senado, na Casa Alta do Parlamento brasileiro.

Muito obrigada.

17-5-2011

Registro do transcurso, amanhã, do Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes; e outro assunto.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para lembrar a esta Casa, especialmente a nossa bancada feminina, a importante data que teremos amanhã, dia 18 de maio. Trata-se do Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.

No Brasil inteiro, haverá manifestações no sentido de, em cada estado, apresentarmos os segmentos organizados em defesa da criança e do adolescente, a reafirmação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, também e principalmente, destacar a luta contra a violência em crianças e adolescentes no Brasil.

Semana passada, tive a oportunidade de ter uma reunião com a Associação Nacional dos CEDECAS, Centros de Defesa da Criança e do Adolescente do Brasil. Iniciamos uma discussão que não se resume, o que já seria muito, a discutirmos a violência sexual e o abuso sexual infantojuvenil, mas também as mortes violentas, as mortes por homicídios que atingem os adolescentes no Brasil inteiro, principalmente na periferia das grandes cidades, e a impunidade, quase absoluta e absurda, existente nesse setor.

Além dessa vertente da morte violenta e impune de jovens no Brasil, nós abordaremos em breve, na Comissão de Direitos Humanos, já acertado com o seu Presidente, o Senador Paulo Paim, que também faz parte da nossa preocupação neste momento em que protestamos, em que nos manifestamos contra o abuso sexual infantojuvenil no Brasil

as mortes de jovens e adolescentes que estão sob a guarda do Estado brasileiro.

Quero, portanto, não deixar passar desta tribuna, no dia de hoje, a nossa manifestação contra o abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil, e dizer que, amanhã, estaremos abrindo um seminário especial com o depoimento de crianças e familiares de crianças vítimas de abuso sexual. Será o grande momento de manifestação do conjunto do movimento em defesa da criança nessa data, dia 18 de maio, contando com a participação, inclusive, da Rainha Silvia e da Presidente Dilma. Será, portanto, um momento em que o Brasil inteiro vai demonstrar o seu repúdio a esse crime inaceitável, hediondo que é o abuso sexual de crianças e adolescentes na nossa Pátria.

Aproveito, também, Senadora Vanessa, para me associar àqueles que querem debater o melhor funcionamento da Casa e que querem discutir o novo formato de tramitação das medidas provisórias no Senado, no Congresso como um todo. Quero dizer que tive a oportunidade, Senadora Vanessa, à época da Constituinte, de ser a deputada constituinte que propôs a supressão das medidas provisórias no texto constitucional, o que, aliás, foi considerado pelo atual Ministro Jobim, antes deputado relator da Constituinte, naquele período, um ato de absoluto xiismo. Outro dia, ele me encontrou e brincou dizendo como eu era xiita ao propor tal medida. Hoje eu vejo como a pouca experiência democrática levou o Brasil e a Constituição Federal a instituírem a medida provisória sem tomar os devidos cuidados de fazer com que ela não significasse a paralisação do Congresso Nacional.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

18-5-2011

Considerações acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes, destacando os avanços em seu combate.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Brasil, a cada oito minutos, uma criança é vítima de abuso sexual. Segundo o Ministério da Justiça, 60 mil crianças por ano são violentadas sexualmente.

Deste total, 82% têm entre dois e dez anos. E, em 92% dos casos, o violador é um membro da família, pai biológico, padrasto, tio, irmão, ou seja, o abuso sexual contra crianças vem justamente de quem ela confia. De maio de 2003 até março deste ano, o Disque Denúncia Nacional, Disque 100, recebeu mais de 63 mil denúncias de abuso. Em 2010, foram 12.487 casos. No primeiro trimestre de 2011, já houve 4.205 denúncias, sendo a maioria das vítimas do sexo feminino.

Além disso, temos assistido e denunciado permanentemente o crescimento da pornografia na internet. E outro dado alarmante, já identificado pelo Conanda em pesquisa, é que 2.818 municípios são apontados como áreas com existência ou vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes. Desde a semana passada, Sr^a Presidente, venho destacando essa questão do abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil, justamente porque se trata de números que são inaceitáveis e não só por isso, mas porque hoje, dia 18 de maio, é um dia especialmente marcado para a defesa e luta dessa questão.

No início da década de 90, emerge uma grande incidência de fatos típicos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e, especificamente no Nordeste, polo turístico brasileiro. À época, esses atos

delituosos eram considerados como de prostituição infantil, que se revelavam como um fenômeno complexo, que provocou um movimento de mobilização social, de âmbito nacional, exigindo, portanto, estudo, análise e pesquisa sobre as denúncias.

Como o fenômeno também emergia na Bahia, o Cedeca-BA, com o apoio financeiro e técnico do Unicef, realizou a primeira análise sobre a situação da população infantojuvenil feminina prostituída, cuja pesquisa foi intitulada Meninas de Salvador, em 1994.

A visibilidade da exposição das meninas em pontos turísticos da cidade, na orla marítima e na rua onde funcionava o Cedeca, estimulou a busca sobre a realidade de vida das mesmas, com o propósito de propor ações de intervenção, de promoção e proteção de seus direitos. A descoberta de que as meninas estavam envolvidas em uma rede de exploração sexual provocou muita indignação da equipe e dos seus parceiros. Com o apoio do Unicef foram realizados vários encontros com especialistas e autoridades para análise do conteúdo da pesquisa e, ao final, foi realizada a I Conferência Metropolitana sobre Prostituição Infantojuvenil Feminina e Políticas Públicas.

As conclusões resultaram na elaboração de um Plano Estratégico de Intervenção Sociojurídica, primeira iniciativa dessa natureza no País. Foi constituído um grupo formado por mais de 40 instituições que elegeu, como ação prioritária, a linha de sensibilização e mobilização através de uma campanha de mídia, veiculada com a adesão de diversos artistas internacionais, com o *slogan* “Quem cala, consente”, que se tornou nacional, com o lançamento oficial no Palácio do Planalto, pelo Presidente da República, em 1995.

Essa interferência sociopolítica e jurídica do Cedeca chegou ao conhecimento do ECPAT Internacional, que o elegeu seu representante no Brasil e sua participação no I Congresso Mundial, em 1996, na Suécia, no painel sobre Marco Legal e Aplicação da Lei, bem assim no II Congresso em Yokohama, no Japão, em 2001, em painel sobre Pornografia Infantil na Internet. Também participou o Cedeca de vários eventos internacionais sobre a temática, socializando a sua experiência.

A boa notícia, no entanto, diante desses números trágicos, é que o Brasil está atento a esta situação, sendo o primeiro país a promulgar

um marco legal, o Estatuto da Criança e Adolescente, em 1990, em consonância com a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, decorrido apenas um ano de sua aprovação no âmbito das Nações Unidas. Também é um dos poucos países em que a política de atendimento dos direitos de criança e adolescentes é coordenada por uma área de direitos humanos, com o papel principal de articulação com os demais órgãos e esferas de governo, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança. Outro dado relevante é que desde 2000 o Brasil possui um plano nacional com diretrizes para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo 92% dos seus 5.565 municípios conselhos de direitos implantados e em 98% conselhos tutelares. Algumas dessas iniciativas do Governo brasileiro têm sido referências para a cooperação internacional, a exemplo da metodologia de diagnóstico e mobilização de redes locais, que está sendo partilhada com Argentina, Paraguai e Uruguai em projeto financiado pelo BID e desenvolvido em quinze cidades gêmeas, bem como a metodologia do Disque 100, hoje disseminada na implantação dos novos disques locais de outros países.

É importante também, Sr^a Presidente, ressaltar a participação deste Parlamento, deste Senado e da Câmara dos Deputados que, por meio da CPMI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, correu o País inteiro buscando identificar os criminosos, infelizmente até hoje sem punição. Tive a oportunidade, cara Senadora Vanessa Grazziotin, de participar um pouco de uma solenidade no Palácio do Planalto com a Secretária Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário, uma das principais parlamentares a empunhar a bandeira de combate à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes em nosso País, juntamente com a Senadora Patrícia Saboya, ambas hoje premiadas com o prêmio Neide Castanha, justamente pelos serviços prestados na defesa das crianças e adolescentes de nosso País.

Uma bela cerimônia em que foram apresentados os resultados do Plano de Combate à Exploração Sexual no Brasil, demonstrando que avanços nós fizemos, mas demonstrando também a necessidade de permanecermos nessa batalha, nessa luta, para erradicar esse que é um fenômeno terrível da sociedade, no mundo inteiro, mas especialmente no Brasil, porque muito vinculado aos índices de pobreza e às principais zonas de pobreza em nosso País.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Lídice, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB–BA) – Pois não.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Em primeiro lugar, para cumprimentá-la pelo pronunciamento. Em segundo, para dizer que estou muito feliz hoje em ver que estamos nos revezando da tribuna para falar neste dia 18 de maio, Dia de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, denunciando essa prática criminosa, a mais hedionda de todas, porque atinge os menos desfeitos, aquelas pessoas que não têm possibilidade qualquer de defesa. V. Ex^a tem sido, desde que foi deputada, desde que foi prefeita em Salvador, deputado estadual, deputada federal, uma grande batalhadora pela segurança das meninas, dos meninos e dos jovens brasileiros. Lembrava também, em pronunciamento que fiz há poucos minutos, Senadora Lídice, de um pronunciamento que V. Ex^a fez há alguns dias, dizendo que exatamente a cidade de Salvador é aquela que recebe, que tem registrado um maior número de denúncias, não porque Salvador seja um maior alvo, mas porque, talvez, Salvador, pela ação de inúmeras entidades não governamentais, do Governo e da sociedade, seja aquela que garanta e propicie a maior transparência, visibilidade a esse problema que todos nós temos de combater permanentemente. Temos uma outra CPI funcionando aqui, que é a do tráfico de pessoas. Sabemos que o maior alvo de tráfico são jovens, mulheres exatamente para a comercialização sexual. Cumprimento V. Ex^a. Quero dizer que hoje é um dia de combate, mas todos os dias devem ser um dia de luta pela segurança das nossas meninas, meninos e dos adolescentes deste País. Parabéns, Senadora Lídice.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sem dúvida, Senadora Vanessa, o dia 18 de maio foi instituído em lei e isso foi lembrado aqui por outros senadores, como V. Ex^a mesmo registrou. A integração de tantos oradores na tribuna a se referirem ao tema é a demonstração de quanto é sensibilizado esse tema no Senado Federal e do compromisso permanente deste Senado em permanecer na luta em defesa das crianças e dos adolescentes brasileiros, permanentemente denunciando a exploração sexual das crianças e adolescentes.

Muito obrigada.

19-5-2011

Registro da realização de eventos, nesta semana, em defesa da criança e do adolescente e de combate à exploração e ao abuso sexual infantojuvenil.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidente, a quem agradeço, inclusive, a gentileza do tempo, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso a tribuna para registrar que o dia de ontem foi muito produtivo na luta contra o abuso sexual infantojuvenil, quando transformamos a sessão ordinária do Senado numa verdadeira sessão especial, haja vista os inúmeros depoimentos e pronunciamentos das Sr^{as} e Srs. Senadores ressaltando aquela data.

Houve também um evento de grande importância, promovido pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, Unicef e Childhood, uma organização não governamental, cuja presidente é a rainha Sílvia, da Suécia: um seminário, que foi aberto na sede do Supremo Tribunal Federal, instalado pelo Presidente do Supremo e Presidente do Conselho Nacional de Justiça, assumindo, portanto, o compromisso de a Justiça brasileira dar tratamento especial a essa questão.

Foi o primeiro encontro nacional de experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes no Judiciário brasileiro. O seminário ocorreu durante o dia de ontem e todo o dia de hoje, debatendo questões como os mutirões da cidadania e o processo de implantação do depoimento especial no Judiciário brasileiro, a cartografia das experiências de tomada de depoimento no Judiciário brasileiro e os principais dados da pesquisa, as normativas internacionais e a legislação brasileira sobre a tomada de depoimento especial, projeto de lei

do novo Código de Processo Penal e outros assuntos pertinentes a essa questão, fazendo com que questão como o projeto de lei da Câmara de depoimento sem dano, que já foi debatido neste Senado e na Câmara, fosse incorporado pelo Relator do projeto de lei do novo Código de Processo Penal, o Senador Casagrande.

Porém, as entidades da área hoje reivindicam uma mudança no texto que possa refletir uma participação maior e a garantia mesmo da oitiva especial com depoimento sem dano desde o início do inquérito policial. É um tema extremamente importante para a garantia do direito da criança e do adolescente vitimados pela violência, pelo abuso sexual, que têm necessidade de ser parte em um processo judicial criminoso contra o abusador, o violentador e assim por diante.

Creio que foi um seminário de extrema importância. Hoje, com a presença da Rainha Silvia, que se incorporou ao seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, também com a participação da Organização Childhood, e a presença de V. Ex^a na Mesa daquela Casa Legislativa, da Secretária Nacional dos Direitos Humanos, Maria do Rosário; com a Presidente da Comissão, Deputada Manuela, e de tantas outras organizações não governamentais, que, junto com a chamada Rainha dos Baixinhos brasileiros, a artista e apresentadora Xuxa, que empresta o seu nome a essa causa tão importante, num projeto de lei da Câmara, que já foi recebido pelo Senado, pelo Senador Sarney, que já se comprometeu a levá-lo adiante o mais rápido possível, que é aquele que condena as palmadas, os castigos físicos, como medida educativa em nosso País.

Portanto, é realmente uma semana em que o movimento em defesa da criança e do adolescente e de combate à exploração e ao abuso sexual das crianças do nosso País pode comemorar, não do ponto de vista da existência desse fator tão negativo para a nossa vida nacional, para a nossa sociedade, para a vida das crianças, dos brasileiros e brasileiras, mas, principalmente, pelas conquistas, pelos avanços realizados nesta semana e pela produtividade desses encontros que nós conseguimos realizar.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

25-5-2011

Registro da beatificação de Irmã Dulce, no último domingo; e outros assuntos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho também a esta tribuna para comemorar dois fatos políticos importantes para o nosso estado.

Primeiro, Sr. Presidente, no último domingo, ocorreu a beatificação de Irmã Dulce, na Bahia, com a presença da Presidente da República Dilma Rousseff, do Governador Jaques Wagner, da Primeira-Dama, do Vice-Governador de Sergipe Jackson Barreto, do Presidente do Congresso Nacional e do Senado, Senador José Sarney, do Presidente da Assembleia Legislativa, dos Ministros José Afonso Florêncio e Mário Negromonte, inúmeros deputados federais, inúmeros deputados estaduais, prefeitos, vereadores, cerca de 40 mil pessoas que encheram o Parque de Exposições da Bahia e sob forte emoção ouviram, do Arcebispo Dom Geraldo Majella, representando o Papa Bento XVI, a aceitação do pedido de beatificação de Irmã Dulce, que, a partir de agora, passa a ser chamada de bem-aventurada.

Eu já tive oportunidade aqui nesta Casa de falar da biografia, da obra social de Irmã Dulce, da obra em defesa dos pobres da Bahia e do Brasil. Portanto, é de se destacar que Irmã Dulce, que foi beatificada, pode se tornar a primeira santa brasileira. Esse processo deu o primeiro passo no sentido da sua santificação, e isso ocorre já com o reconhecimento no coração, nas mentes do povo baiano, de que Irmã Dulce, para o povo baiano, é uma santa naquilo que realizou, milagrosamente, de apoio social, de atendimento à saúde pública, à saúde dos miseráveis no nosso Estado.

Quero, no entanto, aqui ressaltar o importante papel de Maria Rita Lopes Ponte, sua sobrinha, presidente das Obras Assistenciais Irmã Dulce, que largou sua própria vida, sua própria carreira, para dedicar-se integralmente à administração dessa obra social do Instituto Irmã Dulce e do seu processo de beatificação. Foi um momento de alegria e honra para o povo baiano poder abrigar, participar e comemorar junto esse momento de beatificação de irmã Dulce na Bahia.

Também, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar aqui com alegria que, há cem anos, nos arredores da capital argentina, exatamente no dia 7 de fevereiro de 1911, nasceu Hector Julio Páride Bernabó, nome de batismo de Carybé, um dos principais artistas plástico do século XX. Para comemorar essa data, realizamos hoje uma audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para homenagear esse grande artista, baiano de coração, e que tão bem soube reproduzir em suas obras a imagem mais autêntica da Bahia.

Junto com outros artistas de sua época, de sua geração, artistas que fizeram um importante movimento cultural no Brasil, colocando o povo no centro das suas obras, artistas que, nas décadas de 40 e 50, constituíram a verdadeira identidade da Bahia, do ponto de vista literário, musical, nas artes plásticas e sua identidade no que chamamos de ideário, do que é o imaginário da Bahia, do Brasil e do mundo, do que seja a nossa terra a terra da felicidade cantada por Caymmi, por Jorge Amado, traduzida nos seus quadros, nas suas obras, por Carybé. E traduzida, acima de tudo, pela profunda ligação com o povo.

Por meio de Carybé, por meio de Jorge Amado, por meio de Pierre Verger, por meio de Dorival Caymmi, formou-se no mundo uma imagem sobre a Bahia, que era, acima de tudo, a cidade de Salvador e os seus arredores, a Bahia negra, de raízes profundamente negras e que passou a ser reconhecida, a partir de então, em sua complexa tradição cultural.

Quando Carybé frequentava os terreiros de candomblé na Bahia, esses terreiros eram proibidos e não reconhecidos como religião. Quando Carybé retratava a imagem do negro baiano brasileiro, esse negro não era retratado nas artes oficiais do nosso País.

Portanto, a obra de Carybé é importante para a Bahia, como fundação de sua identidade, para o Brasil, como forma de retratar o seu

povo, pela amizade e o roteiro que ele desenvolve em sua vida, unindo a Argentina com o Brasil e com a Bahia, sendo um precursor daquilo que diríamos ser um movimento cultural do Mercosul e a unidade de toda a América Latina. Portanto, quero fazer essa saudação, sentindo-me na obrigação e no dever, como senadora da Bahia, de ter realizado essa importante audiência pública hoje, em que ouvimos depoimentos sobre a importante obra para a Bahia, para o Brasil e para o mundo, que é a obra do artista plástico Carybé.

Quero dizer isso com muita alegria. Carybé morreu em um terreiro de candomblé, no dia 2 de outubro de 1997, já com 87 anos. Ele foi um dos mais queridos artistas da Bahia e até hoje continua no coração do povo baiano, porque foi um artista que soube retratar seu povo, sua história, sua luta, sua cultura, sua gastronomia.

No entanto, Sr. Presidente, para finalizar, nestes poucos minutos que me restam, eu não posso deixar de adentrar num debate que foi pauta deste Senado, no dia de hoje, e da Câmara Federal, ontem. O Senado se prepara para travar a discussão a respeito do Código Florestal. Acho que este Senado, como Casa Revisora, tem todo o dever de fazer essa discussão da forma mais equilibrada possível.

Sou uma defensora intransigente da figura, da seriedade e da honestidade do Deputado Aldo Rebelo e aqui não permitirei nenhum tipo de injunção, de suspeição sobre o relatório e a postura digna e honrada deste deputado federal, que, como já foi dito aqui, é um grande homem público, meu amigo, meu companheiro há mais de vinte anos. Mas isso não quer dizer que o relatório não possa ser modificado, não quer dizer que nós não possamos ter nenhum tipo de divergência a respeito do relatório que foi produzido pela Câmara dos Deputados.

Teremos de ter o absoluto equilíbrio para entender que esta Casa não precisa refazer todo o Código Florestal, nem toda a discussão a respeito do Código, porque isso seria ignorar todo o imenso trabalho já desenvolvido pela Câmara dos Deputados. Precisamos, sim, destacar três ou quatro pontos. Esses são os únicos pontos que hoje significam uma discussão que não demonstra a unanimidade do País. E esses três ou quatro pontos precisarão ser tratados aqui sem que ofensas sejam feitas, de lado a lado, a quem pensa diferentemente do outro.

Não é por discordar de um ponto que posso admitir que um senador ou outro senador possa ser considerado menos nacionalista do que aqueles que defendem a opinião relacionada com o Código. O Código Florestal também não interessa apenas ao Norte do País, ao Pantanal e ao Centro-Oeste. O Código Florestal é um código que interessa ao Brasil. O Nordeste brasileiro e o nosso Semiárido, Senador Wellington, ex-Governador do seu Estado, o Piauí... Nós temos uma grande parte do nosso Estado no Semiárido, como é o caso da Bahia, com 69% do seu território no Semiárido, mas ainda assim temos interesse profundo na discussão do Código Florestal e colocamo-nos nessa discussão da mesma forma e em igual condição que qualquer outro Senador que aqui represente ou a Amazônia ou o Pantanal ou qualquer outro bioma a ser preservado neste País.

(Interrupção do som.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para finalizar, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

Portanto, esse é um debate que interessa à Nação brasileira, e nenhum de nós renunciará ao seu direito de debater e expor as suas opiniões.

Muito obrigada.

31-5-2011

Registro do lançamento do Programa Brasil sem Miséria; e outros assuntos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar, desta tribuna, hoje, pelo menos quatro assuntos.

Primeiro quero saudar, como outros senadores fizeram, especialmente o Senador Walter Pinheiro que discorreu sobre o assunto com mais tempo, coisa que voltarei a fazer desta tribuna em outro momento, o lançamento do programa Brasil sem Miséria.

Nós ficamos felizes com o lançamento desse programa que faz com que a Presidente Dilma lance talvez o maior desafio da nossa geração para o País, a superação da miséria, especialmente porque o nosso Estado da Bahia, os dados já demonstram, é um estado com a maior população em situação abaixo da pobreza em relação a outros estados brasileiros.

Com 69% de nosso território situado no Semiárido e com a maior população negra do Brasil, a Bahia realmente precisa de um programa como esse para que possa vencer o desafio de superação efetiva da miséria. Nós somos hoje o estado com maior volume de Bolsa Família, justamente porque temos a maior miséria, a população maior de miseráveis do País.

Mas gostaria também, Sr. Presidente, de registrar a audiência pública feita pela CCJ desta Casa, coordenada pela Senadora Marta Suplicy, na última sexta-feira, dia 27, em Salvador, que contou com a presença disputada de mais de 150 pessoas, com mais de 30 entidades e perso-

nalidades feministas, para discutir a reforma política e a participação da mulher. Como garantir que a reforma política possa significar realmente uma reforma que aprofunde a democracia em nosso País, que radicalize a democracia brasileira, fazendo com que aqueles que não estão representados no Parlamento possam ter acesso a ele?

Essa foi uma discussão muito rica, e eu quero agradecer a presença da Senadora Marta Suplicy, o apoio dado pela Câmara de Vereadores, pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, para realizarmos essa concorrida audiência pública, com muito bom nível, onde as mulheres baianas debateram as formas de conseguir participar do poder político do País, nós cuja representação política no Congresso Nacional decaiu. Tínhamos quatro deputadas na última legislatura em 39 deputados, e passamos a apenas uma deputada, a Deputada Alice Portugal, e elegemos a primeira Senadora da Bahia – eu, que aqui represento esse esforço das mulheres baianas e brasileiras de se fazerem representar no Senado Federal.

Discutimos as diversas formas de facilitar a presença da mulher na política. Uma das questões consideradas essenciais pelo movimento de mulheres no Brasil é justamente a garantia do financiamento público de campanha para que nós possamos fazer com que aqueles que não têm hoje o financiamento das grandes empresas, do grande empresariado deste País, possam ter condições de sonhar em participar do poder político e realizar esse sonho de representação popular.

Discutimos, também, Sr. Presidente, a possibilidade de continuar essa mobilização popular, elaborando um projeto de iniciativa popular com os pontos principais de uma reforma política que realmente garanta a presença das mulheres, dos negros, dos índios, dos pobres no Parlamento brasileiro.

Quero, portanto, saudar essa iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal de aproximar a discussão da reforma política do povo brasileiro e das mulheres brasileiras em particular. A presença da Senadora Marta Suplicy só abrilhantou aquele debate e levou a que o movimento de mulheres pudesse se mobilizar mais ainda para se integrar a esse movimento nacional.

Quero também registrar, Sr. Presidente, que, amanhã, nós teremos na Bahia um importante evento. Já pela manhã, teremos uma missa com

café da manhã, com a participação do Governador Jaques Wagner para comemorar, com alegria, a realização de 21 anos de atividade do Projeto Axé, uma organização não governamental, pioneira, que atua nas ruas de Salvador. Ela iniciou esse movimento no Brasil inteiro para reinserir meninos e meninas de rua num novo projeto de vida.

O Projeto Axé usa uma pedagogia própria, baseada no afeto, no amor, na conquista do menino na rua para, através da arte e da educação, reinseri-lo, promover-lhe uma reinserção social. Fundada em 1990 pelo ítalo-brasileiro Cesare La Rocca, esse projeto obedece a critérios e fundamentos definidos pela própria instituição, porém contando com parceiros financeiros que aportam e contribuem para a execução da proposta, assim como os Governos Municipal, Estadual e Federal e outras organizações.

Pelo Projeto Axé, pelo seu trabalho, nos últimos 40 anos em nosso País, com crianças e adolescentes das camadas mais pobres, é que fiz a indicação de Cesare La Rocca ao prêmio Darcy Ribeiro. Tenho certeza de que ele será um dos grandes concorrentes pela sua dedicação e pelo seu desempenho mesmo brilhante, como educador, como pensador de uma pedagogia própria para atuação com os meninos e as meninas nas ruas.

Eu própria tive a possibilidade de integrar as bases desse projeto na cidade de Salvador, juntamente com o ex-Ministro Juca Ferreira. Nós fomos funcionários consultores do Projeto Axé exatamente no seu início, em 1992, antes de ser candidata e, depois, vitoriosamente prefeita de Salvador. O Projeto Axé, sem dúvida alguma, foi o maior inspirador para que, na nossa administração, nós pudéssemos, com ajuda do Ministro Jutahy Magalhães, do Presidente Itamar Franco, criar a Fundação Cidade Mãe, para construir abrigos para meninos e meninas nas ruas e, com empresas educativas, atuar nos bairros de mais baixa renda do nosso município, considerando, portanto, as áreas mais vulneráveis socialmente, para que nós pudéssemos, através da Fundação Cidade Mãe, impedir a formação de uma verdadeira empresa de novos meninos e meninas nas ruas da nossa cidade.

Ao tempo que parabenizo o Projeto Axé por essa vitoriosa atuação e por sua conquista de maioridade de 21 anos, a Cesare de La

Rocca pelo atendimento de mais de 20 mil meninos e meninas de rua, jovens, adolescentes e crianças nas ruas do meu Estado, que hoje têm uma nova dimensão da sua existência, que tem novo projeto de vida, eu quero registrar, com tristeza, a minha participação numa audiência pública na última segunda-feira, ontem, dia 30, na Câmara de Vereadores de Salvador, convidada que fui pela Vereadora Marta Rodrigues, também Presidente Municipal do PT, para receber as denúncias efetivadas pelas associações de bairro e por aquela Vereadora, com fotografias chocantes de como hoje está entregue ao abandono a Fundação Cidade Mãe.

Eu, que nunca fiz desta tribuna, desde que me elegi, nenhum registro sobre a Prefeitura de Salvador, quero lamentar o abandono, o descompromisso do Prefeito João Henrique para com a Fundação Cidade Mãe. O Ministério Público, presente àquela audiência, as entidades, as associações de bairros, a Unicef, o Projeto Axé, o Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente do nosso Estado e diversas outras parceiras da luta em defesa da criança e do adolescente, chocados diante de uma unidade do Cidade Mãe invadida por vândalos.

Foi a mesma unidade que foi visitada, na nossa administração, pela Primeira-Dama Hillary Clinton, que lá doou equipamentos para justamente ajudar aquela empresa educativa, que desenvolve uma atividade de inserção das crianças de 7 a 14 anos em atividades lúdicas, em atividades esportivas, em atividades culturais, e de 14 a 17 anos, em cursos profissionalizantes.

Uma experiência premiada nacionalmente, internacionalmente reconhecida, que está hoje entregue, não apenas às baratas, mas também ao vandalismo na cidade de Salvador.

Imagino que seja necessária uma medida imediata do Ministério Público da nossa cidade, dos Conselhos Tutelares, de todas as organizações para exigir, de pronto e de imediato, um esclarecimento e uma resposta da Prefeitura de Salvador ao abandono em que se encontra a Fundação Cidade Mãe, não por ter sido uma fundação criada em nossa administração, mas pelo ineditismo da experiência de atuação com as crianças nas ruas e, mais do que com as crianças nas ruas, com as crianças nos bairros populares da nossa cidade, que tiveram na Fundação Cidade

Mãe, há 15, 16 anos, a possibilidade de ter um sonho: o sonho de se transformar em cidadãos.

A Fundação Cidade Mãe e sua experiência pedagógica não é um mero programa de profissionalização de adolescentes; é muito mais do que isso: é um programa de formação de cidadãos. E é por isso que recebeu todas as suas premiações nacionais e internacionais.

A Fundação Cidade Mãe inaugurou aquele momento em Salvador, uma experiência que até hoje ficou inconclusa, de nós conseguirmos ter uma escola de tempo integral: em um turno, a criança em escola pública, e, em um segundo turno, frequentando uma das unidades das empresas educativas da Fundação Cidade Mãe. Então, é esse conceito que está sendo posto no chão, com o desprezo e o abandono que a Prefeitura de Salvador tem dado à Fundação Cidade Mãe.

Mas ontem as fotos, as imagens calaram mais fundo no coração, inclusive, no meu próprio coração, porque há mais de um ano venho sendo procurada pelos funcionários, pelos técnicos daquela Fundação Cidade Mãe. E justamente, Senador Magno Malta, para que não parecesse que eu tinha qualquer vinculação político-eleitoral, não me pronunciei sobre o assunto até que não foi possível mais ficar calada diante desse flagelo a que estão sendo submetidas as crianças da minha cidade, sem assistência, da minha capital Salvador.

Com profundo desrespeito, a Prefeitura deixa que vândalos invadam e depredem um prédio público construído com o dinheiro do povo brasileiro, financiado à época pelo Governo do Presidente Itamar Franco, e que hoje se encontra completamente destruído, sem que aquele prédio possa estar servindo à infância nas ruas e à infância nos bairros populares em situação de vulnerabilidade.

Aqui fica o meu protesto, protesto que faço com tristeza, porque não gostaria de fazê-lo em respeito que tenho pelo meu companheiro, Senador João Durval Carneiro, sabendo que a Prefeitura é dirigida pelo seu filho. Portanto, faço com muito constrangimento este registro, até porque, como Senadora pela Bahia, quero aqui sempre registrar, seja quem for o prefeito da minha capital ou das cidades pelas quais circulo no interior do nosso Estado, as conquistas que cada prefeito ou que o nosso Governo na Bahia possa trazer pelos baianos e baianas.

Finalmente, Sr. Presidente, ainda registrando, com pesar, essa situação em que se encontra a Fundação Cidade Mãe, quero dizer que estava presente naquela audiência um representante do Ministério Público, que julgou que a questão merece, inclusive, uma ação de improbidade. Eu quero que o Prefeito João Henrique ponha a mão na consciência – ele próprio que, no início de sua administração, ajudou o fortalecimento e o crescimento da Fundação Cidade Mãe, para não permitir que nós tenhamos a desarticulação de todo o sistema de proteção à infância, criado, naquele período, na Fundação Cidade Mãe. Foi incorporada, inclusive, no seu Governo a Fundação Cidade Mãe, uma casa de medidas socioeducativas, articulada com a pedagogia, com um conceito a respeito da proteção à criança. Não é possível que nós tenhamos, em vez de um avanço na política social de defesa da criança na minha cidade, na capital do meu Estado, um retrocesso tão significativo daquilo que foram conquistas realizadas ao longo desses dezesseis anos de política pública de assistência à criança em nossa cidade.

Pois não, Senador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senadora Lídice, eu cumprimento V. Ex^a pela coragem, apesar do respeito que tem às pessoas. Com muito respeito, V. Ex^a citou nosso companheiro Senador João Durval, mas verdade é sempre verdade. E, quando se trata da questão da criança, ninguém começa a fazer uma casa pelo telhado ou pelo azulejo; todo mundo começa pelo alicerce: criança é alicerce.

E alicerce malfeito é juventude desequilibrada, é adulto desequilibrado, é sociedade desequilibrada. E V. Ex^a o faz com muita propriedade, até porque é sua história, é sua luta. E o faz com propriedade porque conhece com profundidade também o assunto da Fundação Cidade Mãe. Eu queria propor a V. Ex^a que me acompanhasse – ou eu acompanho V. Ex^a. O ano passado eu fazia muito esta discussão, mas houve muito envolvimento com a CPI da Pedofilia.

Mas eu penso que nós precisamos fazer uma lei de responsabilidade humana. Não há a Lei de Responsabilidade Fiscal para o gestor? Se ele não cumpre a lei de responsabilidade humana ele tem que ser punido por improbidade. Isso é primordial: cuidar do cidadão.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É verdade.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR–ES) – E penso que esta Casa pode fazer e que terá unanimidade nessa votação. Sabe quantos prefeitos não tratam do Conselho Tutelar, por exemplo, que é responsabilidade deles? Uma lei de responsabilidade humana, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, certamente os obrigará a cumprir. E, certamente, se essa lei existisse, a Fundação Cidade Mãe não estaria passando pelo que está passando. Eu cumprimento V. Ex^a e convido V. Ex^a para que juntos...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro!

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – ...entabulemos, trabalhemos esse texto, assinemos essa matéria. E, certamente, ela andarás com muita rapidez nesta Casa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sem dúvida alguma, Senador Magno Malta, o senhor contará sempre com o meu apoio no que diz respeito a tratar de qualquer legislação, qualquer ação, qualquer política que signifique a proteção das crianças e adolescentes do nosso País. Quanto à Fundação Cidade Mãe, eu estive também em outras reuniões nos bairros de Salvador, esta semana, e recebi da população o que é para mim gratificante, como gestora que fui, como fundadora e criadora da Fundação Cidade Mãe nos bairros em que a Fundação existe, a mobilização do povo simples para garantir que ela permaneça.

A reclamação de que, na nossa administração, a Fundação Cidade Mãe tinha os seus cursos definidos pelos conselhos comunitários, nos quais participavam os alunos, os representantes das associações do bairro e os pais dos alunos que integravam a Fundação Cidade Mãe.

São milhares de jovens atendidos, ao longo desses 16 anos, pela Fundação Cidade Mãe, cujo depoimento único é exatamente dizer que ali aprenderam a ser cidadãos. E este é um orgulho que carrego para minha vida política e pessoal, de ter podido dar à minha cidade essa contribuição, criando um projeto que teve o reconhecimento nacional e internacional como política pública ainda em 1993, quando iniciamos essa experiência e poucos falavam em política pública para a criança e o adolescente nas ruas, neste País.

Finalmente, Sr. Presidente, apenas para registrar, em nome do meu partido, do Partido Socialista Brasileiro, que amanhã a Deputada Federal, eleita pelo Amapá, Janete Capiberibe será diplomada, às 18 horas, pelo

Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, ela, que já foi cassada pela ditadura militar, que teve seus filhos no exílio e que hoje tem seu filho como Governador daquele Estado, volta de novo, pela Justiça, a entrar e a pisar, espero que em breve, a Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

7-6-2011

Registro do lançamento pelo Governador Jaques Wagner do Programa Pacto pela Vida, no Estado da Bahia; e outros assuntos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer três breves registros aqui, espero.

Aconteceu na Bahia o lançamento, na presença do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do Programa Pacto pela Vida, lançado pelo Governador Jaques Wagner. Não se trata aqui de mais um programa de segurança pública desarticulado e destinado à resolução de problemas pontuais, mas de um pacote de ações integradas entre várias instâncias do Poder Público e da sociedade civil organizada com vistas à redução dos índices de criminalidade.

Importante destacar que a formulação desse programa contou com a consultoria do professor de sociologia e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, José Luiz Ratton. O professor é um dos responsáveis pela implantação do projeto homônimo em Pernambuco, que resultou, ao longo de quatro anos do Governo Eduardo Campos, do meu partido, o PSB, na redução em 40% dos homicídios e crimes violentos na capital, Recife, e em 28% no Estado como um todo.

A primeira iniciativa para a efetivação do Pacto Pela Vida trata da formulação do Plano Estadual de Segurança e do fortalecimento das diferentes instâncias policiais, com foco na prevenção e redução de homicídios. O projeto coordenado pela Secretaria de Segurança Pública integra outras secretarias estaduais, a exemplo da Educação e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e não poderia ser diferente, pois as

mulheres da Bahia são as que mais sofrem agressões no Nordeste. O Estado registra 30% das ocorrências na região, segundo a própria Secretária Lúcia Barbosa. São 25 queixas de violência por dia, registradas na Delegacia de Proteção à Mulher em Salvador.

Entre as medidas anunciadas pelo governador estão a convocação de 3.500 novos policiais militares, além de investimentos estaduais na criação da Secretaria de Administração Prisional e Ressocialização, do Departamento de Homicídios, e no fortalecimento do Departamento de Narcóticos. Ao articular políticas de segurança com ações sociais, priorizar a prevenção e buscar atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social, o Pacto pela Vida coaduna-se com as premissas do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI, outra iniciativa inédita do enfrentamento da criminalidade no País.

Portanto, desejo sucesso ao Governador Jacques Wagner, nesta que é uma batalha de todo o governo, de todos aqueles que apóiam o seu governo e de toda a sociedade baiana, de diminuir os índices de criminalidade e trazer cada vez mais a paz à nossa sociedade.

Sr. Presidente, eu gostaria também de registrar que, no último domingo, além do Dia Nacional do Meio Ambiente, é comemorado o Dia Nacional do Teste do Pezinho, instituído pela Lei nº 11.605, de 5 de dezembro de 2007, com o objetivo de conscientizar a sociedade para a importância do exame na prevenção e controle dessa doença que pode deixar graves sequelas nos portadores que não forem diagnosticados precocemente. Na Bahia, a instituição referência do Ministério da Saúde para a execução desse teste, nos 417 municípios do estado, é a Apae/Salvador, que parabenizo pelos excelentes resultados. Desde a implantação desse programa, iniciado há dez anos, mais de dois milhões de crianças foram submetidas ao exame.

Em 2010, a cobertura do teste do pezinho alcançou 92% das crianças nascidas no Estado. Esse Programa de Triagem Neonatal é fruto de uma parceria entre o Ministério da Saúde e as secretarias estaduais de Saúde.

É muito importante, Sr. Presidente, que as Apaes no Brasil, agora com a educação pública se abrindo para a inclusão de crianças com deficiências, passem a ter novas funções; funções de ajudar na qualificação

dos profissionais, dos professores, para dar atendimento nas unidades educacionais públicas normais, e função também na saúde, como é o caso dessa Apae da Bahia que desenvolve essa importante ação.

Esse teste do pezinho permite, por exemplo, identificar cedo o hipotireoidismo congênito, que é uma disfunção da glândula tireóide, e outras doenças, dentre elas uma doença muito importante para a população negra da Bahia e negra do Brasil que é identificada precocemente pelo teste do pezinho, a anemia falciforme, que, apesar de não estar relacionada ao retardo mental como outras, entra na triagem porque é uma doença genética muito frequente na população do nosso Estado e o seu tratamento é mais eficaz quando a criança recebe cuidados desde pequena. Peço, Sr. Presidente, o registro integral do meu pronunciamento sobre essa questão.

Sr. Presidente, que eu possa imediatamente saudar, fazer o registro nesta Casa que, neste mês de junho, se completam dez anos sem o geógrafo e professor Milton Santos. Tive a oportunidade de, no ano passado, na Câmara dos Deputados, realizar, na data que seria do aniversário de nascimento do professor Milton Santos, um seminário a respeito do seu pensamento inovador e da sua importância na geografia e na ciência social do Brasil.

Assim, não posso deixar de registrar aqui também que, desde segunda-feira, a Universidade Federal da Bahia iniciou um colóquio para lembrar a data da morte de um dos mais brilhantes e respeitados intelectuais do nosso tempo e da nossa sociedade baiana. Milton deixou o legado de uma obra incomparável que hoje é referência em todo o mundo. Não é exagero dizer que ele fundou uma nova geografia, reescreveu os fundamentos dessa disciplina, ensinando-nos nova forma de olhar e compreender o mundo. Negro, nascido em Brotas de Macaúbas, no interior da Bahia, nunca se deixou abater pelo racismo, pelo preconceito social e nem pelas imensas dificuldades que enfrentou ao longo dos seus 75 anos de vida.

Milton Santos foi um vencedor, um mensageiro da esperança, um guerreiro da palavra que, sempre com um sorriso amável, nunca parou de lutar e nos deixou um arsenal de ideias sobre as complexas e problemáticas relações do mundo globalizado e as possibilidades de construirmos um futuro melhor para todos. Milton Santos, negro, como eu disse antes, teve uma educação voltada para a sua formação intelectual e

sempre enfrentou as discussões sobre o racismo numa posição de vencedor, de pensador. Teve uma participação na política, quando se lançou candidato a Vereador, no início de sua vida. Ele dizia: – “Não vote em branco. Vote no negro”. Assim marcou a sua vida política como um dos maiores intelectuais negros do século XX no Brasil.

Reconhecido internacionalmente, sempre foi um apaixonado pela sua terra e um pensador universal. Recebeu, em 94, o prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Sem dúvida, o coroamento de uma trajetória que começou na Bahia, onde, além de professor, foi jornalista, intelectual engajado, combatente das causas políticas e sociais. A melhor maneira de homenageá-lo é refletindo e divulgando os seus ensinamentos e as suas ideias, como essas iniciativas que estão sendo promovidas nesse momento pela Universidade Federal da Bahia. Muito obrigada, Sr. Presidente.

*SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DA SRA.
SENADORA LÍDICE DA MATA*

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nesse mês de junho completa 10 anos sem o geógrafo e professor Milton Santos. Na Bahia, desde segunda-feira que a Universidade Federal iniciou um colóquio para lembrar a data da morte de um dos mais brilhantes e respeitados intelectuais do nosso tempo. Milton Santos deixou o legado de uma obra incomparável que hoje é referência em todo o mundo. Não é nenhum exagero dizer que ele fundou uma nova Geografia, reescreveu os fundamentos desta disciplina, nos ensinando uma nova forma de olhar e compreender o mundo.

Negro, nascido em Brotas de Macaúbas, no interior da Bahia, nunca se deixou abater pelo racismo, pelo preconceito social e nem pelas imensas dificuldades que enfrentou ao longo dos seus 75 anos de vida. Milton Santos foi um vencedor, um mensageiro da esperança, um guerreiro da palavra que, sempre com um sorriso amável, nunca parou de

lutar e nos deixou um arsenal de ideias sobre as complexas e problemáticas relações do mundo globalizado e as possibilidades de construirmos um futuro melhor para todos.

Brasileiro, apaixonado por sua terra, Milton Santos foi um pensador universal. Recebeu, em 1994, o Prêmio Vautrim Lud, considerado o Nobel da Geografia. Sem dúvida, o coroamento de uma trajetória que começou na Bahia, onde além de professor, foi jornalista e um intelectual engajado, um combatente das causas políticas e sociais. E a melhor maneira de homenageá-lo é refletindo e divulgando os seus ensinamentos, com iniciativas como essa promovida pela Universidade Federal da Bahia. Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada.

7-6-2011

Comemoração do Dia Nacional do Teste do Pezinho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, no domingo dia 5 foi comemorado o Dia Nacional do Teste do Pezinho instituído pela Lei nº 11.605, em 5 de dezembro de 2007, com o objetivo de conscientizar a sociedade para a importância do exame na prevenção e controle de doenças que podem deixar graves sequelas nos portadores que não forem diagnosticados precocemente. Na Bahia a instituição referência do Ministério da Saúde para a execução desse teste, nos 417 municípios do estado, é a Apae – Salvador a quem parabênizo, pelos excelentes resultados. Desde a implantação desse programa, iniciado há 10 anos, mais de dois milhões de crianças foram submetidas ao exame. Em 2010, a cobertura do teste do pezinho alcançou 92% das crianças nascidas no estado.

O Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) é fruto de uma parceria entre o Ministério da Saúde e as secretarias estaduais e municipais de saúde, que visa oferecer a todos os bebês, gratuitamente, por meio do SUS, o direito ao exame, acesso ao tratamento e o acompanhamento permanente das doenças detectadas. O teste do pezinho na Bahia é composto de quatro exames que identifica doenças como: o hipotireoidismo congênito, que é uma disfunção da glândula tireoide. Pode acontecer na idade adulta, mas algumas crianças podem nascer com um mau funcionamento da tireoide, ou até mesmo sem essa glândula, e isso pode provocar sérios problemas no desenvolvimento, podendo levar ao retardo mental grave se não for tratada.

Outra doença detectada é a fenilcetonúria, doença genética um pouco mais rara onde a criança nasce com dificuldade para metabolizar um aminoácido que está presente nos alimentos ricos em proteína, tais como o leite, a carne e o frango. O acúmulo desta substância no sangue lesa o sistema nervoso central. Quando é diagnosticada precocemente, o bebê é submetido a um tratamento que consiste em uma dieta especial, com o uso de fórmula metabólica específica, e assim a criança pode se desenvolver normalmente. Esses são os dois carros-chefes da Triagem Neonatal no mundo inteiro, porque, quando não tratadas podem provocar deficiência intelectual.

Outra doença que pode ser diagnosticada pelo Teste do Pezinho é a Anemia Falciforme, que apesar de não estar relacionada ao retardo mental, entra na triagem porque é uma doença genética muito frequente na população baiana e o seu tratamento é mais eficaz quando a criança recebe cuidados desde pequena. A Anemia Falciforme traz muitos problemas clínicos, como anemia, infecções muitas vezes fatais em crianças de até 5 anos de idade, dores generalizadas e complicações crônicas na vida adulta, a exemplo da insuficiência renal. Mas quando há a possibilidade de orientar a família desde cedo e introduzir medicações, a criança tem uma evolução melhor.

No Programa da Bahia é realizado ainda um exame que detecta doenças metabólicas, como Tirosinemia e Doença do Xarope de Bordo que são aminoacidopatias, que se diagnosticadas precocemente permitem intervenção com a melhora do quadro clínico e controle das principais complicações. Este exame é a cromatografia de aminoácidos qualitativa.

Por tudo isso, consideramos de grande relevância esse serviço prestado as nossas crianças pela Apae - Salvador, instituição que precisa de apoio para continuar atendendo com a mesma eficiência que vem demonstrando ao longo desses 10 anos do Teste do Pezinho. Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada.

14-6-2011

Registro da passagem, no último dia 12 de junho, do Dia Nacional de Luta contra o Trabalho Infantil, divulgando as ações de combate ao trabalho infantil da Frente Parlamentar Mista pelos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes, coordenada por S. Ex^a.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cinco minutos serão suficientes para registrar a passagem, no último domingo, dia 12 de junho – que não é apenas o Dia dos Namorados, – Do dia Nacional de Luta contra o Trabalho Infantil.

Como coordenadora da Frente Parlamentar Mista pelos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes aqui no Senado, e em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e os Fóruns Estaduais, mais as deputadas que compõem a nossa Frente na Câmara dos Deputados, senadores e senadoras, lançamos a Campanha Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Este ano a campanha tem como tema *Trabalhos Perigosos*, e o mote *Trabalho Infantil. Deixar de estudar é um dos riscos*. Convido a todas as Sr^{as} e aos Srs. Senadores para se juntarem conosco nessa luta contra esse estigma que está presente em nossa sociedade.

Foram priorizados na campanha quatro das piores formas de trabalho infantil: o trabalho infantil doméstico; o trabalho infantil nas ruas; o trabalho infantil no lixo e com o lixo; e o trabalho infantil na agricultura, especialmente com agrotóxicos. Essas e outras formas de trabalho infantil põem em risco a saúde, a vida e a segurança das crianças e comprometem sua escolarização e o seu pleno desenvolvimento.

A legislação brasileira proíbe todas as formas de trabalho para crianças e adolescentes com idade abaixo de 16 anos, exceto a aprendizagem a partir dos 14 anos. No entanto, em nosso País cerca de 4,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade encontram-se trabalhando atualmente. O Censo de 2010 registrou que, desse total, 132 mil crianças de 10 a 14 anos são provedoras de suas famílias, ou seja, são responsáveis pelo sustento da unidade familiar, uma situação que nos mostra uma inversão total de papéis. Aqueles que devem ser protegidos e terem sua vida provida passam a ser provedores de suas próprias casas, de suas próprias famílias.

Portanto, Sr. Presidente, juntando-se a essas nossas manifestações ocorridas na última sexta-feira na Câmara dos Deputados, antecipando a passagem, no dia 12, último domingo, do Dia Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, Senadora Lúcia Vânia, nós tivemos a felicidade de, na própria sexta-feira passada, votar aqui o Suas, que foi relatado pela senhora e pela Senadora Ana Rita, dentre outros senadores, e que justamente significa um avanço na política de assistência social. V. Ex^a, que também foi Secretária Nacional de Assistência Social e tem bastante intimidade com o tema, sabe da importância da aprovação dessa lei para as nossas diversas políticas e redes de proteção de assistência social no Brasil, dentre outras coisas, pela incorporação no Suas do Peti, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, já desenvolvido com sucesso em nosso País, mas que agora se intensificará a partir da instalação, da aprovação do Suas.

Amanhã na Bahia vai haver a realização da reunião do Conanda Itinerante, com a presença da Ministra dos Direitos Humanos, na qual, além dos temas que nós já tradicionalmente tratamos, como a questão da exploração sexual infantojuvenil, nós trataremos com detalhe da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Lembrando, Srs. Senadores, eu, que fui constituinte, sei o quanto foi difícil nós aprovarmos a proibição do trabalho infantil na Constituição brasileira. Tenho certeza aqui de que alguns dos senadores podem ter tido a experiência de ter estudado ou de ter trabalhado...

(Interrupção do som.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) ...na sua infância. No entanto, duvido, Sr. Presidente, de que qualquer das Sr^{as} e Srs.

Senadores, nesta Casa, deixe o seu filho trabalhar antes dos 17, 18 anos de idade. Porque todos nós reconhecemos a necessidade de os nossos filhos se dedicarem integralmente à tarefa de estudar e de obter conhecimentos que lhe propiciem a possibilidade de ingressarem no mercado de trabalho, aí sim, preparados e com condições físicas e de saúde indispensáveis para a realização de seus desejos profissionais e de seu crescimento na vida adulta.

Portanto, o fim do trabalho infantil é uma meta necessária para que o nosso Governo abrace com vigor e que possa incorporá-lo também no Brasil sem miséria, como uma das grandes necessidades...

(Interrupção do som.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ...da população pobre deste nosso País.

Muito obrigada.

20-6-2011

Considerações acerca da necessidade da elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do Semiárido nordestino.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero iniciar, antes do meu discurso, fazendo dois registros.

Primeiro, saudar, dar boas-vindas aos Senadores Vanessa Grazziotin e Vital do Rêgo, que participaram da última reunião da OIT e que trouxeram, em especial a Senadora Vanessa, a este Senado tão boas notícias, principalmente no que diz respeito ao entendimento internacional da necessidade de ampliarmos os direitos dos trabalhadores domésticos no Brasil e no mundo, esta que é uma bandeira há muitos anos abraçada pelo movimento de mulheres em nosso País.

Eu própria já me pronunciei, por mais de uma vez neste plenário, nesta Casa, no sentido de que pudéssemos avançar na direção de garantir todos os direitos dos trabalhadores brasileiros aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas. Inclusive com uma proposição da extensão do salário família para os trabalhadores domésticos.

Segundo, Sr. Presidente, convocar todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores a participar, no próximo dia 4 de julho, segunda-feira, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, da nossa Sessão Especial em Comemoração ao Dia da Independência da Bahia, que se realiza em 2 de julho.

Também encaminhei a todos os Srs. Senadores um pequeno histórico a respeito da data de 2 de julho na Bahia, para que o conjunto dos Srs. Senadores possa tomar conhecimento da importância dessa data para a Independência do Brasil e da Bahia. Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, recentemente, com o lançamento do Programa Brasil sem Miséria ficou claro que a pobreza no Brasil tem territorialidade, a pobreza no Brasil é nordestina e é nortista, especialmente.

E, de forma também muito destacada, o meu Estado da Bahia, com 2,7 milhões de pessoas vivendo na linha abaixo da pobreza, dos seus em torno de 14 milhões de habitantes, revela as dificuldades que nós, nordestinos, temos de conviver, de viver, de sobreviver e de ingressarmos nesse Brasil que surge, que desponta com muita força no conjunto, no mundo, de forma especial, e se inserindo na economia global. De sorte que, sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo.

Essa afirmação profética de Euclides da Cunha sobre o Semiárido nordestino, por ele tão minuciosamente descrito em *Os Sertões*, nos longínquos primeiros anos do século XX, permanece tristemente atual no Brasil de nossos dias. Mesmo já percorridos um século e uma década desde então, o nosso sertão e os sertanejos seguem assistindo a sucessivas políticas públicas praticadas pelo Estado brasileiro que se revelam, ao longo dos anos, insuficientes e equivocadas muitas delas.

É fato cantado em prosa e verso que grande parte do Nordeste do Brasil é afetada pela seca, especialmente a região do semiárido, cuja média de precipitação é inferior a 800 mm por ano. Padece o nosso sertão ainda da má distribuição das chuvas e de solos rasos e pobres, fenômeno por demais conhecido por seu anacronismo e inclemência, objeto de abordagens historicamente controversas, abrangendo 57% da região e afligindo 40% da sua população, segundo o último censo do IBGE.

Esses fatores, aliados a questões mais complexas e de caráter eminentemente político, têm produzido situações de pobreza extrema, chegando, nos períodos prolongados de seca, a cenários de verdadeira calamidade. Nos dias de hoje, grande parte da população sobrevive da pecuária e da agricultura em pequenas propriedades desprovidas de meios efetivos à geração de produtos para a sua segurança alimentar, carecendo amplamente de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família.

Estudos do professor Luiz Paulo Neiva, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, colocam em evidência que os problemas históricos do semiárido relacionados à seca estão imbricados em uma estrutura de

crescimentos regionais desiguais e em uma estrutura fundiária perversa, conjunção que, sem dúvida, tornou o chamado sertão nordestino o espaço socioeconômico mais problemático do Brasil e, em consequência, um *locus* marcado não só pela adversidade climática, mas também por equívocos, incompreensões e a implementação de políticas públicas inócuas.

A história do País tem demonstrado de forma eloquente o quanto o sertão tem servido de palco para conflitos de trágica magnitude, provocados por esse desenvolvimento desigual e pelo quase desconhecimento de sua realidade pela grande maioria dos brasileiros. A Guerra de Canudos, o cangaço e as ligas camponesas em resposta à grilagem são referências emblemáticas de uma região que, por possuir características sumamente especiais, deveria ser objeto de políticas especiais.

Em seu estudo denominado *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido*, o pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor Roberto Marinho Alves da Silva, considera que as alternativas para o desenvolvimento sustentável do sertão devem levar em consideração, por um lado, a trajetória e o contexto histórico das políticas de governo para a região e, por outro, os pensamentos e conhecimentos já produzidos sobre aquela realidade. Para o professor Roberto Marinho, o semiárido nordestino é uma realidade tanto complexa quanto incompreendida, o que vem provocando desequilíbrios ambientais e a cristalização da pobreza e miséria local.

Historicamente, a estrutura fundiária ali desenvolvida se caracteriza em perspectiva ambivalente: por um lado, a extrema concentração de terras em latifúndio; pelo outro, a existência pulverizada de numerosos minifúndios. Ambos os estudos, tanto do professor Roberto Marinho, sobre o semiárido, quanto do professor Luiz Paulo, a respeito da região de Canudos, na Bahia, apontam para a necessidade de problematizar as políticas públicas de combate à pobreza e aos efeitos da seca na região.

Para o professor Luiz Paulo, os diagnósticos realizados para a implementação de políticas públicas nos sertões baseiam-se tradicionalmente em dados secundários, sendo desconsiderada a participação das comunidades. A miopia dessa percepção tem levado muitas vezes a resultados inversos aos objetivos declarados. Mais que isso, o repertório de projetos costuma ser influenciado, ou mesmo definido, e cooptado pelas oligarquias locais.

Os primeiros sinais efetivos da ação do Governo Federal no Nordeste brasileiro começaram a aparecer, ainda que tardiamente, no início do século XX, com a criação do IOCS (Inspetoria de Obras contra as Secas), que se transforma em IFOCS (Instituto Federal de Obras contra as Secas) e, posteriormente, em 1945, no DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas).

Observa-se, entretanto, que as ações desenvolvidas por esses órgãos constituem-se basicamente no que tem sido denominado de “fase hidráulica do desenvolvimento”, com a construção, sobretudo, de barragens para o abastecimento humano e animal. Posteriormente, desenvolve-se também a preocupação com a irrigação. O repertório de órgãos, programas, projetos e ações oficiais de combate à pobreza rural da região é certamente tão longo quanto o repertório de análises e de avaliações desses fenômenos.

Nesse mesmo sentido, todo novo projeto oficial apresentado ao público inclui sempre dois elementos: uma análise crítica de tudo que precede e afirmação de que com aquele projeto, enfim, todo problema da pobreza rural será resolvido. Poderíamos mesmo periodizar as diversas abordagens em cinco fases fundamentais, quais sejam: a primeira já citada, a fase hidráulica, marcada pela construção de açudes que se prolongou até os anos 50 com relevante papel para o Dnocs.

A segunda fase, que denominaríamos de transição para o desenvolvimento, teve início ainda durante os anos 40 com a criação da Chesf e da CVSF (Comissão do Vale do São Francisco), que depois se transformou em Codevasf; seguida da fase de “modernização reformista”, marcada pela criação da Sudene, em 1959, quando as ações de desenvolvimentos se destacaram por um processo pioneiro de planejamento regional, emergência da questão regional ou chamada questão Nordeste.

Com a ditadura militar, assistimos à fase de modernização conservadora, que se estendeu de 1964 a 1985, período em que as secas voltam a ser determinantes principais da pobreza regional; é a fase do desenvolvimento rural integrado, em que os programas mais importantes foram, numa primeira fase, o Polonordeste e, em seguida, o projeto Nordeste e, já em 1985, o PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Nesse período histórico, as ações para o desenvolvimento da região do semiárido nordestino voltam a ser centralizadas no Governo Federal.

A partir dos anos 90, temos a quinta fase: a do “desenvolvimento sustentável”, fundada nos conceitos de descentralização, participação e privatização. O caráter eminentemente social que marcava as fases anteriores é substituído por outro, de cunho mais econômico. Evidencia-se, assim, que, a despeito dos programas e projetos elaborados e das obras executadas durante o século XX, pouca coisa mudou no semiárido, demonstrando a incapacidade dos governantes para enfrentar efetiva e eficazmente os problemas da região.

Ademais, interesses clientelistas e de grupos passaram a se privilegiar com as obras promovidas para o combate à seca, situação analisada em demasia por Celso Furtado e batizada como indústria da seca. Mais ainda: nos diagnósticos para a implementação de políticas públicas não são levados em conta o conhecimento local e a participação efetiva das comunidades locais. O Município de Canudos, na Bahia, constitui-se exemplo emblemático. Uma cidade que é cidade por três vezes: primeiro, a Centenária, que foi dizimada 114 anos atrás, de Antonio Conselheiro; depois a cidade encoberta pelo Cocorobó; e finalmente a nova Canudos, que tem apenas 25 anos.

Em meados da década de 40, o Governo Federal, na tentativa de resgatar a imensa dívida com o povo daquele lugar, inicia os estudos para a construção do açude Cocorobó, exatamente no local onde foram massacrados cerca de 20 mil seguidores do beato Antonio Conselheiro pelo Exército brasileiro, comandado pelo governo de uma República recém-fundada, que assim se apresentou pela primeira vez aos sertanejos. Esse episódio epopeico, trágico e basilar conquanto insuficientemente reconhecido da História do Brasil, ocorrido no final do século XIX, foi magnificamente relatado no Livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, hoje um clássico universal de nossa literatura.

Novamente nos apoiando nos estudos do professor Luiz Paulo, esse açude, que à época da inauguração, em 1969, era o segundo maior do País, teria capacidade para estimular a economia municipal e regional, a pesca de subsistência e comercial e a irrigação e abastecimento de áreas para a produção agrícola e consumo de animais. No entanto, a ausência recorrente de uma reestruturação fundiária e de uma política de utilização plena do açude sonegou aos moradores da região os frutos do

portentoso investimento, perdurando, incompreensivelmente, o quadro de anacronismos históricos.

Assim é que, até o presente, o açude não tem suas múltiplas potencialidades econômicas acionadas à disposição da população no que tange à irrigação, produção pesqueira e potencial turístico, dentre outras, fato que põe em xeque a ação pública empreendida, flagrantemente incapaz de ou pouco interessada em oferecer às comunidades sustentabilidade e demarragem social, ambiental e econômica. Nos anos recentes, novas iniciativas têm contribuído para equacionar os entraves e oferecer soluções conjuntas com a comunidade, buscando explorar potenciais e oportunidades e melhorar a vida no semiárido.

Dentre essas iniciativas, Sr. Presidente, destaca-se o projeto-piloto desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia, que agora, no Governo Jaques Wagner, recebe mais impulso ainda. Essas iniciativas pautam-se no entendimento da necessidade de convivência com a região, ou seja, na superação da ideia de que o problema da seca é apenas hídrico e de que nós devemos dar soluções hídricas a todos os problemas da região, buscando apenas a organização de açudes e a garantia de água.

É preciso, principalmente, estudar as formas de vida, de sobrevivência no semiárido, as culturas possíveis no semiárido, que podem garantir a sobrevivência da região e, de lá, fazerem brotar novas soluções, inclusive soluções não agrícolas, soluções que demonstrem o potencial até mesmo turístico da região do semiárido brasileiro – no meu caso, do semiárido baiano.

Portanto, é preciso ter em mente essa necessidade de convivência com a região condições de solo, vegetação, restrição hídrica – para aproveitar suas potencialidades; é importante o conhecimento das comunidades locais para delinear um grande projeto que torne realidade a grande potencialidade de produção da região. Sobre esses novos paradigmas, Sr. Presidente, caras Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo me aprofundar em um pronunciamento que farei amanhã, destacando, de forma mais organizada e detalhada, as experiências da Universidade do Estado da Bahia, naquela região de Canudos, no Parque Histórico de Canudos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

21-6-2011

Comemoração dos 16 anos da Rede Vida de Televisão, nos termos do Requerimento nº 245, de 2011, do Senador Randolfê Rodrigues e outros senadores.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Senadores; Exm^o Sr. Senador Randolfê Rodrigues, autor do requerimento para a realização desta homenagem; Sr. João Monteiro de Barros Filho, fundador e Presidente da Rede Vida de Televisão; Revm^o Sr. Dom Osvino José Both, representando o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e Arcebispo Militar do Brasil; Sr. Marcelo Aparecido Coutinho da Silva, Presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã; Revm^o Sr. Dom Paulo Mendes Peixoto; Reverenda Irmã Maria Celeste Ghislandi; Sr^a Antônia Acarino Mucciolo; Sr. João Monteiro de Barros Neto, Diretor Geral da Rede de Televisão; senhoras e senhores funcionários da Rede Vida de Televisão; senhoras e senhores, o Partido Socialista Brasileiro junta-se, neste momento, às justas homenagens que o Senado Federal, por iniciativa do Senador Randolfê Rodrigues, presta à Rede Vida de Televisão, que, ontem, completou dezesseis anos de atividades.

Controlada pela Organização Monteiro de Barros, a Rede Vida tem uma variada programação de qualidade, dedicada ao público católico, levando, acima de tudo, uma mensagem de fé, de otimismo e de solidariedade cristãs. Fundada no dia 1^o de maio de 1995, a Rede Vida transmite em sua programação missas, novenas e celebrações católicas do País. Veicula ainda entrevistas, programas jornalísticos nas áreas de cultura, informação e esporte, programas de entretenimento e infantis.

Seu sinal é captado por todo o Brasil, via satélite, além de ser transmitido por meio de suas afiliadas e das 445 retransmissoras localizadas nos estados. Com sede em São José do Rio Preto – SP, a emissora teve as primeiras transmissões em março de 1995. Mais tarde, passou a operar em parceria com a TV Aparecida, retransmitindo alguns de seus programas, como a Missa de Aparecida, exibida diariamente. Também tem parceria com o Centro Televisivo Vaticano, transmitido a cerimônia do Angelus de domingo, realizada na Praça de São Pedro pelo Papa Bento XVI. A história da Rede Vida é uma história de pioneirismo e dedicação.

É, sem dúvida, absolutamente meritório o desejo do Senador Rolfê Rodrigues de fazer, no dia de hoje, uma homenagem a essa televisão, que, por seus dezesseis anos de determinação, se fez reconhecida no Brasil inteiro e respeitada por aqueles que a assistem, seus telespectadores, e por todo o mundo cristão, que reverencia, acima de tudo, sua posição, como já bem disse o Senador Pedro Simon, em defesa de fundamentos e princípios da fé cristã, acima de tudo, princípios humanitários, de que, neste momento, a sociedade brasileira e mundial tanto necessitam: os princípios voltados para a valorização do ser humano, a valorização do ser antes do ter, e para a ideia de que é preciso construir uma sociedade de valores cristãos, marcados pela solidariedade humana e pela capacidade de construir o bem comum, o bem coletivo.

Por essas razões, o PSB, o Partido Socialista Brasileiro, se sente na obrigação de homenagear essa instituição e seu fundador, que, com tenacidade, com capacidade de acreditar nas conquistas, no futuro, e de muita fé, conseguiu realizar essa extraordinária obra televisiva de comunicação para o Brasil e não apenas para os cristãos brasileiros.

Hoje, a comunicação em nosso País, assim como a Rede Senado, tenta traduzir para o Brasil uma possibilidade de novas referências que não sejam apenas as das TVs privadas com sua programação, muitas vezes, fincadas em programas feitos fora do nosso País, empregando mão de obra de outros países e servindo para ocupar quase 80% dos canais de TV fechada no Brasil, marcados por programas em que a violência é a tônica.

Portanto, a construção de um mundo baseado nos parâmetros e nos valores da paz e da solidariedade precisa de uma comunicação que tam-

bém seja capaz de revelar esses valores para a sociedade, especialmente para a sua juventude. Portanto, quero deixar, em nome do PSB, meus parabéns à Rede Vida, aos seus organizadores, ao seu corpo técnico e à equipe que realiza sua programação.

Vejo aqui algumas senhoras, algumas mulheres integrantes dessa equipe. Quero ressaltar a importância da inclusão da mulher nessa organização, para que possamos vencer também na comunicação que prega a paz e a igualdade as discriminações existentes em nossa sociedade relacionadas com a garantia dos direitos humanos, portanto, relacionadas com a garantia dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos jovens, dos negros, dos indígenas, dos idosos, de todas aquelas populações consideradas vulneráveis do ponto de vista social e que merecem a atenção de toda a rede de televisão, principalmente dos cristãos em nosso País.

Quero, finalmente, dizer que espero que a Rede Vida se incorpore a esta campanha da Bahia, dos baianos, agora, com o reconhecimento da beatificação de Irmã Dulce, que a Rede Vida possa se incorporar, Presidente Sarney, a esta campanha, que é dos brasileiros, de termos a primeira santa brasileira reconhecida pelo Papa, pela Igreja Católica, que é a Irmã Dulce, a nossa querida irmã dos pobres e necessitados da Bahia e do Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

21-6-2011

Análise histórica das políticas públicas adotadas com vistas ao desenvolvimento da região Nordeste do Brasil.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Nós, que somos os plantonistas aqui do Senado, que ficamos até mais tarde para falar um pouco, vou tentar também acolher o pedido de todos para falar mais rapidamente.

Quero dizer, Sr. Presidente, que ontem eu fiz aqui um balanço histórico das políticas públicas brasileiras voltadas para a região do semi-árido do nosso Nordeste, com a intenção de demonstrar que, ao longo do tempo, nós passamos por diversas fases, que, ao final, não resolveram de fato as questões relacionadas com o desabrochar da economia nordestina, principalmente da economia do semiárido, para fazer possível superar as dificuldades e a miséria dessa região. Dentre essas fases, eu destaquei justamente a fase que nós vivemos agora, a partir de meados dos anos 90, que já é uma concepção de desenvolvimento sustentável.

E, dentre as experiências e discussões a respeito do desenvolvimento sustentável, justamente a experiência que está sendo desenvolvida na Bahia, pela Universidade do Estado da Bahia, aplicada no Projeto Canudos, que, ao longo desses três anos, justamente no Governo do Governador Jaques Wagner, tem-se intensificado e reunido em torno de si, do Projeto Canudos, a participação de 43 entidades da sociedade civil local, empoderando-as para desenvolver uma experiência com êxito, por meio da participação popular.

O que diferencia essa experiência das fases anteriores, especialmente a chamada fase hidráulica de tratamento das questões nordestinas,

é exatamente a compreensão de que é preciso incorporar as soluções apresentadas para o Nordeste à experiência vivida pela própria população de cada local, os fazeres locais, aperfeiçoando as diversas dimensões da realidade do semiárido, propondo soluções inovadoras, aptas a reforçar e aperfeiçoar a infraestrutura socioeconômica local e o seu sistema produtivo, capacitando-as ainda a preservar o patrimônio ecológico, histórico e cultural da região, ajudando a superar os desafios da realidade do semiárido, mais especificamente no sertão de Canudos, onde se tenta promover os meios de sobrevivência de forma a melhorar as condições de vida da população do local e do entorno.

Dentre as principais realizações do Projeto Canudos, destacaria a criação de uma infraestrutura produtiva e de serviços por meio de recursos dos diversos parceiros, programas e contrapartida local. As articulações institucionais visando ao resgate da história e da memória da comunidade local com a reforma e a manutenção do Memorial Antonio Conselheiro e a reforma e sinalização do Parque Estadual de Canudos e, portanto o desenvolvimento de toda uma experiência voltada para destacar a importância daquela experiência, no sentido de fazer com que todo o conhecimento de implantação de laboratório de arqueologia, de realização de pesquisas, de edição de documentários, como *Várzea da Ema – Terra do Bem Querer* e, agora, o novo documentário *Três vezes Canudos – a biografia de uma Cidade*, possa demonstrar por que caminho seguir.

Visando fomentar uma agricultura sustentável, estancar o processo de derrubada das bananeiras pela ação dos fortes ventos ocorrentes nos períodos de trovoadas, ocasião em que até 80% da produção local pode ser dizimada.

O projeto implantou uma área experimental, com a adoção dos seguintes tratamentos: a introdução do método de irrigação por microaspersão, a introdução de seis cultivares de banana, a introdução de sistemas de manejo orgânico, a implantação de barreira natural contra o vento, utilizando-se de uma espécie vegetal *Neem*. Ainda em fase de teste, a iniciativa apresenta já resultados promissores. Na área experimental, não ocorreu nenhum caso de queda de bananeira, e o novo sistema de irrigação introduzido contribuiu para o sucesso do experimento,

apontando, inclusive, para uma economia de mais de 50% no consumo da água. Ao lado disso, tem sido incentivada a aplicação de tecnologias apropriadas ao semiárido, sobretudo nas áreas de fundo de pasto.

Para isso, diversos estudos vêm sendo promovidos, sobretudo no âmbito do Parque Estadual de Canudos, tais como o etnomapeamento da sua comunidade; a descrição das espécies de plantas e animais de ocorrência na área; os estudos comparativos com dados científicos sobre as espécies descritas pela comunidade; o levantamento florístico; o início de reflorestamento com espécies nativas da caatinga, e a publicação da *Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil/ Pescadores e Pescadoras Artesanais do Açude Público Cocorobó: Mostrando sua Cara e seus Problemas*.

Novas ações preveem a implantação de um viveiro de mudas de espécies nativas, com capacidade de produção de 10 mil mudas. No desenvolvimento da piscicultura, as atividades foram centradas no açude de Cocorobó, e as articulações feitas com os órgãos estaduais resultaram na implantação de cerca de 100 tanques-rede, contribuindo para aumentar a produção pesqueira junto à colônia dos pescadores Z-45, buscando, portanto, dar ao açude de Cocorobó toda a potencialidade que ele precisa ter para a produção e para a sustentação da economia local, algo que não vem sendo feito desde que aquele açude foi implantado e foi construído.

Foi criado também o projeto de cidade cenográfica, buscando desenvolver um novo potencial para aquela região do semiárido baiano, com sua capacidade de, numa cidade cenográfica, reproduzir a Guerra de Canudos, no período de outubro, mas também podendo ser usada durante o ano inteiro para visitação do Museu de Canudos. A visitação desse fato que é uma verdadeira epopeia na vida política brasileira do início da nossa República.

Também se criou o Fórum de Desenvolvimento Municipal Sustentável de Canudos como uma instância de articulação, de organização de toda a comunidade e de participação efetiva nas decisões daquela comunidade a respeito do seu próprio destino. Portanto, consideramos que o diferencial que se agrega a esse novo pensar do nosso semiárido é justamente a incorporação da sociedade civil organizada, sendo prota-

gonista desse novo momento e criando um novo paradigma civilizatório, fundado no princípio da convivência com o semiárido e não de sua rejeição do semiárido e da ideia de que apenas a água e a irrigação serão capazes de dar solução a todos os problemas do semiárido, tendo como objetivo central a participação efetiva da comunidade.

Nesse sentido, o Projeto Canudos, coordenado pela Uneb e co-financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado é uma experiência absolutamente vitoriosa, que precisa ser reforçada e mais conhecida pelo Governo Federal, pelo próprio Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Canudos. Urge a viabilização de financiamento aos pequenos produtores, sobretudo àqueles que desenvolvem suas atividades junto às associações de fundo de pasto e aproveito para apelar à nova direção do Banco do Nordeste, para que examine a situação de exigência de garantias para esses produtores, na mesma condição em que são atendidas as comunidades quilombolas e indígenas.

Igualmente, solicito ao DNOCS que promova ações no sentido de equacionar os problemas relacionados ao método de irrigação, ampliação de área irrigada e diversificação dos cultivos; e também o apoio do Ministério do Turismo, portanto, do Governo Federal, que já recebeu a proposta do Governo da Bahia, por intermédio da Secretaria de Turismo, para apresentação e construção do grande projeto de cidade cenográfica dentro de Canudos, no parque estadual de Canudos, Antônio Conselheiro, que é um projeto também de um artista baiano, Paulo Dourado, que vem lutando, há muito tempo, para viabilizar um roteiro. Esse projeto pretende introduzir na cidade de Canudos, um roteiro turístico para todo o Brasil. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes até esta hora, quero dizer que a Bahia já iniciou a sua experiência de combate à pobreza, e um dos nossos programas que mais se destacou e que vai ser incorporado ao programa Plano Nacional de Combate à Miséria, da Presidente Dilma, é justamente o programa Água para Todos.

Na Bahia, já foram construídas 52.423 cisternas, 1.740 sistemas de abastecimento e perfuração, 2.467 poços e 1.520 ligações de esgoto, com investimento de R\$177,6 milhões, alcançando e levando água a dois milhões de pessoas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É um programa absolutamente vitorioso. Para finalizar, Sr. Presidente porque caio na ten-

tação, olhando para o Senador Flexa Ribeiro, que é um lutador resistente, com suas ideias e opiniões –, quero dizer que o Governo do Presidente Lula se popularizou, meu caro senador, porque fez uma tarefa que os outros governos não realizaram: a inclusão de uma parte significativa da população brasileira num ambiente de produção, retirando-os da miséria. O Governo do Presidente Lula, ao fazer isso, conseguiu também combater a desigualdade entre a nossa região do Nordeste e a região do Sudeste. Recentemente saíram os dados sobre isso: as disparidades diminuíram no Brasil.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Os municípios do Nordeste tiveram maiores ganhos na renda por pessoa em relação a São Paulo, o que é um dado significativo da melhoria do quadro de desigualdade social no Brasil, além de todos os outros dados dos programas de inclusão social do Presidente Lula, que demonstraram inclusão da maior parte da nossa população, principalmente da nossa população nordestina, num novo patamar de vida em nosso País.

Muito obrigada.

30-6-2011

Avaliação do Pacto da Infância no Semiárido, projeto que se insere na política do governo de redução das desigualdades regionais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de utilizar esta tribuna hoje para destacar, nesse momento em que todos debatem a situação, de um lado, do combate ou da superação da miséria no Brasil e, de outro lado, da necessidade cada vez maior de se reduzirem as desigualdades regionais em nosso País, além das desigualdades sociais, e fazer uma avaliação do importante projeto que se desenvolveu e se desenvolve no Brasil, patrocinado pelo Unicef, pelo Governo Federal e pelos governos estaduais, designado pacto da infância no Semiárido.

O Governo da Bahia renovou em 2007 o Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido. Esse pacto, lançado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, é uma união de esforços através da parceria dos governos estaduais, no caso, do governo da Bahia, com a sociedade civil organizada, organismos internacionais e empresas privadas, com o objetivo de garantir os direitos dos cerca de 2,8 milhões de crianças e adolescentes que vivem no semiárido baiano.

Para traduzir o pacto em políticas públicas integradas, foi criado o Comitê Gestor Estadual do Pacto na Bahia, hoje integrado à Secretaria para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia, que tem investido na articulação e priorização de programas e políticas que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes que vivem em 265 dos 417 municípios da região, prio-

rizando o desenvolvimento sustentável do semiárido para reduzir as desigualdades regionais no Estado da Bahia e alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio.

Entre 2007 e 2010, foram desenvolvidas ações nas áreas de educação, saúde, cultura, infraestrutura, assistência social, comunicação, dentre outras. Muitos bons resultados já foram alcançados, fruto da compreensão de que o desenvolvimento econômico, social e cultural depende da valorização das potencialidades de cada lugar. O impacto dos trabalhos desenvolvidos pelas organizações que compõem o pacto pela vida de crianças e adolescentes é medido a partir de quatorze indicadores sociais que são monitorados pelo Unicef.

Segundo avaliação feita pelo Unicef, a Bahia melhorou em dez dos quatorze indicadores pactuados. Dentre os principais avanços, destaca-se a diminuição da taxa de mortalidade infantil em 18,1%, maior do que a diminuição estadual, de 16,5%, que, por sua vez, é maior do que a melhora de 11,6% observada no Nordeste e de 8,9% observada no Brasil. Além disso, a Bahia superou a desigualdade em relação à média nacional no percentual de crianças de até um ano com registro civil. Avançou 22,2% e sete vezes mais do que a média nacional de 3,1% e três vezes mais que o avanço do conjunto do Nordeste, de 11,3%.

Também foi muito importante a participação do Comitê Gestor Estadual do Pacto na implementação da metodologia do selo Unicef Município Aprovado, desenvolvida no Estado com a parceria executiva do Juspopuli Escritório de Direitos Humanos, um dos mais importantes trabalhos de organizações não governamentais em nosso Estado que trabalha diretamente com o direito da população de rua, nas ruas e mediando esses conflitos.

Aliás, fiz requerimento à Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, para que o Juspopuli possa apresentar na nossa Comissão de Direitos Humanos o resultado do seu trabalho destacado por cientistas sociais do mundo inteiro, dentre eles o Boaventura de Sousa, que é hoje um dos mais destacados filósofos do Direito no mundo. Português que tem vindo e visitado muito o Brasil para conhecer as experiências desenvolvidas nessa área em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de dar integralmente conhecimento do nosso discurso a esta Casa e que pudesse ser divulgado nos órgãos oficiais este nosso pronunciamento, que faz uma avaliação do pacto pela infância e adolescência nos municípios do Estado da Bahia, esse que é um pacto voltado para a atuação no semiárido e que destaca a ação do nosso Estado na área de inclusão social e na criação de um sistema de defesa das crianças e adolescentes na área mais pobre do Brasil, que é o semiárido do Nordeste e, em especial, o semiárido baiano.

Sr. Presidente, também para registrar, como diversos outros senadores puderam fazer ao longo dessa semana, com alegria...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA)...a eleição do agrônomo brasileiro José Graziano, que foi efetivamente eleito para a direção da FAO, que é a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação que trata, portanto, da miséria, da superação da fome no mundo. Um País que deu ao mundo Josué de Castro merecia, sem dúvida nenhuma, ter a conquista dessa posição. Trata-se de um dos mais comprometidos homens da vida pública intelectual do nosso País pelo combate à miséria, pelo combate à fome e, principalmente, à garantia de uma política alimentar para o mundo. Creio, portanto, que a Bahia está de parabéns pelos resultados obtidos.

O Governador Jaques Wagner hoje recebe, na Assembleia Legislativa, infelizmente, com a minha ausência, a do Senador Pinheiro e a do Senador João Durval, em função dos nossos compromissos aqui, o título de cidadão baiano, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa, por unanimidade, há sete anos.

E hoje, morando no coração do povo baiano, com o carinho, com o amor que lhe dedica o povo baiano, pelos serviços prestados no seu governo, pelo amor demonstrado à Bahia na defesa intransigente dos seus interesses, recebe o título de cidadão baiano. Eu quero, desta tribuna, dar o meu abraço, os parabéns, em nome certamente de toda a nossa bancada ao nosso querido Governador.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DA SRA.
SENADORA LÍDICE DA MATA

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo do Estado da Bahia renovou em 2007 o Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido. Este pacto, lançado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF –, é uma união de esforços através da parceria do Governo do Estado da Bahia com a sociedade civil organizada, organismos internacionais e empresas privadas com o objetivo de garantir os direitos dos cerca de 2,8 milhões de crianças e adolescentes que vivem no semiárido baiano.

Para traduzir o Pacto em políticas públicas integradas, foi criado o Comitê Gestor Estadual do Pacto na Bahia, hoje integrado à Secretaria para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia, que tem investido na articulação e priorização de programas e políticas que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes que vivem em 265, dos 417 municípios da região, priorizando o desenvolvimento sustentável do semiárido para reduzir as desigualdades regionais no Estado da Bahia e alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Entre 2007 e 2010, foram desenvolvidas ações nas áreas de educação, saúde, cultura, infraestrutura, assistência social, comunicação, dentre outras. Muitos bons resultados já foram alcançados frutos da compreensão de que o desenvolvimento econômico, social e cultural depende da valorização das potencialidades de cada lugar. O impacto dos trabalhos desenvolvidos pelas organizações que compõem o Pacto na vida de crianças e adolescentes é medido a partir de 14 indicadores sociais, que são monitorados pelo Unicef.

Segundo avaliação feita pelo Unicef, a Bahia melhorou em 10 dos 14 indicadores pactuados. Dentre os principais avanços, destaca-se a diminuição da taxa de mortalidade infantil em 18,1% maior que a diminuição estadual de 16,5% e que, por sua vez, é maior que a melhora de 11,6%, observada no Nordeste, e de 8,9%, observada no Brasil. Além

disso, a Bahia superou a desigualdade em relação à média nacional do percentual de crianças de até um ano com registro civil. Avançou 22,2%, 7 vezes mais que o progresso nacional, de 3,1%, e 3 vezes mais que o avanço do Nordeste, de 11,3%.

Também foi muito importante a participação do Comitê Gestor Estadual do Pacto na implementação do Selo Unicef Município Aprovado, desenvolvida no estado com a parceria executiva do Juspopuli Escritório de Direitos Humanos. Os municípios começaram a perceber que a metodologia desenvolvida pelo Unicef conta com uma estrutura no governo do estado voltada para a priorização do semiárido.

A luta pela garantia do direito à água esteve presente nas ações do Comitê Gestor Estadual do Pacto Bahia, através do Programa Água nas Escolas. A iniciativa possibilitou a identificação das escolas mais vulneráveis e, por isso, prioritárias para o investimento em tecnologias de captação de água, como as cisternas, e em melhorias sanitárias.

A estratégia de trabalho adotada pelos parceiros do Comitê Gestor do Pacto Bahia foi investir, prioritariamente, nos 51 municípios com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado. A Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA), em parceria com o Governo Federal, através da Funasa, licitou obras para 33 escolas de 13 municípios, incluindo a construção de cisternas de captação das águas dos telhados e de galpões com cozinha e cantina, além de melhorias sanitárias. Com um investimento final de R\$1,4 milhão, estão previstas licitações para mais 17 unidades, beneficiando 4.706 alunos de 50 escolas da rede pública de ensino em 18 municípios do semiárido.

A Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR), através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), também tem atuado na diminuição dos índices de insegurança hídrica e melhoria das condições sanitárias no semiárido baiano. Com um investimento de R\$1,5 milhão, estão sendo construídos 219 sanitários e 177 cisternas, além da adequação de outras 177 em escolas identificadas pelo Comitê Gestor Estadual do Pacto nos 18 municípios que compõem o Território de Identidade Nordeste II. Até dezembro de 2010, foram concluídos 86 sanitários e construídas e adequadas 140 cisternas.

Mais 13 municípios foram beneficiados através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), em parceria

com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Centro de Assessoria Assuruá (CAA), com a implantação de 86 cisternas para consumo e produção de hortas em 43 escolas e 811 cisternas de consumo para as famílias dos alunos das escolas beneficiadas, totalizando um investimento de R\$ 5,2 milhões.

Também na área da Saúde, o Comitê Gestor Estadual do Pacto Bahia empreendeu esforços no sentido de garantir a priorização do semiárido nas ações, programas e políticas governamentais e de organizações da sociedade civil. A estratégia proposta foi adotada pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), que tem investido na articulação das ações do setor com as demais secretarias e organizações com atuação na área. Mais ações do Comitê:

1. Distribuição de 674 cisternas emergenciais, pelas Voluntárias Sociais, Coordenação Estadual de Defesa Civil (CORDEC) e pelo Comitê Gestor Estadual do Pacto Bahia, para 367 escolas e comunidades rurais dos 29 municípios visitados pela I e II Caravanas de Erradicação do Trabalho Infantil.

2. Realização, em parceria com a Sedes, do II Seminário de Formação de Professores do Projeto Cisternas nas Escolas, em Feira de Santana, com a participação de 13 municípios.

3. Capacitação, em parceria com a CAR e a Cordec, de 30 técnicos municipais de 18 municípios do Território Nordeste II para implantação e manutenção de cisternas emergenciais.

Na área da Saúde foram capacitados grupos gestores municipais para prevenção do HIV/Aids. Assistência à saúde em creches, realizando diagnóstico em 10 municípios e oficinas de capacitação para 51 municípios. Promoção da saúde através da educação, com o acompanhamento, a avaliação e o assessoramento técnico de 97 municípios para implantação do Programa Saúde nas Escolas. Organização e fortalecimento da rede e linha de cuidado de saúde materno-infantil com o desenvolvimento do Projeto de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Capacitações em crescimento e desenvolvimento, saúde sexual e reprodutiva e morbimortalidade por causas externas para 100 profissionais de 20 municípios. Implantação da Caderneta de Saúde do Adolescente em cinco municípios do semiárido selecionados para projeto-piloto. Desenvolvimento de

metodologia para trabalhar com famílias de adolescentes de 10 a 14 anos na perspectiva de ação preventiva e riscos à vulnerabilidade, com capacitação de multiplicadores na metodologia Famílias Fortes: Amor e Limites, para 40 profissionais de sete municípios.

1. Formação de 300 multiplicadores e 128 especialistas em saúde da família e gestão da atenção básica de 19 municípios-sedes de microrregiões do semiárido para organização e fortalecimento da rede e linhas de cuidado de saúde da criança.

2. Intensificação do processo de vigilância e monitoramento na área de alimentação e nutrição, através de oficinas, seminários, acompanhamento e avaliação em todos os municípios do semiárido.

3. Incentivo ao aleitamento materno, com cursos de manejo da lactação para 100 profissionais em 50 municípios e oficinas de capacitação para implantação da Rede Amamenta Brasil em seis municípios.

4. Ações de humanização do parto e qualificação das ações de pré-natal na atenção básica, com capacitação em 10 municípios e distribuição de material educativo e institucional em 265 municípios.

O combate ao trabalho infantil foi outra forte ação do governo do Estado da Bahia com ampla mobilização social que resultou no aumento do número de municípios que aderiram ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), implicando em responsabilidades na identificação das situações de trabalho e no acompanhamento das crianças, adolescentes e suas famílias na construção de seu processo de autonomia e inclusão social. Aproximadamente 12 mil crianças e adolescentes foram concluídas no Peti, com a inserção na escola e no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Implementado pela Sedes, o Peti já está presente em 132 municípios do semiárido baiano, alcançando mais de 72,3 mil crianças e adolescentes.

Sabemos que ainda há muito a ser feito no desafio de tornar real o direito de cada criança e adolescente do semiárido, mas não podemos deixar de reconhecer que muito já foi feito na Bahia e que por essa ação o governo do Estado merece os nossos cumprimentos.

Obrigada.

4-7-2011

Requerimento nº 803, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros senadores, solicitando voto de pesar, minuto de silêncio e levantamento da sessão pelo falecimento do Senador Itamar Franco.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, certamente assomo à tribuna para também, como os outros oradores, associar-me ao Senado Federal, que, através de nota, já expressou seu voto de pesar aos seus familiares e ao Brasil pela morte do Presidente Itamar Franco. Assistindo aos oradores que me antecederam, inclusive V. Ex^a, pude verificar que aqui já foi registrado muito da vida desse brasileiro, Presidente que nos honrou a todos com sua presença e sua convivência no Senado Federal.

V. Ex^a destacou o Itamar constituinte, sempre na defesa dos interesses dos trabalhadores, compondo com os segmentos da esquerda democrática, com os interesses nacionais, porque acima de tudo o Presidente Itamar era um nacionalista, um homem calcado nas ideias de fazer um Brasil soberano.

Pude ouvir o também brilhante Senador, seu companheiro do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, seu líder, que aqui destacou o papel político do Presidente Itamar no processo da transição democrática, as suas convicções pessoais de presidente, firmado no princípio da impessoalidade do poder; mais uma vez, da soberania nacional; mais uma vez, da honradez e da honestidade à frente do Poder Executivo e da ideia de rejeitar qualquer tipo de beneficiamento pessoal político para si ou para seus familiares.

E fiquei pensando sobre os três senadores que também falaram aqui sobre os diversos papéis que o Presidente Itamar desempenhou como político brasileiro e fiquei imaginando que eu teria muito pouco a dizer após as falas de todos os Srs. Senadores que aqui se pronunciaram. Então, resolvi fazer um testemunho pessoal, provinciano, da minha convivência com o Senador e Presidente Itamar Franco, a quem fui levada, no processo de eleição municipal de 1992, pelo Senador Jutahy Magalhães e pelo seu filho, Ministro àquela época, Deputado Jutahy Júnior, para convencer o Presidente Itamar de que, diante de um processo político que se desenvolvia na Bahia, a minha candidatura surgia como o que chamamos da zebra das eleições, com possibilidades de ganhar se conseguisse provar para o povo baiano, ou desconstruir na ideia do povo baiano, o pensamento já implantado durante tantos e tantos anos de que só se poderia governar aquela cidade ou qualquer outra do meu Estado se se estivesse debaixo das asas do poder do Governo Estadual e do Governo central.

O Governador da Bahia já havia anunciado, e tinha isso como seu principal mote de campanha. E eu, representando as forças de oposição, naquele momento, precisava firmar para o povo baiano a ideia de que era possível sobreviver na Bahia sem estar por baixo, submetida às asas de um poder conservador e ditatorial. E o Presidente Itamar recebeu aquilo, para minha surpresa, com muita simpatia e me disse: A senhora pode vir, porque eu sou um presidente republicano e quero garantir que a senhora será recebida, no segundo turno eleitoral [momento em que ele assumia a Presidência da República], por todos os meus ministros; e lhe será garantido, para usar na televisão, que o meu Governo dará tratamento à cidade de Salvador, seja a senhora prefeita, seja o candidato do governador, com igual importância.

Essa decisão do Presidente Itamar, afirmada na televisão por diversos dos seus ministros, não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que foi fundamental, essencial, para que pudéssemos vencer aquelas eleições. Mas, mais do que vencer aquelas eleições, foi com o Presidente Itamar, avalizando politicamente os embates que tivemos naqueles primeiros dois anos do meu governo, que consegui governar a cidade de Salvador, tendo liberadas as verbas necessárias, já previstas para realizar os investi-

mentos na nossa cidade. Pude visitá-lo e solicitar que ele mantivesse o compromisso de realizar, em Salvador, a Conferência Ibero-Americana, mesmo tendo o governador como adversário do seu governo. E ele mais do que isso fez, apesar de o Ministro de Relações Internacionais, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ser do meu partido e não ter me garantido essa possibilidade e ter dito ainda que o Itamaraty não ia permitir aquilo que eu queria, que era a minha presença, como prefeita de Salvador, em todos os eventos oficiais do Governo, com a participação do Presidente, com os chefes de Estado de todo o mundo ibero-americano. Como prefeita da cidade, junto com o governador, numa audiência com o Itamar, ele, de forma simples, como falava sempre, disse-me: – Prefeita, volte. A senhora está garantida, a senhora participará de todas, de absolutamente todas as cerimônias que o governo do Brasil realizar na cidade de Salvador.

O Itamaraty não queria. Alguns embaixadores se mostraram escandalizados com aquela decisão do Presidente Itamar, mas ele a manteve até o fim em todas as cerimônias, mesmo o Governo do Estado tendo expressado, em todos os momentos, o seu desagrado. Só não podia expressar mais porque sabia que a minha articulação com o Presidente Itamar foi essencial para manter aquele evento em nosso Estado, em nossa cidade.

Com essa mesma dimensão, o Presidente Itamar enfrentou as tentativas hoje, inclusive, destacadas na imprensa pela jornalista Eliane Cantanhêde do ex-Governador Antonio Carlos Magalhães, depois senador da República, de lhe apresentar um chamado dossiê, método usado por ele muitas vezes, denunciando os adversários baianos, destacadamente o Senador Jutahy e o seu filho, ministro naquele momento.

O Presidente Itamar mandou que o Senador Antonio Carlos fosse à audiência com ele e apresentasse as denúncias. E, chegando lá, toda a imprensa nacional estava a postos para ouvir e ver as denúncias que foram apresentadas, desconstruindo e desmascarando um método absolutamente condenável, antidemocrático e que tanto rejeitamos de fazer política.

Essa era a forma de fazer política de Itamar Franco. Ele era sincero, direto, comprometido com seus ideais, com seus pensamentos, nacio-

nalista, honrado, honesto e, portanto, digno de exercer o papel que, em apenas dois anos, numa circunstância ocasional que o fez presidente da República, tornou-o o presidente que marcou, de forma profunda, a vida nacional, porque foi a Presidência de pouco mais de dois anos do Presidente Itamar que fez com que pudéssemos ter a garantia da estabilidade democrática no Brasil, do ponto de vista político, e, do outro lado, a estabilidade econômica. E, com essas duas vertentes, constituiu o Brasil de hoje.

Sem a transição democrática do Governo de Itamar Franco, com todas as suas características e, principalmente, com sua firmeza de caráter e de posições políticas, não teríamos o Governo de Fernando Henrique, nem o Governo de Lula, nem o Governo de Dilma. Num momento essencial, de crise política nacional, em que não se sabia ao certo sobre o amanhã, Itamar Franco, mesmo sendo considerado por muitos um político cuja forma de fazer política era irreverente e, muitas vezes, inconstante, foi essencial na sua constância, na sua absoluta honradez e, principalmente, na sua firmeza de princípios.

Portanto, quero me associar à dor dos seus familiares e à de todo o Brasil pela passagem de Itamar, que, em tão pouco tempo, com as mesmas características com que esteve à frente da Presidência da República, esteve aqui, neste Senado. Apesar de a idade já estar avançando, ele foi absolutamente moderno e pegou no ponto nevrálgico da relação política deste Poder Legislativo com o Poder Executivo, que é a forma de tramitação das medidas provisórias aqui, no Senado.

Viva o Presidente Itamar! Sempre no coração do nosso povo e no do povo mineiro!

5-7-2011

Pronunciamento destinado a comemorar o Dia da Independência da Bahia, nos termos do Requerimento nº 163, de 2011, da Senadora Lídice da Mata e outros senadores.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente do Senado Federal, Excelentíssimo Senador José Sarney, quero, de pronto, agradecer a gentileza de abrir esta sessão, atendendo ao pleito nosso e do Senador Walter Pinheiro. Aliás, eu sei da sua admiração, Governador Jaques Wagner, à data, ao 2 de Julho.

O Senador Sarney, na semana passada, quando me encontrou, declamou, rapidamente, a primeira estrofe da Ode ao Dois de Julho, de Castro Alves, conhecedor que é desse grande poeta, orgulho da Bahia e dos brasileiros. Ex^{mo} Sr. Governador da Bahia, Jaques Wagner, V. Ex^a nos alegra, à nossa bancada, enormemente, com sua presença aqui nesta data. Coincidência.

Esta sessão seria realizada no dia de ontem. Lamentavelmente, pela morte do Senador Itamar Franco, nós tivemos de transferi-la, mas isso fez com que também, por outro lado, tivéssemos a presença do Governador Jaques Wagner neste dia; Ex^{mo} Sr. Afonso Florence, Ministro do Desenvolvimento Agrário, baiano; Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ex^{mo} Sr. José de Castro Meira, que muito nos alegra com sua presença; meu querido, inspirador, sempre inspirador, Professor Ubiratan Castro de Araújo, Diretor-Geral da Fundação Pedro Calmon; meus companheiros de bancada, Senadores João Durval Carneiro e Walter Pinheiro; meus digníssimos e queridos companheiros aqui presentes nesta sessão.

Quero saudar também o Ministro Mário Negromonte, a quem

vejo neste momento e que nos honra muito com sua presença; Deputados Federais pela Bahia, Deputada Alice Portugal, Deputado Geraldo Simões, Deputado Márcio Marinho, Deputado Luiz Argôlo; meus companheiros de luta, representando essa história heróica do povo baiano.

Vejo aqui dois dos mais importantes representantes da resistência negra da Bahia, João Jorge, Presidente do Olodum; e Vovô, Presidente do Ilê; Zulu, ex-Presidente da Fundação Cultural Palmares; Deputado Federal Daniel Almeida; Saul Quadros, Presidente da Ordem dos Advogados da Bahia; representando a Câmara de Vereadores da Bahia, meu querido Vereador Moisés; o agradecimento a Márcia Short e a Clodoaldo, que aqui cantaram o Hino ao 2 de Julho; meu amigo, querido companheiro desde 82, vereadores de Salvador, que continuamos a vida inteira, Fernando Schimitt, Secretário para Assuntos Internacionais do Estado da Bahia; demais representantes, Cláudio representando o pequeno empresariado baiano, a Odebrecht; Deputado Antônio Brito lá atrás; Nei Bandeira, representando também o empresariado baiano, a TV Aratu; e tantos outros companheiros, não vou nominar todos, senão perco aqui...; Deputado Federal José Carlos Araújo; também a suplente do Senador Pinheiro, nossa querida amiga Silvia; ex-Prefeito da cidade de Lauro de Freitas, Roberto Muniz, atual Secretário do Ministério das Cidades, vou iniciar meu discurso, senão passarei o tempo todo saudando esses baianos ilustres e companheiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Governador Jaques Wagner e todas as demais autoridades, tive a iniciativa de propor esta sessão solene subscrita por toda nossa bancada, para que o Senado pudesse ter a oportunidade de reverenciar a participação da Bahia no 2 de Julho, seguramente um dos episódios mais importantes e decisivos na luta que se travou para libertar o País do domínio português. Embora considerado um episódio decisivo na conquista da Independência, a data ainda é bastante desconhecida de muitos brasileiros.

A cada 2 de julho, o povo da Bahia reafirma suas homenagens à bravura de nossos antepassados na conquista da Independência nacional no século XIX. É a grande festa patriótica, em que a Bahia celebra o Brasil. Ao relembrar a vitória na Guerra da Independência, o povo da Bahia reafirma nossos compromissos com a soberania brasileira, com a

indissolúvel unidade do Brasil e com a democracia como único sistema político que nos interessa. Esse tripé consolida o Brasil como uma grande Nação, respeitada em todo o mundo, e isso se deve ao heroísmo de todos os brasileiros que lutaram na Bahia contra a ocupação da tropa das Cortes de Lisboa em 1822/1823.

A separação do Brasil da antiga metrópole portuguesa deu os seus primeiros passos com a transmigração da família real portuguesa em 1808, fuga da invasão de Portugal pelas tropas francesas. Muitas foram as transformações políticas e econômicas daí advindas. De colônia o Brasil passou a capital do Império Português. Conquistou-se a liberdade econômica com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808 e conquistou-se a autonomia administrativa, com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido. Estava nascendo um novo e grande país irmanado a Portugal.

O fato disparador de um antagonismo entre brasileiros e europeus e a conseqüente separação entre os dois reinos foi a eclosão em 1820, na cidade do Porto, de uma Revolução Liberal Constitucionalista, que pretendia regenerar Portugal de 18 anos de padecimentos com a ocupação francesa, com as guerras peninsulares e com a tutela exercida pelo aliado inglês. Para tanto, os revolucionários exigiam o retorno de D. João VI e da Corte Imperial para a Europa, bem como a implantação de um regime monárquico constitucional, que tirava todos os poderes do rei, transferindo-os para as Cortes de Lisboa, uma espécie de parlamento constituinte.

Em fevereiro de 1821, na cidade de Salvador, levantaram-se os liberais brasileiros em apoio à Revolução do Porto, acreditando que o fim do absolutismo real atenderia aos anseios de portugueses e brasileiros. Nos meses seguintes, foram eleitos deputados em todas as câmaras para representar os interesses brasileiros nas Cortes. Ao chegarem a Portugal, esses deputados compreenderam a feição conservadora da Revolução do Porto, que, entre outras medidas, pretendia recolonizar o Brasil.

Diante das insatisfações dos brasileiros frente ao projeto recolonizador em curso na metrópole, começaram os conflitos entre os partidários da causa do Brasil e os defensores da causa portuguesa. Os oficiais militares civis baianos desafiaram ou passaram a desafiar a Junta Pro-

visória da Bahia, dominada pelos portugueses. Essas manifestações de insatisfação exigiam o fim da Junta Provisória e maior autonomia da Câmara de Salvador.

A resposta das Cortes Portuguesas foi o uso da força militar para sufocar o movimento pela Independência do Brasil. Para isso foi enviada para a Bahia a Legião Constitucional Portuguesa, uma tropa de 4.500 europeus, comandada por um oficial português nacionalista radical, o General Luis Inácio Madeira de Mello. Essa tropa tudo fez para: desmoralizar a representação política brasileira; hostilizar e humilhar as tropas brasileiras, forçando a dissolução desses batalhões e sua substituição por tropas portuguesas; ocupar Salvador, dominar toda a capitania da Bahia de modo a hostilizar o regente do Reino Unido do Brasil, o príncipe D. Pedro, e impedir a unidade de um novo país independente.

Estava desencadeado o processo do que seria a chamada recolonização do Brasil. Os baianos disseram não! Os primeiros combates se deram na cidade do Salvador, em 19 e 20 de fevereiro de 1822. As tropas do Madeira destroçaram as tropas brasileiras, cujos sobreviventes refugiaram-se nas vilas do Recôncavo Baiano. Não é à toa que temos aqui a Prefeita de Governador Mangabeira, uma das cidades revoltosas do Recôncavo Baiano. Estava instaurada a ditadura das Cortes na Bahia. Em poucos dias, eles demonstrariam em Salvador a extensão de seu projeto de recolonização:

Fim da liberdade econômica com a revogação na prática da abertura dos portos ao comércio internacional;

Agressão sistemática das elites proprietárias de terras e de escravos, desalojando-os das representações políticas, forçando a sua migração para o Recôncavo e tratando-os todos como mestiços inferiores, ou seja, cabras. Assim cantava a malta portuguesa:

Negro, três vezes negro, Catinga de bode macho, Vê se o seu beijo de cima Não é menor do que o de baixo!

Exclusão dos empregos públicos, principalmente da função militar, dos brasileiros pobres, mestiços e negros livres, para dar lugar aos desempregados portugueses brancos e europeus; eliminação sumária por fuzilamento de todos os negros escravos que se rebelaram contra a escravidão. Assim o fizeram em Itaparica.

Esse era o modelo que pretendiam implantar em todo o Brasil: rebaixar todos os segmentos da sociedade brasileira para abrir espaço para uma nova elite de dirigentes e proprietários composta por portugueses europeus, brancos, arruinados em Portugal pelas guerras napoleônicas. O povo da Bahia disse não! Aproximaram-se os interesses de todas as classes e, pela primeira vez, formou-se uma grande frente política em torno do projeto da Independência do Brasil.

Em 14 de junho, Miguel Calmon Du Pin e Almeida traz à Bahia o novo projeto de novo Estado Nacional Independente, resultado da concertação dos deputados brasileiros nas Cortes e sancionado pelo Príncipe Regente Pedro de Alcântara.

No dia 25 de junho de 1822, o povo e a Câmara da cidade heroica da Vila do Porto de Nossa Senhora da Cachoeira reúnem-se para aclamar o Príncipe Pedro e afirmar a sua lealdade ao governo do Reino Unido do Brasil, sediado no Rio, e sua ruptura total com as Cortes de Lisboa e seu regime tirânico da cidade de Salvador, apesar do bombardeio da cidade por uma canhoneira portuguesa. O meu orgulho de ser cachoeirana.

O significado da sublevação do povo e da Câmara de Cachoeira foi de importância capital para a preservação da representação municipal baiana e a construção de um novo governo brasileiro independente, representativo e capaz de conduzir a nossa independência. Do 25 de junho, na Bahia, em Cachoeira, saiu o primeiro governo brasileiro independente, três meses antes de 7 de setembro. Por isso, o 25 de junho é uma data nacional brasileira. Entrarei com um projeto para que o Senado e o Congresso Nacional possam fazer esse reconhecimento. Deve ser reconhecida pelo Governo brasileiro. (*Palmas.*)

O heroico Governo da Cachoeira, antes mesmo da proclamação de Pedro de Alcântara como Imperador do Brasil, organizou o cerco a Salvador ocupada, fortificou todas as ilhas da baía de Todos os Santos, lançou o embrião do Exército e da Marinha do Brasil. Para a formação do Estado Nacional Brasileiro, o Governo da nossa querida e pequena Cachoeira foi pioneiro e desbravador.

Com o advento da Proclamação da Independência, no dia 7 de setembro de 1822, a causa brasileira ganhou outro alento. O novo Go-

verno imperial brasileiro contratou o General Pedro Labatut, ex-oficial do exército de Napoleão, exilado e subordinado de Simon Bolívar na América espanhola, como comandante de um novo exército, dito pacificador, que deveria se constituir na Bahia, para vencer a tropa das cortes de Lisboa. Trouxe armas, dinheiro, uma ordem de expulsão de Madeira de Mello. Trouxe também a experiência abolicionista de Bolívar. Lançou proclamação para todos os escravos, prometendo liberdade para quem se alistasse no Exército Pacificador.

Isso provocou uma adesão maciça dos negros, a ponto de provocar várias revoltas e fugas para entrar no Exército. Outra ordem de adesão importante foi a inclusão de muitos milhares de voluntários vindos de todos os sertões da Bahia, a exemplo dos Encourados de Pedrão e da adesão da população em geral, destacada com a participação das mulheres aqui reverenciadas pelo Senador João Durval: a nossa heroína maior cachoeirana Maria Quitéria de Jesus, Maria Felipa e tantas outras, da destacada atuação da nossa enfermeira Ana Nery, do gesto heroico da soror Joana Angélica, impedindo a evasão lá em Salvador com sua própria vida.

O Exército Pacificador duplicou com a chegada do valoroso Batalhão Pernambucano comandado pelo Tenente-Coronel Barros Falcão, do eficiente Batalhão do Imperador do Rio de Janeiro comandado pelo Tenente-Coronel José Alves de Lima e Silva, e posteriormente do Batalhão de Minas, que trouxe consigo os voluntários de Caitité e Rio de Contas. Muitos foram também os voluntários vindos da Paraíba, de Alagoas e de Sergipe.

Este foi o Exército que sitiou as tropas de Madeira de Mello, venceu as principais batalhas de Cabrito e Pirajá e venceu a guerra de independência da Bahia. O Governo Provisório de Cachoeira, fiel ao Império do Brasil, organizou às suas expensas uma flotilha de canhoneiras e saveiros artilhados, que combateram com sucessivas vitórias a marinha portuguesa dentro da baía de Todos os Santos. O sucesso da guerrilha naval impediu o acesso dos portugueses às ricas terras de Nazaré, dita das farinhas, grande produtora de alimentos, e impediu a ocupação da estratégica ilha de Itaparica. Esta flotilha foi comandada pelo lendário marinheiro João das Botas.

Em março de 1823, o Governo do Rio de Janeiro faz outro importante investimento. Trouxe do Chile outro exilado europeu, o Lord Thomas Crochane, que comandou a primeira frota de guerra imperial. Ele instalou a sua frota no Morro de São Paulo, bloqueando a entrada da baía e o porto de Salvador. Sem saída, por terra e por mar, Madeira e sua tropa trataram de fugir na noite do dia 2 de julho, deixando a cidade livre para a entrada dos libertadores brasileiros.

O legado de 2 de Julho constitui a própria cidadania dos baianos. Até hoje sabemos que a luta dos baianos, irmanados com todos os brasileiros, consolidou a Independência do Brasil, assegurando a nossa unidade nacional e integridade territorial. Sabemos também que a pauta que o 2 de Julho trouxe consigo, representativa dos anseios dos vários segmentos sociais que participaram da guerra, foi largamente desrespeitada pelo Império do Brasil.

A abolição da escravidão foi apresentada por José Bonifácio à Assembleia Nacional Constituinte e, depois, simplesmente esquecida após sua dissolução por Pedro I. A igualdade racial, reivindicada pelos negros livres, na forma como foi proposta pelos revolucionários da Bahia de 1798, foi igualmente esquecida. A reforma agrária, reivindicada pelos sertanejos agricultores, também foi esquecida. E, em 1850, o Império fez valer a lei do latifúndio, por meio da famigerada Lei de Terras.

O povo ganhou no dia 2 de julho, mas não levou no dia 3 de julho. Por isso, desde 1824, a cada festejo do 2 de Julho, o povo celebra a vitória, mas também reafirma suas reivindicações não atendidas. Assim, a festa patriótica sempre teve o seu lado de protesto popular e cobrança do Estado democrático pelo qual lutou! Essa data, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros e amigos, sempre teve, a partir da luta, um significado muito forte para os baianos.

Mesmo no período do regime militar, quando o desfile ganhou um caráter muito formal, o povo não deixou de participar. A partir de 1978, com o lançamento da anticandidatura ao Senado do Prof. Rômulo Almeida, o MDB e muitos dos que estão aqui neste plenário, MDB autêntico se incorporou ao desfile, marcando a participação dos partidos de oposição àquele regime ao cortejo, aproveitando-se claramente desse belo hino, que diz: “Nunca mais o despotismo regerá nossas ações.

Com tiranos não combinam brasileiros corações.” Esse grito de guerra, entoado pela oposição na Bahia, acontecia sob forte repressão das forças conservadoras que a governavam.

Essa situação somente se modificou com a eleição do Governador Waldir Pires e hoje de Jaques Wagner. Todos os partidos e todos os movimentos participam de forma democrática do desfile cívico que percorre as mesmas ruas por onde passaram aqueles bravos baianos que expulsaram definitivamente os portugueses do País.

O Governador Jaques Wagner, ainda valorizando e reconhecendo a relevância da data, do 25 de junho, de maneira generosa, enviou à Assembleia Legislativa projeto que já estava dormitando por lá há alguns anos, de minha autoria, e que ele refez, transferindo simbolicamente a capital do Estado para a cidade heroica de Cachoeira, todo dia 25 de junho, o que faz justiça à participação do povo do Recôncavo Baiano nas lutas pela independência.

Dar a essa data a devida importância, resgatar a história da luta que se travou em solo baiano é um propósito que tem motivado várias gerações de deputados e representantes da Bahia a apresentar projetos buscando valorizar essa data. Foram alguns deles o Deputado Domingos Leonelli; o Deputado Luiz Alberto, que chegou há pouco; a Deputada Alice Portugal, que tem projeto dando, justamente, reverenciando a data do 2 de Julho para incorporá-la ao calendário das efemérides nacionais, o qual está aqui para ser votado no Senado e para o qual peço apoio do Presidente da Casa e de todos os Srs. Senadores; o Deputado e Senador Walter Pinheiro e tantos outros baianos que sentem a necessidade de que o Brasil reconheça a nossa participação histórica em sua independência.

Esta sessão especial creio, não tenho certeza, mas imagino que realizada pela primeira vez no Senado é o reconhecimento nacional à luta do povo baiano. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reverência popular dos baianos pelo 2 de Julho não encontra paralelo em nenhuma data cívica em todo o Brasil.

Por isso, acredito que nós temos o dever de retomar a discussão a respeito da mudança do nome do Aeroporto de Salvador não como um gesto de retaliação ou de revanchismo, nem uma tentativa de criar brigas novas, eu já me distanciei daquela Lídice brigona, Presidente,

e sou hoje igual ao Presidente Lula: paz e amor! Portanto, o que nós queremos, sim, é o reconhecimento dessa data, que cala muito fundo na alma do nosso povo.

Acredito que a Bahia já fez ao grande Deputado Luís Eduardo Magalhães todas as referências possíveis: é nome do prédio da Assembleia Legislativa, de um complexo de prédios escolares distribuídos em todo o Estado, de um instituto de estudos, de ruas, de avenidas em todo o Estado da Bahia. E mesmo um município leva o seu nome. Se o Aeroporto de Salvador tivesse outro nome qualquer, ninguém estaria sequer discutindo isso. Mas trata-se da data mais significativa para os baianos.

Trata-se da data de consolidação da independência do Brasil. E, pelo que sabemos, até o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães, quando procurado pelo Deputado que propôs a mudança do nome, reultou em aceitá-la, porque tinha a devida dimensão do quanto essa data é importante para a Bahia e para os baianos.

Portanto, Sr. Presidente, a discussão que estamos propondo é para que, juntos, analisemos essa situação, inclusive com os familiares do Deputado, com o partido do Deputado Luís Eduardo, para que possamos aprovar, o mais rápido possível, o projeto, hoje do Deputado Luiz Alberto, que devolve o nome ao Aeroporto de Salvador, para que seja novamente Aeroporto 2 de Julho.

E que isso não represente qualquer prejuízo à memória do Deputado Luís Eduardo, mas que represente principalmente a afirmação da data maior da Bahia, do Brasil, que mora no coração dos baianos e que precisa ter o seu reconhecimento retomado, reafirmado pelas nossas gerações.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Governador Jaques Wagner pela retomada histórica que faz da importância do 2 de Julho em nossa terra, renovando e revigorando cada um dos símbolos da participação dos baianos e dos brasileiros que ali lutaram pela nossa independência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs que nos ouvem e acompanham

pela TV e Rádio Senado, o agrônomo brasileiro José Graziano, de 61 anos, foi eleito na semana passada, no dia 26, o novo Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Graziano, ex-Ministro de Segurança Alimentar do primeiro Governo Lula, exercerá a importantíssima função de janeiro de 2012 a julho de 2015.

A disputadíssima eleição ocorreu em Roma durante a 37ª Conferência da FAO, com 92 dos 180 votos. O segundo colocado foi o ex-Ministro de Relações Exteriores espanhol, Miguel Angel Moratinos. Também concorriam ao posto o austríaco Franz Fischler, o indonésio Indroyono Soesilo, o iraniano Mohammad Saeid Noori Naeni e o iraquiano Abdul Latif Rashid.

Segundo o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a eleição do Doutor Graziano significa o reconhecimento do êxito da política externa da Presidenta Dilma. Disputamos essa eleição com um candidato muito forte (o espanhol Miguel Angés Moratinos). Foi uma disputa política muito dura onde só um vence. É preciso que se reconheça isso internamente.

No ano passado, Graziano foi indicado para o cargo pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e agora vai substituir o senegalês Jacques Diouf, que esteve à frente da agência por 17 anos. Graziano assume o órgão estratégico num momento em que a alta nos preços e o crescimento mundial de demanda por alimentos vem se afirmando como uma prioridade global, preocupando crescentemente povos e governos.

Desde 1945, a FAO concentra os esforços dos 191 países-membros, mais a Comunidade Europeia, pela erradicação da fome e da insegurança alimentar. É sob os auspícios dessa organização mundial que o mundo se reúne para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas nas áreas de agricultura e abastecimento. Apesar de sua importância estratégica para a humanidade, a FAO sobrevive com um dos menores orçamentos da ONU, o que certamente se consistirá no primeiro grande desafio de Graziano frente ao organismo. Para o biênio 2010/2011, a FAO conta com orçamento de 2,2 bilhões de dólares. Sendo US\$1 bilhão (R\$1,6 bilhão) de recursos da ONU e mais US\$1,2 (R\$1,9 bilhão) oriundos de doações voluntárias.

Como brasileiro Graziano deverá lidar com uma questão particularmente complexa para nós, a polêmica que divide diversos países-membros, que responsabilizam a produção de biocombustíveis como o principal causador da inflação nos custos dos alimentos. Certamente a eleição de José Graziano da Silva para a direção da FAO significa o reconhecimento internacional do sucesso de nossas políticas de combate à fome e à pobreza implementadas no Brasil no Governo Lula e agora aprofundadas no Governo Dilma com o programa pelo fim da miséria.

Agora se espera que possa o nosso País, através da gestão de Graziano, impulsionar para um novo patamar, mais efetivo e menos retórico, o debate sobre a produção de alimentos e o combate à fome no mundo, especialmente no âmbito da Organização Mundial do Comércio e demais instâncias internacionais. Como afirmou a Presidente Dilma em nota oficial sobre a decisão dos países-membros da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) de escolher o candidato brasileiro, José Graziano da Silva, para o posto de diretor-geral da entidade:

“A vitória do candidato brasileiro, disse a Presidente, reflete, igualmente, o reconhecimento pela comunidade internacional das transformações socioeconômicas em curso em nosso País, que contribuem de forma decisiva para a democratização de oportunidades para milhões de brasileiras e brasileiros, bem como o compromisso do Brasil de inserir o combate à fome e à pobreza no centro da agenda internacional”. Um objetivo possível de ser alcançado com o fortalecimento do multilateralismo e com o aprofundamento da solidariedade e da cooperação entre as nações e os povos. Ao registrar dessa tribuna os meus cumprimentos ao Doutor Graziano pela sua vitória, quero conchamar aos meus pares para que assumamos coletivamente o compromisso de debatermos e analisarmos as graves e complexas questões referentes à segurança alimentar mundial, consonante com a nova responsabilidade que assumimos todos nós brasileiros e brasileiras, com a vitória de Graziano, mas, mais do que tudo, pela crescente importância de nosso País no cenário econômico e político internacional.

Muito obrigada.

5-7-2011

Registro de realização, hoje pela manhã, no plenário do Senado Federal, da sessão especial em homenagem ao Dia da Independência da Bahia.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadoras, uso a tribuna para registrar, nos Anais da Casa, nesta sessão ordinária, a realização da sessão solene, realizada hoje, em homenagem ao 2 de Julho, solicitada pelo conjunto da bancada dos senadores da Bahia.

A data 2 de julho de 1823 marca, Sr^a Presidente, a consolidação da luta, da guerra pela Independência do Brasil. Na Bahia, em 25 de junho de 1822, na minha terra, cidade de Cachoeira, com a decretação da Câmara Municipal da cidade de Cachoeira, iniciou-se o reconhecimento do Príncipe D. Pedro I como Imperador do Brasil. A partir daí, desenvolveu-se a resistência do povo cachoeirano, enfrentando inclusive o ataque armado de uma canhoeira no porto da nossa cidade, as tropas do povo cachoeirano.

E, de lá, se organizou a resistência, contando com a presença de diversos representantes das cidades de todo o Recôncavo Baiano. Essa resistência se organizou a partir de Cachoeira quando ali, em 25 de junho, se criou o Estado, o Governo independente do Brasil, que se fortalece com o grito de Dom Pedro I em 7 de setembro e que se desdobra com a continuidade da nossa luta, tomando o Recôncavo todo e vindo a derrotar as tropas de Madeira de Mello, já no dia 2 de julho de 1823, quando, com as tropas portuguesas saídas, abandonando a cidade de Salvador, nós consideramos a consolidação da independência do Brasil.

A partir de lá, as tropas brasileiras em Salvador, que são o início da origem do Exército Nacional e da Marinha, correm para o conjunto do Nordeste, onde havia diversos pontos de resistência, ainda, à proclamação da independência do Brasil. Esse fato, que é reverenciado pelos baianos desde então, tem quase o desconhecimento do público brasileiro e até mesmo, às vezes, da Câmara dos Deputados e do Senado.

No sentido de esclarecer essa situação é que nós hoje trouxemos diversas publicações, demonstrando justamente essa luta do povo baiano, publicação do Governo do Estado da Bahia, através da Fundação Pedro Calmon, publicação nossa, do Senado, contando essa guerra epopeica do povo baiano pela independência, a cartilha *Guerra da Independência 2 de Julho*, que tem a ode ao 2 de Julho, de Castro Alves, se iniciando – que demonstram e tentam passar ao conjunto da Casa a importância dessa data para o nosso povo.

Para a nossa alegria, para nossa honra, foi presidida essa sessão pelo Presidente do Senado, Senador José Sarney, contou com a presença do Governador Jaques Wagner, com a participação de dois ministros da República, o Ministro Afonso Florence e o Ministro Mário Negromonte, ambos da Bahia, com a participação do Presidente da Fundação Pedro Calmon, Ubiratan Castro, com o Presidente da OAB, com representantes da Câmara de Salvador, com dois prefeitos do Recôncavo, com mais de dez deputados federais dos 39 da nossa bancada, com três secretários de Governo, com representantes do empresariado, da sociedade baiana e do Superior Tribunal de Justiça, que aqui vieram participar desse momento solene, como eu disse antes, quando o Senado Federal reverenciou os heróis da independência da Bahia.

Nessa circunstância, Sr^a Presidente, nós sentimos a necessidade de ressaltar a importância do Governo de Jaques Wagner para o reconhecimento dessa história na nossa terra, transportando, em todo o dia 25 de junho, inspirado num projeto de nossa autoria, o Governo da Bahia à heroica cidade de Cachoeira para, em lá instalando o Governo, saudar os heróis da independência do Brasil e anunciar obras e ações do Governo para aquela região do nosso Estado.

Aqui também se destacou, nessa guerra da independência, a histórica participação dos negros que fugiam da escravidão para participar de

uma luta por independência, na expectativa de que esse Estado, que se constituía novo, de que esse País novo que surgia pudesse realizar a abolição da escravidão; a participação dos índios, que desejavam, nesse novo contexto político, também ter direitos políticos assegurados, reconhecimento de seus direitos e liberdade total; e a participação das mulheres, que se incorporaram de forma destacada nessa luta.

Temos pelo menos quatro grandes nomes de mulheres que se apresentaram de diversas maneiras: de Soror Joana Angélica, que resistiu à invasão do Convento da Lapa, determinada pelo Governador Madeira de Mello, representando as tropas e o poderio da Corte Portuguesa e pagou com a vida sua resistência; da extraordinária cachoeirana enfermeira Ana Nery, que também teve intensa participação na Guerra do Paraguai, socorrendo as tropas brasileiras, e que assim procedeu também naquela guerra de liberação; de Maria Felipa, a negra que organizou a resistência das mulheres e da população na ilha de Itaparica; e, finalmente, a heroína maior, Maria Quitéria, que, vestida de homem, incorporou-se à tropa do Batalhão dos Periquitos para combater de armas na mão e conquistar a independência do Brasil.

Portanto, Sr^a Presidente e Srs. Senadores, eu não queria e não poderia deixar de ressaltar, neste dia de hoje, essa luta e a importância dessa data para os baianos e para os brasileiros que lutaram por nossa independência.

O Hino ao 2 de Julho foi escolhido pela Assembleia Legislativa por decisão do Governador do Estado, constituído como hino oficial da Bahia. Esse hino tem uma bela estrofe, onde se canta, num dos seus versos, que com tiranos não combinam brasileiros corações. Nas manifestações de 1824 até os dias atuais, assim desfilam os baianos, cantando, ecoando esse hino, que é a marca da sociedade que nós gostaríamos de ver em nosso País, cada dia mais fortalecida – sem tiranos, com justiça social, com igualdade racial, com igualdade social.

E por fim, Sr^a Presidente, nessa sessão nós refletimos sobre a necessidade de que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados possam aprovar o projeto do Deputado Luiz Alberto, que determina que o nome do aeroporto de Salvador volte a ser Aeroporto 2 de Julho. Reconhecendo todas as homenagens necessárias que a Bahia já fez ao De-

putado Luís Eduardo Magalhães e sem nenhum revanchismo, mas em função da importância dessa data histórica para a Bahia e para o Brasil, que o nosso aeroporto possa voltar a ser 2 de Julho, como é o desejo de todos os baianos no nosso Estado.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

6-7-2011

Destaque para a sanção, pela Presidente da República, hoje, de lei que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS; e outros assuntos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, desta tribuna, de fazer três registros que considero importantes. O primeiro foi a sanção, no dia de hoje pela manhã, às 11 horas, no Palácio do Planalto, pela Presidente Dilma, do SUAS – Sistema Único da Assistência Social, votado neste plenário e que significa, sem dúvida nenhuma, um enorme avanço da assistência social em nosso País.

O Sistema Único de Assistência Social é resultado de um longo processo de luta dos profissionais da área da assistência social e dos militantes dessa área. O Suas se transformará numa ferramenta essencial para viabilizar o Brasil sem Miséria e, acima de tudo, a garantia de um sistema que criará uma rede de proteção social para a população, para os segmentos mais vulneráveis da população do nosso País: as pessoas com deficiência, os idosos, as crianças e os adolescentes.

Especialmente, Sr^a Presidente, o Suas incorporou ao corpo da lei o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, essa importante política pública que se desenvolve com sucesso em nosso País. O Peti já atendeu mais de 820 mil crianças, que foram afastadas do trabalho em mais de 3,5 mil municípios brasileiros, e reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

A família que tem a criança retirada do trabalho recebe benefícios do Governo em forma de bolsa. Em contrapartida, devem ser cumpridos pelos familiares os compromissos estabelecidos da retirada de todas

as crianças e adolescentes de até 16 anos da atividade de trabalho e da manutenção da sua matrícula, com frequência escolar mínima de 85%.

Também na área de saúde, cabem todas as atenções necessárias a gestantes. Portanto, Sr^a Presidente, registro este meu pronunciamento na íntegra, sobre a importância da sanção do Suas hoje, pela Presidente da República, e, especialmente, a importância do Peti para, realmente, combater e erradicar o trabalho infantil em nosso País. Mas também, Sr^a Presidente, quero, desta tribuna, justificar-me, porque, como coordenadora da bancada da Bahia, no ano passado, conseguimos aprovar uma importante emenda para construir um prédio novo, anexo à Maternidade Climério de Oliveira, primeira maternidade pública do Brasil, que, no ano passado, completou o seu centenário e recebeu do nosso Governo, da Universidade Federal da Bahia, à qual é ligada, toda atenção.

Uma emenda da nossa bancada, neste momento, está sendo debatida com o Ministro da Educação para que possa liberar os recursos necessários, para que a Bahia possa cumprir essa sua missão de gratidão com a Climério de Oliveira e com a Universidade Federal da Bahia, que se trata de uma maternidade-escola, mas também da primeira maternidade do nosso Estado.

Nessa maternidade, por exemplo, nasceu a Deputada Alice Portugal e nasceram tantos baianos e tantas baianas, que precisaram do serviço público, para efetivamente terem a atenção à gestante. Eu própria já utilizei aquela maternidade muitas vezes, durante a minha gravidez, para fazer lá pré-natal e para receber a assistência devida.

Nós, baianos, temos a obrigação de tentar que... Neste momento, não posso participar dessa audiência, porque vim aqui para falar, mas voltarei para a Comissão de Orçamento, onde estamos a debater e tentar votar a LDO ainda na tarde de hoje, à noite ou, pelo menos, amanhã de manhã. Que nós possamos ter garantido esse esforço da nossa bancada, cumprido no Governo da Presidente Dilma, a primeira presidente mulher deste País, que vai garantir os recursos para que a centenária Maternidade Climério de Oliveira, na Bahia, possa se viabilizar, renovando-se na sua missão tanto de dar assistência à saúde, quanto de formar profissionais de saúde voltados para a obstetrícia.

Além disso, Sr^a Presidente, como último registro, quero falar de dois requerimentos que fiz, aprovados na Subcomissão de Defesa dos Direitos da Mulher, que interessam a todas nós, senadoras que militamos e exercemos o nosso mandato nesta Casa, defendendo a ideia de que é preciso ter uma participação maior da mulher na política, para garantir os direitos da mulher.

O requerimento, já aprovado, solicita a realização de audiência pública, no âmbito daquela Comissão, no próximo dia 18 de agosto de 2011, a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, o que coincide com a Marcha das Margaridas, que terá participação as grandes entidades organizadoras do movimento de mulheres em nosso País.

Quero, com esse requerimento, destacar aqui, ressaltar a importância de todas nós, deputadas e senadoras, estarmos integradas na discussão da Marcha das Margaridas e participando desse debate nessa subcomissão. O outro diz respeito justamente à necessidade de, nesta comissão, debatermos o resultado da 100^a Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrida no último dia 16 de junho, para que nós possamos debater as normas adotadas para equiparar as trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores no nosso País, com a participação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, com a Sr^a Cruzza Maria, baiana; a diretora da OIT no Brasil, Sr^a Laíz Abramo; o Ex^{mo} Sr. Ministro do Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi; a Ex^{ma} Sr^a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), Sr^a Luiza Bairos; a Ex^{ma} Sr^a Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Sr^a Iriny Lopes; e a representante da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, Sr^a Rebecca Reichmann Tavares.

Esses dois debates são imprescindíveis à luta da mulher em nosso Estado para que possamos avançar tanto no que diz respeito à aprovação das normas que possam permitir a consolidação da ideia de que as trabalhadoras domésticas no Brasil – mais de 90% são mulheres – possam ter direitos iguais aos trabalhadores homens e mulheres deste País de outras categorias, como também possamos debater, de forma aprofundada, nesta Casa, a questão dos direitos reprodutivos sexuais da mulher, dos direitos sexuais das mulheres, dos direitos reprodutivos da mulher.

Portanto, esses dois, mais alguns requerimentos também aprovados pela nossa Presidente, a Senadora Angela Portela... Inclusive, a audiência pública para que possamos tomar conhecimento da pesquisa realizada pelo Sesc e pela Fundação Perseu Abramo se transformará num instrumento muito importante para que nós, mulheres, possamos nesta Casa qualificar a nossa intervenção no sentido de fazer avançar a luta pelos direitos da mulher, que V. Ex^a também tem capitaneado tantas vezes e por tantos anos. V. Ex^a também se articula de maneira muito profunda com a luta que nós desenvolvemos neste momento, por meio do debate da reforma política, para que possamos permitir uma participação cada vez maior da mulher nas esferas de poder político do nosso País.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

12-7-2011

Registro do transcurso, hoje, do Dia Nacional do Engenheiro Florestal; e outros assuntos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero iniciar parabenizando o Senador Rodrigo Rollemberg, do meu partido, que tem desempenhado e desempenha neste momento, de forma tão competente, a tarefa de ser presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa. Sou testemunha do seu empenho nesta Comissão, de colocar em pauta e na agenda central do Senado Federal as questões relativas à defesa do meio ambiente e ao Código Florestal.

Nesse sentido, Senador, eu gostaria de aqui registrar e saudar o Dia Nacional do Engenheiro Florestal, que é o dia de hoje, lembrando que, no próximo dia 17, teremos o Dia de Proteção das Florestas. Tudo isso, juntamente com a SBPC, com o tema que tem, torna esta semana de encerramento dos trabalhos legislativos do primeiro semestre uma semana em que, necessariamente, as atenções se voltam para a questão ambiental, num período legislativo que, no primeiro semestre, na Câmara e no Senado, foi marcado, sem dúvida nenhuma, pelo debate polêmico, porém necessário, e da aprovação do Código Florestal naquela Casa legislativa.

Agora, sob a coordenação de V. Ex^a, esse debate, certamente, será mais enriquecido ainda, ouvindo, como tem feito, a posição de todos os interessados, de toda a sociedade brasileira, representada de diversas maneiras, e, inclusive, dos representantes da sociedade científica do nosso País.

Aproveito para também aqui lembrar ao nosso querido Senador um projeto de minha autoria que estava, inclusive, na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente, que é o Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2011, que tem o objetivo de determinar que as despesas com o meio ambiente não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

Esse projeto modifica o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata das regras de limitação da execução da Lei Orçamentária Anual, com a finalidade de assegurar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas para o exercício no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A intenção nossa com esse projeto é que, sem dúvida nenhuma, tratando-se de um ministério que já tem recursos tão pequenos, tão tímidos, possamos impedir tanto na área do meio ambiente quanto na área da cultura, que também tem um projeto de igual teor, que possamos impedir o contingenciamento do orçamento já tão restrito em duas áreas fundamentais, essenciais para o desenvolvimento da Nação e, acima de tudo, para a construção, a reafirmação da identidade nacional.

Portanto, quero aproveitar o dia de hoje e esta semana, quando tantos eventos acontecem e que são marcados pela defesa do meio ambiente, para solicitar o apoio dos senadores e senadoras desta Casa a este projeto, que considero de muita importância para ajudar a fortalecer as políticas públicas de proteção ao meio ambiente em nosso País.

Por último, Srª Presidente, gostaria de registrar que, amanhã, tomará posse na Faculdade de Medicina do Estado da Bahia, pela primeira vez, uma diretora mulher. Lorene Louise é a primeira mulher a assumir a direção da Faculdade de Medicina da Bahia, tem 53 anos, é médica sanitária, professora de medicina preventiva, mestranda em saúde pública e doutoranda em medicina e saúde. Atualmente, ela é assessora técnica da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, e quero desejar-lhe muito sucesso nesta nova tarefa, neste desafio, naquele Estado que teve a primeira escola de medicina do País, e que tem, portanto, enormes responsabilidades, enormes tarefas na condução da Faculdade de Medicina e na proteção e na garantia de um ensino de maior qualidade.

Muito obrigada, Srª Presidente.

PROPOSIÇÕES

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 2011

EMENTA: *Altera o art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família.*

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2011

EMENTA: *Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer a remição da pena pelo estudo.*

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2011

EMENTA: *Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a jornada de trabalho, remuneração do serviço extraordinário e do adicional sobre o trabalho noturno do empregado doméstico e seguro-desemprego.*

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7, DE 2011

EMENTA: *Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo, Sr. Pedro Novais, com vistas a expor os programas e planos de governo para os próximos anos.*

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18, DE 2011

EMENTA: *Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, a ser realizada em duas reuniões, sendo a primeira*

com representantes do Governo e a segunda com representantes do trade turístico, com a finalidade de debater o Plano Nacional de Turismo, com a presença dos seguintes convidados para a primeira reunião: o Presidente da Embratur, a Secretária Nacional de Políticas de Turismo e o Presidente da Fornatur; e para a segunda reunião: o Sr. João Luiz dos Santos Moreira, da Confederação Brasileira de Convention e Visitors Bureaux, o Sr. Enrico Fermi Torquato, da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, o Sr. Carlos Alberto Amorim Ferreira, da Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV, o Sr. Ricardo Amaral, da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos – ABREMAR, o Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH, e o Sr. Alexandre Sampaio de Abreu, da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011

EMENTA: *Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, na Feira “ITB Berlin 2011”, em Berlim, Alemanha, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, desse Regimento, que se ausentará do País, no período de 8 a 14 de março de 2011, para o desempenho dessa missão.*

REQUERIMENTO Nº 162, DE 2011

EMENTA: *Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial do Senado, no dia 21 de novembro de 2011, destinada a homenagear o Dia Nacional da Consciência Negra, bem como o Dia de Zumbi dos Palmares.*

REQUERIMENTO Nº 163, DE 2011

EMENTA: *Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial do Senado, no dia 4 de julho de 2011, destinada a homenagear o Dia da Independência da Bahia, ocorrida em 2 de julho de 1823.*

REQUERIMENTO Nº 238, DE 2011

EMENTA: *Desarquivamento do PLC nº 107, de 2006.*

REQUERIMENTO Nº 239, DE 2011

EMENTA: *Desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006*

REQUERIMENTO Nº 404, DE 2011

EMENTA: *Requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de pesar pelo falecimento da Senhora Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa, ocorrido no dia 3 de março de 2011, aos 102 anos.*

REQUERIMENTO, Nº 431, DE 2011

EMENTA: *Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre o brasileiro Alexandre de Souza Silva, condenado no Reino Unido à pena de 10 anos pelo crime de conspiração.*

REQUERIMENTO Nº 620, DE 2011

EMENTA: *Requer, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Professor e Economista Osmar Sepúlveda, aos 72 anos de idade.*

REQUERIMENTO Nº 761 de 2011

EMENTA: *Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o período do expediente da sessão do dia 23 de agosto de 2011 destinado a reverenciar a memória do cineasta, ator e escritor Glauber Rocha pela passagem dos 30 anos de seu falecimento, ocorrido em 22 de agosto de 1981.*

PARTICIPAÇÃO – COMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	Titular
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	Suplente
CASDEF – Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência	Suplente
CASEMP – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social	Titular
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	Suplente
CDBL – Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz	Titular
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Suplente
CDHCAJI – Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso	Suplente
CDHSPDM – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher	Titular
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	Titular
CDRCOOL – Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016	Titular
CDRDN – Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do <u>Nordeste</u>	Titular
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	Titular
CPIECAD – CPI – Supostas Irregularidades no ECAD	Titular
CPITRAFPE – CPI – Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil	Titular

CPITRAFPE – CPI - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil	Suplente
CTDEFESACIVIL – Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil	Suplente
PJS - Projeto Jovem Senador	Titular



Senadora Lídice da Mata

Formada em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é senadora pela PSB da Bahia, eleita em outubro de 2010, e já foi prefeita de Salvador e deputada federal.

Endereço para correspondência:

Gabinete da Senadora Lídice da Mata

Ala Senador Teotônio Vilella, Gab. 15 – Anexo II
Senado Federal

CEP 70165-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3303-6308 – Fax: (61) 3303-6414

e-mail: lidice.mata@senadora.gov.br